



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA (ILAESP)**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
INTEGRAÇÃO CONTEMPORÂNEA DA AMÉRICA
LATINA (PPGICAL)**

**PARCERIA ESTRATÉGICA ENTRE BRASIL E ARGENTINA:
COOPERAÇÃO NUCLEAR E INTEGRAÇÃO SUL-AMERICANA NO
SÉCULO XXI**

JÉSSICA MARIA GRASSI

Foz do Iguaçu
2019



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA (ILAESP)**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
INTEGRAÇÃO CONTEMPORÂNEA DA AMÉRICA
LATINA (PPGICAL)**

**PARCERIA ESTRATÉGICA ENTRE BRASIL E ARGENTINA:
COOPERAÇÃO NUCLEAR E INTEGRAÇÃO SUL-AMERICANA NO
SÉCULO XXI**

JÉSSICA MARIA GRASSI

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Integração Contemporânea da América Latina.

Orientador: Prof. Dr. Lucas Kerr de Oliveira

Linha de Pesquisa: Geopolítica, Fronteiras e Regionalização

Foz do Iguaçu
2019

Catálogo elaborado pela Divisão de Apoio ao Usuário da Biblioteca Latino-Americana
Catálogo de Publicação na Fonte. UNILA - BIBLIOTECA LATINO-AMERICANA

G769

Grassi, Jéssica Maria.

Parceria estratégica entre Brasil e Argentina: cooperação nuclear e integração sul-americana no século XXI /
Jéssica Maria Grassi. - Foz do Iguaçu, PR, 2019.
167 f.: il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Instituto Latino-
Americano de Economia, Sociedade e Política. Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da
América Latina. Foz do Iguaçu - PR, 2019.

Orientador: Lucas Kerr de Oliveira.

1. Relações internacionais - Brasil - Argentina. 2. Geopolítica. 3. Indústria nuclear - cooperação
internacional. I. Oliveira, Lucas Kerr de. II. Universidade Federal da Integração Latino-Americana. III. Título.

CDU 339.92(81:82)

JÉSSICA MARIA GRASSI

**PARCERIA ESTRATÉGICA ENTRE BRASIL E ARGENTINA: COOPERAÇÃO
NUCLEAR E INTEGRAÇÃO SUL-AMERICANA NO SÉCULO XXI**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Integração Contemporânea da América Latina.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Lucas Kerr de Oliveira
(UNILA)

Prof. Dr. André Luís André
(UNILA)

Prof. Dr. Leonardo Granato
(UFRGS)

Prof.^a Dr.^a Graciela De Conti Pagliari
(UFSC)

Foz do Iguaçu, 21 de fevereiro de 2019.

AGRADECIMENTOS

Depois de dois anos intensos de muito aprendizado e crescimento, tanto profissional quanto pessoal, encerro mais um ciclo da minha vida. Aos poucos me despeço dessa universidade incrível que é a UNILA, e de Foz do Iguaçu, com muita alegria e um sentimento imenso de gratidão por tudo que vivi aqui, os amigos que fiz, as pessoas maravilhosas que conheci e as experiências únicas que tive.

Agradeço, mais que tudo, aos meus pais, Natália Szidloski Grassi e Ozires Grassi, pelo apoio em todas as minhas decisões e pelo incentivo para que sempre perseguisse meus sonhos. Vocês são minha base e minha maior inspiração!

Agradeço imensamente ao meu noivo, Everton Olívio Capra, por enfrentar comigo esse desafio, pelo companheirismo, apoio, paciência e compreensão em todos os momentos desta jornada. Você é fundamental para as minhas conquistas!

Sou grata ao meu orientador, Prof. Dr. Lucas Kerr de Oliveira, pelos ensinamentos, pela confiança, pelo incentivo e por sempre acreditar em mim. Agradeço aos professores da Banca, Prof. Dr. André Luís André, Prof. Dr. Leonardo Granato e Prof^ª. Dr^ª. Graciela De Conti Pagliari, por compartilhar seus conhecimentos, pela dedicação e pelas pertinentes contribuições para esta pesquisa. Do mesmo modo, agradeço a todos os professores, e ao técnico-administrativo, do PPG-ICAL, pela dedicação, motivação e preocupação, assim como por todo o conhecimento compartilhado.

Agradeço aos colegas do mestrado que compartilharam comigo esse período de muito aprendizado, em especial àquelas que me marcaram de forma profunda, que estiveram presentes nos momentos mais importantes e tornaram-se amigas para toda vida. Dayqueline, Gabriela, Beatriz, Hannah, Dayanne e Besna, levo vocês no meu coração! Minha gratidão também se direciona aos amigos de longa data, que estiveram presentes mesmo distantes fisicamente - em especial, a minha grande amiga Giuliana, que mesmo estando do outro lado do oceano, sempre se fez presente, me apoiando, aconselhando e tranquilizando.

Por fim, agradeço à Universidade Federal da Integração Latino-Americana pelas oportunidades que me proporcionou e pelo financiamento desta pesquisa.

RESUMO

Esta dissertação de mestrado objetiva investigar o desenvolvimento da parceria estratégica entre Brasil e Argentina, com ênfase em dois eixos considerados essenciais nesta parceria, a cooperação no âmbito nuclear e a integração regional no âmbito do Cone Sul e da América do Sul. Parte-se da premissa de que a consolidação da cooperação nuclear nos anos 1980 foi um fator crucial por reduzir as rivalidades e desconfianças mútuas entre Brasil e Argentina, pondo fim à um longo ciclo de disputas geopolíticas regionais, especialmente devido ao caráter sensível e dual da tecnologia nuclear. Considera-se como pressuposto que este processo de aproximação viabilizou a construção e consolidação de uma parceria estratégica, que, por sua vez, foi essencial para o aprofundamento do processo integracionista na América do Sul, tendo como grande exemplo a criação do Mercosul. Com a Presidência de Luiz Inácio Lula da Silva e Néstor Kirchner ocorreu um novo ciclo de aproximação entre os dois países, levando à renovação da parceria, retomando projetos conjuntos na área nuclear, bem como retomando e aprofundando os ideais integracionistas de José Sarney e Raúl Alfonsín. Apesar das divergências e desentendimentos no período analisado, a permanência da parceria possibilitou a consolidação e aprofundamento de mecanismos de integração e coordenação política na América do Sul. Nos anos 2000, destacou-se os avanços nos processos de institucionalização da integração regional com o aprofundamento do Mercosul e a criação da Unasul. Destarte, a parceria estratégica entre Brasil e Argentina é compreendida como o núcleo duro da integração regional, considerando também que a integração passou a exercer um papel retroalimentador das relações bilaterais. Esta dissertação verificou que a cooperação nuclear entre Brasil e Argentina tornou possível um processo de cooperação voltado para o desenvolvimento científico e tecnológico conjunto. É possível concluir que a energia nuclear apresenta grande potencial para impulsionar o desenvolvimento autônomo destes países e da América do Sul. A análise da evolução desta cooperação permitiu verificar que ocorreu uma relativa estagnação da cooperação nos anos 1990, tendo sido retomada nos anos 2000. Destaca-se que atualmente encontram-se em construção os reatores RMB e RA-10, ambos frutos deste ciclo recente de cooperação tecnológica e da retomada dos programas de geração de energia e materiais nucleares por ambos os países. Contudo, nota-se também que a cooperação nuclear avançou mais lentamente do que a produção de documentos, acordos, declarações e demonstrações de intenções dos governos.

Palavras-chave: Parceria Estratégica. Aliança. Integração. América do Sul. Cooperação Nuclear.

RESUMEN

Esta tesis de maestría se propone como objetivo investigar la evolución de la asociación (*parceria*) estratégica de Brasil y Argentina, con énfasis en dos ejes considerados esenciales en esta asociación, la cooperación en el ámbito nuclear y la integración regional en el ámbito del Cono Sur y de América del Sur. Se parte de la premisa de que la consolidación de la cooperación nuclear en los años 1980 fue un factor crucial por reducir las rivalidades y desconfianzas mutuas entre Brasil y Argentina, poniendo fin a un largo ciclo de disputas geopolíticas regionales, especialmente debido al carácter sensible y dual de la tecnología nuclear. Se considera como presupuesto que este proceso de aproximación viabilizó la construcción y consolidación de una asociación estratégica que, a su vez, fue esencial para la profundización del proceso integracionista en América del Sur, teniendo como gran ejemplo la creación del Mercosur. Con la Presidencia de Luiz Inácio Lula da Silva y Néstor Kirchner se produjo un nuevo ciclo de aproximación entre los dos países, llevando a la renovación de la asociación, retomando proyectos conjuntos en el área nuclear, así como retomando y profundizando los ideales integracionistas de José Sarney y Raúl Alfonsín. A pesar de las divergencias y desentendimientos en el período analizado, la permanencia de la asociación posibilitó la consolidación y profundización de mecanismos de integración y coordinación política en América del Sur. En los años 2000, se destacaron los avances en los procesos de institucionalización de la integración regional con la profundización del Mercosur y la creación de la Unasur. De este modo, la asociación estratégica entre Brasil y Argentina es comprendida como el núcleo duro de la integración regional, considerando también que la integración pasó a ejercer un papel retroalimentador de las relaciones bilaterales. Esta tesis de maestría verificó que la cooperación nuclear entre Brasil y Argentina hizo posible un proceso de cooperación orientado hacia el desarrollo científico y tecnológico conjunto. Es posible concluir que la energía nuclear presenta un gran potencial para impulsar el desarrollo autónomo de estos países y de América del Sur. El análisis de la evolución de esta cooperación permitió comprobar que se produjo un relativo estancamiento de la cooperación en los años 1990 y se reanudó en los años 2000. Se destaca que actualmente se encuentran en construcción los reactores RMB y RA-10, ambos frutos de este ciclo reciente de la cooperación tecnológica y de la reanudación de los programas de generación de energía y materiales nucleares por ambos países. Sin embargo, se observa también que la cooperación nuclear avanzó más lentamente que la producción de documentos, acuerdos, declaraciones y demostraciones de intenciones de los gobiernos.

Palabras-clave: Asociación Estratégica. Alianza. Integración. América del Sur. Cooperación Nuclear

ABSTRACT

This dissertation aims to investigate the evolution of the strategic partnership between Brazil and Argentina, with emphasis on two axes considered essential in this partnership: nuclear cooperation and regional integration in the South Cone and South America. The premise is that the consolidation of nuclear cooperation in the 1980s was a crucial factor in reducing the mutual rivalries and mistrust between Brazil and Argentina, putting an end to a long cycle of regional geopolitical disputes; mainly due to the sensitive and dual nature of nuclear technology. It is assumed that this process of approximation made possible the construction and consolidation of a strategic partnership, which, in turn, was essential for the deepening of the integration process in South America, having as a great example the creation of Mercosur. With the Presidency of Luiz Inácio Lula da Silva and Nestor Kirchner there was a new cycle of approximation between the two countries; leading to the renewal of the partnership, resuming joint projects in the nuclear area, as well as resuming and deepening the integration ideals of José Sarney and Raúl Alfonsín. Despite the differences and disagreements in the period, the permanence of the partnership made possible the consolidation and deepening of political integration and coordination mechanisms in South America. In the 2000s, it was highlighted the advances in the processes of institutionalisation of regional integration with the deepening of Mercosur and the creation of Unasur. Thus, the strategic partnership between Brazil and Argentina is understood as the hardcore of regional integration, also considering that the integration began to strengthen the bilateral relations. This dissertation verified that the nuclear cooperation between Brazil and Argentina made possible a cooperation process aimed at the joint scientific and technological development. It is possible to conclude that nuclear energy presents great potential to boost the autonomous development of these countries and South America. The analysis of the evolution of this cooperation showed that there was a relative stagnation of cooperation in the 1990s and was resumed in the years 2000. It should be noted that the RMB and RA-10 reactors are currently under construction, both fruits of this recent cycle of technological cooperation and the resumption of nuclear power generation programs and nuclear materials by both countries. However, it is also noted that nuclear cooperation has progressed more slowly than the production of government documents, agreements and statements of intent.

Key words: Strategic Partnership. Alliance. Integration. South America. Nuclear Cooperation.

LISTA DE QUADROS E TABELAS

| Quadro ou tabela | Página |
|---|---------------|
| Quadro 1.1.3. Síntese dos conceitos | 35 |
| Quadro 2.5. Principais documentos firmados por Brasil e Argentina entre 1979 e 1991 | 86 |
| Quadro 3.1.1. Intercâmbio comercial de Brasil com Argentina (1979-2009) | 96 |
| Quadro 3.1.2. Intercâmbio comercial de Brasil com Argentina (2010-2017) | 97 |
| Quadro 3.3. Declarações e documentos firmados por Brasil e Argentina entre 2003 e 2011 | 135 |

LISTA DE GRÁFICOS

| Gráfico | Página |
|---|---------------|
| Gráfico 3.1. Gráfico do fluxo comercial entre Brasil e Argentina (1979-2017) | 97 |

LISTA DE FIGURAS, MAPAS E ILUSTRAÇÕES

| Figura, mapa ou ilustração | Página |
|---|---------------|
| Figura 1.2. Mapa do território em disputa no Conflito de Beagle | 48 |
| Figura 2.1.1. Presidentes Getúlio Vargas e Agustín Pedro Justo durante a visita do brasileiro à Argentina | 54 |
| Figura 2.1.2. Inauguração da Ponte Internacional Agustín P. Justo – Getulio Vargas | 55 |
| Figura 2.2. Jânio Quadros e Arturo Frondizi durante o Encontro de Uruguaiana | 60 |
| Figura 2.3.1. João Batista Figueiredo e Jorge Rafael Videla por ocasião da visita do presidente brasileiro à Argentina | 65 |
| Figura 2.3.2. Mapa das rotas de apoio à Argentina durante a Guerra das Malvinas | 66 |
| Figura 2.3.3. Presidentes Sarney e Alfonsín por ocasião da assinatura da Declaração de Iguazu | 68 |
| Figura 2.4. Assinatura da Declaração Conjunta de Fiscalização Mútua, em 1990 | 76 |
| Figura 2.5. Presidentes do Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai por ocasião da assinatura do Tratado de Assunção | 81 |
| Figura 3.2.1. Presidente Néstor Kirchner e Presidente Lula durante a celebração do aniversário de 20 anos da Declaração do Iguazu. | 103 |
| Figura 3.2.2. Projeto para a construção das instalações do RA-10 | 107 |
| Figura 3.2.3. Projeto para a construção das instalações do RMB | 108 |
| Figura 3.2.4. Início da construção das instalações do RA-10 | 109 |
| Figura 3.2.5. Reator Nuclear Multipropósito da Argentina, RA-10 | 110 |
| Figura 3.2.6. Reator Multipropósito Brasileiro, RMB | 112 |
| Figura 3.3.1. Presidente Cristina Kirchner e Presidente Lula durante a comemoração do Dia 7 de Setembro no Brasil | 127 |
| Figura 3.3.2. Edifício Sede da Unasul em Quito, Equador. | 128 |
| Figura 3.3.3. Presidentes Dilma Rousseff e Cristina Kirchner na primeira viagem oficial da presidente brasileira | 133 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|----------|---|
| ABACC | Agência Brasileira-Argentina de Contabilidade e Controle |
| ABC | Argentina, Brasil e Chile |
| ACE-14 | Acordo de Complementação Econômica Número 14 |
| AIEA | Agência Internacional de Energia Atômica para Aplicação de Salvaguardas |
| ALADI | Associação Latino-Americana de Integração |
| ALALC | Associação Latino-Americana de Livre Comércio |
| ALCA | Área de Livre Comércio das Américas |
| ALCSA | Área de Livre Comércio Sul-Americana |
| BID | Banco Interamericano de Desenvolvimento |
| BRICS | Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul |
| CALC | Cúpula da América Latina e o Caribe |
| CASA/CSN | Comunidade Sul-Americana de Nações |
| CDS | Conselho de Defesa Sul-Americano |
| CEED | Centro de Estudos Estratégicos em Defesa |
| CELAC | Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos |
| CNEA | Comisión Nacional de Energía Atómica |
| CNEN | Comissão Nacional de Energia Nuclear |
| COBAN | Comissão Binacional de Alto Nível |
| COBEN | Comissão Binacional de Energia Nuclear |
| COSIPLAN | Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento |
| ESUDE | Escola Sul-Americana de Defesa |
| EUA | Estados Unidos da América |
| FMI | Fundo Monetário Internacional |
| FOCEM | Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul |
| IBAS | Índia, Brasil e África do Sul |
| IIRSA | Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana |
| LBDN | Livro Branco de Defesa Nacional |
| MAC | Mecanismo de Adaptação Competitiva |
| MERCOSUL | Mercado Comum do Sul |
| MCTIC | Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações |
| MICES | Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços |

| | |
|--------|---|
| MRE | Ministério de Relações Exteriores |
| MREyC | Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto |
| MTCR | Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis - Missile Technology Control Regime |
| NSG | Grupo de Supridores Nucleares – Nuclear Suppliers Group |
| OMC | Organização Mundial do Comércio |
| ONU | Organização das Nações Unidas |
| OPA | Operação Pan-Americana |
| OTAN | Organização do Tratado do Atlântico Norte |
| PIB | Produto Interno Bruto |
| PICE | Programa de Integração e Cooperação Econômica |
| PND | Política Nacional de Defesa |
| PROSUB | Programa de Desenvolvimento de Submarinos |
| RA-10 | Reator Nuclear 10 |
| RMB | Reator Multipropósito Brasileiro |
| SCCC | Sistema Comum de Contabilidade e Controle |
| TIAR | Tratado Interamericano de Assistência Recíproca |
| TNP | Tratado de Não Proliferação |
| UNASUL | União das Nações Sul-Americanas |
| UNCTAD | Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento |

SUMÁRIO

| | |
|--|------------|
| INTRODUÇÃO | 14 |
| 1. AS PARCERIAS ESTRATÉGICAS NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: CONTORNOS TEÓRICOS, GEOPOLÍTICA E SEGURANÇA INTERNACIONAL...19 | |
| 1.1. O CONCEITO DE PARCERIA ESTRATÉGICA | 20 |
| 1.1.1. Estratégia: perspectivas teóricas e operacionalização do conceito | 20 |
| 1.1.2. Parceria estratégica: definição conceitual e empregos do termo | 23 |
| 1.1.3. Aliança, alinhamento, coalizão, cooperação, integração, regionalismo e relações em eixo..... | 27 |
| 1.2. AS PARCERIAS ESTRATÉGICAS DE BRASIL E ARGENTINA: GEOPOLÍTICA E PREOCUPAÇÃO COM O ENTORNO GEOGRÁFICO | 36 |
| 1.2.1. Parcerias estratégicas e relações regionais: análise e aplicação do termo nas relações bilaterais brasileiras | 37 |
| 1.2.2. América do Sul, integração e parcerias regionais da Argentina..... | 45 |
| 2. DE RIVAIS A PARCEIROS ESTRATÉGICOS: AS RELAÇÕES ENTRE BRASIL E ARGENTINA NO SÉCULO XX..... | 51 |
| 2.1. COOPERAÇÃO E CONFLITO: DO PACTO ABC AO PÓS-SEGUNDA GUERRA MUNDIAL..... | 52 |
| 2.2. A CONSTRUÇÃO DO ENTENDIMENTO: DA OPA AO ACORDO TRIPARTITE DE 1979 | 58 |
| 2.3. RESOLUÇÃO DE CONFLITOS, COOPERAÇÃO E INTEGRAÇÃO (1980-1990): GUERRA DAS MALVINAS, COOPERAÇÃO NUCLEAR E PARCERIA ESTRATÉGICA..... | 63 |
| 2.4. A ESTAGNAÇÃO NA COOPERAÇÃO NUCLEAR NOS ANOS 1990 | 76 |
| 2.5. INTEGRAÇÃO BILATERAL E REGIONAL NO MERCOSUL: DA EXPANSÃO À CRISE (1991-2002) | 80 |
| 3. A PARCERIA BRASIL-ARGENTINA NO SÉCULO XXI: COOPERAÇÃO NUCLEAR E A CONSOLIDAÇÃO DA INTEGRAÇÃO REGIONAL NOS GOVERNOS LULA-DILMA E NOS GOVERNOS KIRCHNERISTAS | 89 |
| 3.1. A AGENDA DA PARCERIA ESTRATÉGICA: POR QUE É ESTRATÉGICA E O QUE É ESTRATÉGICO NAS RELAÇÕES BRASIL-ARGENTINA?..... | 90 |
| 3.2. A COOPERAÇÃO NUCLEAR DURANTE OS GOVERNOS LULA-DILMA & OS GOVERNOS KIRCHNERISTAS | 101 |
| 3.3. A PARCERIA COMO MECANISMO PARA CONSOLIDAÇÃO DA INTEGRAÇÃO REGIONAL | 118 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 140 |
| REFERÊNCIAS | 148 |

INTRODUÇÃO

Apesar de uma história de desconfianças e rivalidades que se inicia ainda no período colonial, durante o século XX o relacionamento de Brasil e Argentina encontrou períodos de tentativas de cooperação e, na década de 1980, a cooperação nuclear entre os dois países foi um marco importante e deu início a uma nova etapa nas relações bilaterais. O entendimento dos dois maiores países da América do Sul e interlocutores de peso no nível regional levou à formação de uma parceria estratégica. Essa parceria foi possível devido a múltiplos fatores, internos e externos, mas a consolidação da cooperação nuclear foi um fator crucial, uma vez que teve papel fundamental na redução das rivalidades e desconfianças mútuas, bem como pôs fim às suspeitas internacionais de uma corrida armamentista entre os dois vizinhos. A intensificação de suas relações foi imprescindível para o aprofundamento da integração regional, tendo como o resultado mais notório a criação do Mercosul.

No decorrer do século XXI, principalmente a partir da Presidência de Luiz Inácio Lula da Silva e Néstor Kirchner, observou-se uma grande proximidade entre os dois países, intensificaram-se os encontros e trataram-se de diversos temas da agenda bilateral bem como regional. Essa aproximação poderia ser comparada com a vista nos governos de José Sarney e Raúl Alfonsín. Com o trabalho conjunto na criação e renovação do Mercosul e no alargamento da agenda integracionista com a criação da Unasul, a parceria estratégica brasileiro-argentina é compreendida como o núcleo duro da integração sul-americana.

A partir disso, a pergunta central que motiva o desenvolvimento desta dissertação é: como se desenvolve a parceria estratégica entre Brasil e Argentina no século XXI? Ademais, devido à abrangência deste tema e de forma a nortear este questionamento: em que estágio se encontra a cooperação nuclear bilateral? E mais, no período analisado, qual a relação entre a parceria e o fortalecimento da integração regional?

A justificativa para a pesquisa reside, de modo geral, em duas questões centrais. Primeiro, na relevância destes dois países no cenário regional e na história das relações bilaterais, que foram marcadas por períodos de rivalidade e períodos de cordialidade, contando com momentos de ampla parceria e avanços significativos para ambos os países e para a região, assim como momentos de retração da mesma. E, segundo, a partir da perspectiva da importância do fortalecimento e aprofundamento da integração sul-americana como meio de desenvolvimento político, social e econômico dos países, para sua inserção

internacional autônoma, para defesa de seus territórios, para o maior dinamismo frente às demandas regionais.

Sobre a questão nuclear, esta foi grande motivo das suspeitas e rivalidades entre os países por décadas, porém tornou-se importante fator de cooperação e fortalecimento da confiança. Essa relação marcada pela confiança recíproca foi imprescindível para o desenvolvimento do processo de integração regional. No século XXI, a hipótese de conflito militar entre os dois maiores da América do Sul está superada e as tentativas de cooperação nuclear bilateral persistem, embora ainda permaneçam excessivamente nos discursos e declarações de intenções e não avancem como o esperado.

Nessa perspectiva, busca-se analisar o desenvolvimento na cooperação nuclear bilateral, considerando a relevância e o papel dual (civil-militar) desta tecnologia, que importa enquanto variável da cooperação em defesa e perspectiva de construção de uma política de defesa comum, a ser desenvolvida bilateralmente e regionalmente; assim como, pode ser considerada uma variável relevante para desenvolvimento científico, tecnológico e industrial conjunto dos dois países. Parte-se da premissa que tal desenvolvimento faz-se necessário para melhorar a posição dos dois países no cenário internacional, como um passo relevante para assegurar a escala necessária para viabilizar a indústria nuclear e assegurar sua competitividade no plano internacional. Isto permitiria fortalecer a parceria estratégica, visto que poderia elevar sua posição internacionalmente em termos relativos, e, no nível regional, fortalecer o processo de integração e formação de um bloco de poder sul-americano.

Além de ser identificada como um eixo essencial na parceria estratégica entre Brasil e Argentina, a integração regional também passou a ser compreendida como uma base importante no fortalecimento das relações bilaterais, e dentro disso, poderia ter papel relevante para o avanço da cooperação nuclear. Essa lógica é justificada pela defesa de que a permanência da parceria - principalmente no decorrer da primeira década do século XXI -, apesar de não significar a inexistência de divergências e desentendimentos, possibilitou a consolidação e aprofundamento de mecanismos de integração e coordenação política na América do Sul. A preocupação conjunta em consolidar esses mecanismos integracionistas e fortalecer a coordenação política na América do Sul, também elevou os laços bilaterais, possibilitando o desenvolvimento e o revigoramento de eixos prioritários da relação entre os países. Dessa forma, intenta-se analisar o diálogo conjunto, as visões e intenções compartilhadas e como os dois países trabalham bilateralmente para o fortalecimento dos

processos integracionistas sul-americanos.

Desse modo, a partir do exposto, a pesquisa tem como objetivo principal investigar a evolução da parceria estratégica de Brasil e Argentina no século XXI e, dentro disso, diante da abrangência dessa relação bilateral, optou-se por dar ênfase a dois eixos fundamentais dessa relação: a integração regional e a cooperação nuclear. Ressalta-se que, além do explicitado, essa escolha se deu devido à importância histórica identificada na relação entre cooperação nuclear, parceria estratégica e a integração regional e de modo a compreender como se relacionam esses fatores no decorrer dos anos 2000, tanto para a relação brasileiro-argentina como para a região.

Conseqüentemente, para alcançar o objetivo geral desta pesquisa, alguns objetivos específicos precisam ser cumpridos, os quais são: a) explorar os contornos teóricos do conceito de parceria estratégica; b) analisar a utilização deste conceito nas relações bilaterais brasileiras e argentinas, enfatizando o entorno geográfico e estratégico, a América do Sul; c) compreender como se desenvolveu historicamente as relações entre Brasil e Argentina; d) examinar a parceria estratégica e o desenvolvimento desta no século XXI, com ênfase aos Governos Lula-Dilma e aos Governos Kirchneristas; e) investigar o desdobramento da cooperação no âmbito nuclear nesse período; e f) refletir sobre a relação entre a parceria e a integração regional.

Esta pesquisa congrega um estudo histórico, descritivo e conceitual, composto por revisão bibliográfica e documental, utilizando-se de fontes primárias (documentos oficiais, tratados, notas e declarações de governos) e secundárias (artigos, livros, teses, dissertações, entrevistas, notícias e documentários). Destaca-se também que a escala de análise deste trabalho é a América do Sul, por ser esse o ambiente regional de influência imediata de Brasil e Argentina, seu entorno estratégico, onde eles se inserem de forma ativa, além dessa ser considerada uma região geopolítica - essa questão será abordada no primeiro capítulo desta dissertação.

Assim, para desenvolver este estudo, fez-se necessário a elaboração de três capítulos. O primeiro capítulo destaca-se por seu caráter predominantemente conceitual e teórico. Nesse contexto, a primeira seção tratará dos contornos teóricos do conceito de parceria estratégica e seu emprego nas relações internacionais, sendo importante, para isso, explorar outros conceitos como o de cooperação internacional e regional, integração regional e regionalismo, aliança, alinhamento, relações em eixo e coalizão, bem como, antes de tudo, explicar o

emprego do vocábulo estratégia. A segunda seção explorará aspectos geopolíticos brasileiros e argentinos na consolidação de parcerias estratégicas, buscando compreender a utilização do termo pelos dois países e seus principais parceiros estratégicos, dando maior atenção ao cenário regional.

O segundo capítulo analisará as relações Brasil-Argentina, abordando alguns fatores históricos acerca da rivalidade existente entre os dois países, porém enfatizando os principais momentos de desentendimentos e desconfianças e os de aproximação e cooperação, de forma a demonstrar a passagem de um histórico de rivalidades para a cooperação, integração e consolidação da parceria estratégica. Para isso, este capítulo estará dividido em cinco seções, explorando o relacionamento no decorrer do século XX, partindo mais precisamente da assinatura do Pacto ABC até os anos finais do século XX e iniciais do século XXI.

Por fim, o terceiro capítulo investigará a evolução da parceria estratégica entre Brasil e Argentina no século XXI, com ênfase nos Governos Lula-Dilma, no Brasil, e nos Governos Kirchneristas, na Argentina. Para isso, de maneira a aprofundar este tema tão abrangente, optou-se por desenvolver acerca de dois eixos desta parceria. Primeiramente, dissertar-se-á brevemente sobre o desenvolvimento da parceria no decorrer deste século, buscando também compreender as agendas de trabalho conjunto, por que é uma relação estratégica e o que é estratégico no relacionamento bilateral. Em seguida será analisado como se desenvolveu a cooperação nuclear no decorrer do século XXI, buscando compreender também algumas dificuldades enfrentadas para o avanço das propostas e projetos bilaterais no âmbito nuclear.

Após, serão examinadas as visões e intenções comuns, o diálogo e a atuação conjunta, dentro do contexto da parceria estratégica, no que diz respeito à consolidação e aprofundamento da integração regional. Como ressaltado, a parceria Argentina-Brasil é considerada o motor da integração sul-americana, mas também se visualiza que a integração passou a ser fator de grande relevância para a sustentação dessa parceria em longo prazo. Para desenvolver a investigação desses dois eixos selecionados neste estudo, serão observados principalmente os documentos oficiais e os projetos bilaterais.

CAPÍTULO 1

AS PARCERIAS ESTRATÉGICAS NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: CONTORNOS TEÓRICOS, GEOPOLÍTICA E SEGURANÇA INTERNACIONAL

1. AS PARCERIAS ESTRATÉGICAS NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: CONTORNOS TEÓRICOS, GEOPOLÍTICA E SEGURANÇA INTERNACIONAL

“A parceria estratégica com a Argentina, a consolidação do Mercosul e a integração sul-americana são para nós prioritárias. Mais que isso: são inseparáveis de nosso projeto nacional de desenvolvimento. E isso não é retórica; é realidade, é fato.”

Luiz Inácio Lula da Silva (2005)

Antes do conceito de parceria estratégica ser adotado nas relações internacionais, a expressão já era empregada em outras áreas, como economia, marketing e administração, se referindo às parcerias estabelecidas entre empresas e, frequentemente, era utilizado como sinônimo de aliança estratégica (SOUZA FARIAS, 2013)¹. Porém, principalmente a partir da Guerra Fria, o termo passou a ser utilizado também para referir-se a determinados relacionamentos estabelecidos entre os Estados.

Segundo Lessa e Altemani Oliveira (2013), com o fim da Guerra Fria muitos países buscaram estabelecer contatos bilaterais para a construção de projetos comuns a serem implementados na forma de cooperação política ou econômica, de modo a facilitar as negociações em foros multilaterais ou nos acordos comerciais, ou mesmo viabilizar o crescimento dos investimentos produtivos, entre outras situações.

A diplomacia brasileira utiliza a expressão “parceiro estratégico” para muitas nações com as quais mantém relações bilaterais. Nesse sentido, é criticada pela falta de critério ao empregar este termo em seus discursos diplomáticos, uma vez que, como ressaltam Lessa e Altemani Oliveira (2013, p. 10), “todos não podem ser estratégicos [...]”. Ademais, observa-se que nas relações internacionais, de modo geral, o termo ainda é pouco compreendido e empregado, frequentemente, de forma imprecisa.

A partir disso, este capítulo tem como objetivo principal compreender os contornos teóricos do termo parceria estratégica, diferenciando-o de outros termos também utilizados

¹ Neste trabalho, utilizamos como padrão de referência para a citação dos autores latino-americanos, a menção preferencial aos dois últimos sobrenomes, considerando a fusão dos padrões de citação brasileiro e hispano-americano, visto que no Brasil cita-se o último sobrenome e nos países de língua hispânica cita-se o penúltimo sobrenome.

quando se trata de relações interestatais. Ademais, será analisada a aplicação deste conceito nas relações bilaterais brasileiras e argentinas, bem como identificados seus parceiros regionais.

1.1. O CONCEITO DE PARCERIA ESTRATÉGICA

Como mencionado na introdução deste capítulo, a expressão parceria estratégica não é recente, contudo, nos últimos anos vem sendo muito utilizada nas relações internacionais e passou a ter destaque nos discursos diplomáticos e entre os acadêmicos da área. Nesse sentido, reiteradamente o conceito é mal interpretado e utilizado de forma restrita ou imprecisa sem a devida compreensão de sua magnitude e abrangência.

Ressalta-se que as parcerias estratégicas não necessariamente abarcam toda a amplitude de tópicos da agenda bilateral, porém, na maioria das vezes, as parcerias iniciadas em domínio específico, têm efeito *spill over* (transbordamento) sobre outras matérias (SOUZA FARIAS, 2013).

Assim, esta seção buscará explorar as definições e empregos do termo parceria estratégica, buscando diferenciá-lo de outros conceitos também utilizados para tratar de relações estabelecidas entre os Estados. Para isso, a seguir, será discutido o conceito de estratégia e a evolução deste termo.

1.1.1. Estratégia: perspectivas teóricas e operacionalização do conceito

Para entender o conceito de parceria estratégica é importante levar em conta as diferentes utilizações do termo estratégia. O conceito clássico de estratégia, desenvolvido por Clausewitz (2010), remete ao planejamento e o uso dos artifícios necessários para alcançar o propósito da guerra, assim, estratégia refere-se a questões militares (ou políticas) ligadas a guerra em si. Dessa forma, afirma que a “tática ensina o emprego **das forças armadas no engajamento**. A estratégia, **a utilização dos engajamentos para atingir o propósito da guerra**” (CLAUSEWITZ, 2010, p. 138, grifo do autor). O engajamento é definido, pelo autor, como os atos isolados, a atividade militar, os elementos da guerra.

O estrategista deve definir, portanto, uma meta para todo o aspecto operativo da guerra, que deverá estar de acordo com o seu propósito. Em outras palavras, ele esboçará o plano de guerra, e o propósito determinará a série de ações pretendidas para atingi-lo: ele irá, na realidade, conceber cada campanha e, dentro dessas campanhas, decidir como realizar cada engajamento. (CLAUSEWITZ, 2010, p. 199).

Para Aron (2002, p. 72), estratégia é o “comportamento relacionado com o conjunto das operações militares” e a diplomacia “a condução do intercâmbio com outras unidades políticas”. Sendo assim, tanto a estratégia quanto a diplomacia estão subordinadas à política. Além disso, “a diplomacia pode ser definida como a arte de convencer sem usar a força, e a estratégia como a arte de vencer de um modo mais direto.” (ARON, 2002, p. 73).

Como aponta Kerr Oliveira (2012, p. 65), o conceito de estratégia vem sendo “abordado sob diferentes perspectivas teóricas e analíticas”, implicando em diferentes interpretações. Assim, alguns teóricos utilizam o conceito de forma mais restrita, referindo-o “como um processo inerente ao planejamento de um Estado para enfrentar uma situação de guerra contra outro Estado.” (KERR OLIVEIRA, 2012, p. 65-66). Outros autores adotam uma forma mais abrangente para referir-se a estratégia, associando-a “ao conjunto de comportamentos de um Estado frente à competição internacional.” (KERR OLIVEIRA, 2012, p. 66).

Nessa perspectiva, Kerr Oliveira (2012, p. 68) propõe que estratégia:

[...] não se restringe apenas ao planejamento ou preparação para enfrentar ou evitar uma situação de guerra, mas inclui o conjunto de todos os procedimentos e ações estatais voltadas para a sobrevivência do Estado em meio à violenta competição interestatal no Sistema Internacional. Isto significa que envolve não apenas a preparação para a guerra, mas, também, se possível, para se evitar a guerra, se necessário, através da ameaça do uso da força ou da dissuasão do inimigo. (KERR OLIVEIRA, 2012, p. 68).

Nesse sentido, o autor define o termo como:

[...] conjunto de processos de planejamento, tomada de decisão, implementação de políticas e ações políticas que um Estado realiza ao longo do tempo para atingir objetivos politicamente delimitados, que envolvam garantir sua sobrevivência frente à competição política e militar interestatal no Sistema Internacional. Considerando que para garantir a sobrevivência

em um sistema interestatal violento e competitivo, os Estados precisam desenvolver capacidades de se autodefender e acumular maior ou menor grau de poder relativo, pode-se dizer as decisões estratégicas de um Estado, visando à garantia da sua sobrevivência, podem ser mais defensivas ou mais ofensivas dependendo das circunstâncias ou da interpretação teórica [...] inclui o conjunto das ações políticas adotadas por um Estado para transformar, da forma mais eficiente possível, seus recursos de poder em poder concreto. [...] descreve, portanto, o conjunto de processos de planejamento e ação política de um Estado objetivando segurança e/ou acumulação de poder no Sistema Internacional. (KERR OLIVEIRA, 2012, p. 68-69).

Cortes e Creus (2009, p. 126, tradução nossa) definem estratégia como "a arte de dirigir um conjunto de disposições para alcançar um objetivo". Já Mota Sardenberg (1995, p. 2) propõe que devido à disseminação e diversificação do conteúdo "a moderna concepção estratégica busca articular os recursos materiais e intelectuais existentes no Estado e na sociedade para a realização de um projeto nacional". Quando se trata de parceiros estratégicos, os atores propõem a seus parceiros o envolvimento em estratégias políticas e econômicas, e não apenas militares (CAMERON & YONGNIAN, 2007).

Em suma, o vocábulo vem sendo muito utilizado na política contemporânea e, como observado, seu significado passou a ser mais amplo, envolvendo também questões políticas e econômicas, já que, originalmente, vinha associada à área militar. Nesse sentido, como ressaltado acima, estratégia não está relacionada apenas com os planejamentos e decisões em uma situação de guerra, mas está ligada aos procedimentos necessários para alcançar interesses ou objetivos primordiais de um Estado; servindo-se de recursos materiais ou intelectuais; formando parcerias ou alianças ou agindo de forma autônoma; utilizando a cooperação, a dissuasão ou a força.

Por fim, antes de encerrar esta seção, considera-se necessário apontar a definição de Grande Estratégia. Amorim (2016) salienta que grande estratégia, originalmente, era associada ao contexto da guerra, em que a atividade bélica deveria ser reforçada por políticas suplementares, como comércio e mobilização de indústria. Na concepção contemporânea, Kalout e Degaut (2017, p. 10) a determinam como o exercício de "definição e conjugação de meios e fins, de maneira que intenções estejam relacionadas a capacidades, e objetivos estejam relacionados a recursos disponíveis ou alcançáveis". Ou seja, "alinhar os recursos de poder do país com seus interesses e prioridades, orquestrando-se fins, meios e métodos". Nessa perspectiva, estabelecem que:

A formulação de uma grande estratégia faz-se na operação simultânea de análises retrospectivas e prospectivas por meio das quais os formuladores de política exterior buscam cumprir três etapas: (a) estabelecer sua visão de mundo – isto é, que tipo de ordem desejam construir, de acordo com suas possibilidades concretas e circunstâncias – e avaliar que tipo de sistema seria mais conducente à consecução dos interesses nacionais; (b) definir e implementar prioridades integradas; e (c) identificar e alocar os recursos e instrumentos de poder disponíveis ou alcançáveis para perseguir aqueles objetivos de maneira articulada. Integrados e sistematizados, esses elementos permitem identificar um conjunto de princípios, objetivos, perspectivas e meios que ajudarão a **guiar a política exterior, reduzindo ambiguidades e contradições, aumentando sua consistência e facilitando a ação externa do país, que passa a realizar-se com maior contexto, coerência e inteligibilidade** (KALOUT & DEGAUT, 2017, p. 10, grifo nosso).

Amorim (2016, p. 305), ao dissertar sobre uma grande estratégia brasileira, propõe que deveria “referir-se a uma coordenação de políticas com vistas à defesa do interesse nacional e à contribuição para a paz mundial”, acrescentando que “o complemento indispensável de uma política externa pacífica é uma política de defesa robusta” (AMORIM, 2016, p.307). Desse modo, conforme Amorim (2016), essa deveria ser a essência ou o cerne da grande estratégia brasileira, sendo imprescindível unir os objetivos de defesa e a política externa.

Assim, após indicar as definições de grande estratégia, compreender as formas que assume o termo estratégia e apontar como é empregado nesta pesquisa, o próximo tópico examinará o conceito de parceria estratégica, explorando seu desenvolvimento e importância nas relações interestatais.

1.1.2. Parceria estratégica: definição conceitual e empregos do termo

Antes de se desenvolver nas relações internacionais, o termo parceria estratégica já era adotado em outras áreas, referindo-se às relações instituídas entre empresas, sendo, frequentemente, utilizado como sinônimo de aliança estratégica (SOUZA FARIAS, 2013).

As parcerias estratégicas são amplamente difundidas e tem muita importância para as grandes empresas. Essas envolveriam a coordenação a fim de atingir um objetivo estratégico, abrangendo a contribuição tecnológica, de capital ou de outros recursos, levando ao

desenvolvimento conjunto (SOUZA FARIAS, 2013). Cabus Klotzle (2002) salienta que as parcerias entre empresas, de forma a empreenderem relações de produção, não são atividades recentes, mas devido à globalização, vêm tornando-se uma prática mais comum, principalmente para sobreviverem no mercado e aumentarem sua competitividade.

Nesse sentido, alguns autores adotam uma visão mais ampla do termo classificando-o como diversas formas de acordo de cooperação e parceria entre empresas, sendo que outros, de modo mais restrito, não consideram algumas formas de relações interempresarias como fusões e aquisições (CABUS KLOTZLE, 2002).

Entretanto, a partir da Guerra Fria o termo passou a ser usado também para referir-se a certos relacionamentos estabelecidos entre Estados. Nesse sentido, Ramos Becard (2013, p. 48) afirma que:

Nos últimos anos, em especial, diversos países resolveram formar parceria estratégica com seus principais colaboradores regionais ou globais, sobretudo, de forma a promover o desenvolvimento, diminuir assimetrias, garantir a segurança e aumentar ou preservar seu poder relativo no sistema internacional. A crescente popularidade desse tipo de relação parece ser uma prova da expansão dos laços de interdependência internacional, sobretudo, por meio dos conhecidos processos de globalização e regionalização. Ao mesmo tempo indica ser um sinal da necessidade de se reagir a tais processos universalizantes, por meio de uma melhor seleção de parceiros. (RAMOS BECARD, 2013, p. 48).

Nas últimas décadas, o termo parceria estratégica vem sendo utilizado por muitos países para designar algumas de suas relações bilaterais, bem como é cada vez mais empregado pelos acadêmicos para explicar a particularidade e a profundidade de alguns vínculos interestatais. Apesar disso, poucos países deixam claro “o que entendem por esse tipo de relação ou o que pretendem prioritariamente atingir por meio dela, dando apenas alguns indicativos de como tais parcerias podem ser discernidas das demais relações que possuem” (RAMOS BECARD, 2013, p. 37).

Nessa perspectiva, parcerias estratégicas, para Lessa (1998, p. 31), podem ser entendidas como “relações políticas e econômicas prioritárias reciprocamente remuneradoras, constituídas a partir de um patrimônio de relações bilaterais universalmente configurado”. Essas parcerias bilaterais, às vezes, almejam a aproximação de posições políticas e o aprofundamento do diálogo bilateral, outras vezes, a oportunidade de desenvolvimento de grandes projetos conjuntos ou mesmo a penetração comercial recíproca, porém sempre têm

em vista o projeto de desenvolvimento nacional (LESSA, 1998).

Costa Vaz (1999, p. 2) associa a construção de uma parceria estratégica “à condição de relacionamento privilegiado, em nível bilateral, para a realização de interesses (não necessariamente comuns), tidos como importantes para consecução de objetivos internos e/ou externos de parte dos Estados que as constituem”.

Já Cameron e Yongnian (2007) definem como um comprometimento de longo prazo entre dois atores de forma a estabelecer uma relação próxima em várias áreas. No entanto, ponderam que isso não impede que surjam diferenças entre os mesmos, mas é necessário que reconheçam a importância do compromisso mútuo em tentar alcançar pontos de acordo sempre que possível.

Por outro lado, Moraes y Blanco (2009) considera que o termo pode possuir mais de uma definição, uma vez que deve ser analisado o contexto no qual é anunciado e aceito em uma relação bilateral, pois cada parceria estratégica tem seu caráter específico. Contudo, afirma que existem certas condições necessárias para o estabelecimento dessa relação, bem como deve-se ponderar que remete à noção de interesse ou objetivo fundamental. Desse modo, Moraes y Blanco (2009) apresenta que uma maneira de se compreender o conceito é visualizá-lo como:

[...] um aprofundamento ou formalização de um relacionamento bilateral, de maneira a se definir formas de ação coordenadas com o objetivo de concretização de determinados interesses fundamentais partilhados (não necessariamente ou somente na área de segurança), ou se não partilhados, que ao menos dependem de uma associação com aquele parceiro em específico para ser alcançados ou preservados. A ideia de afinidade, portanto, não é um elemento que deve estar presente. (MORAES Y BLANCO, 2009, p. 43).

Ademais, “é importante haver a convergência de interesses de que o aprofundamento bilateral é essencial para realizar objetivos centrais dos respectivos parceiros, sejam de política externa ou de matérias domésticas.” (SOUZA FARIAS, 2013, p. 26). Ainda assim, a constituição de uma parceria estratégica não evidencia um estado de harmonia de interesses, estando entre os principais motivos para a consecução deste tipo de parceria entre Estados a percepção das oportunidades que podem ser aproveitadas ou os desafios que devem ser superados (SOUZA FARIAS, 2013).

Muitas vezes, uma parceria estratégica é considerada por um país como um meio para se ganhar acesso aos recursos valiosos do parceiro. Em grande medida, parceiros condicionam o sucesso da relação à disponibilidade ou capacidade do outro em transferir-lhe conhecimentos e habilidades ao longo do tempo. Outras vezes, a parceria serve para que a dupla se apresente com capacidades reforçadas, prestando-se como excelente mecanismo de coordenação e de barganha em foros internacionais. (RAMOS BECARD, 2013, p. 57).

Além disso, a parceria pode ser útil em várias questões. Primeiro, por ser uma sinalização aos demais atores da convergência em variados assuntos da agenda internacional. Segundo, por ser uma forma de promover a interação de áreas estratégicas, dar suporte às demandas da sociedade e reduzir custos por meio da cooperação. Por fim, por facilitar a resolução de problemas e desafios comuns que necessitam de uma articulação mais robusta para serem resolvidos (SOUZA FARIAS, 2013).

Nessa parceria, dois países estão dispostos a cooperar para resolver problemas comuns e prioritários, sendo que alguns países são considerados parceiros estratégicos “ora por serem vizinhos ou países dotados de valores ou história comuns, ora por serem uma potência central ou emergente, indispensável na solução de alguns ou diversos problemas setoriais ou globais.” (RAMOS BECARD, 2013, p. 61).

Assim, a parceria estratégica pode ser resumida como sinônimo de um relacionamento especial, prioritário e necessário. Contudo, as parcerias contemporâneas têm perdido seu significado ideal de ser “a expressão de uma agenda bilateralmente construída em torno de convergências políticas e de projetos econômicos” e passam a “ser também um rótulo, com que se brinda nas visitas de Estado e sob o qual se firmam convenções internacionais.” (LESSA, 2009, p. 100).

Paiva Abreu (2008, p. 1) aponta que “quando se trata de estabelecer prioridades nas relações econômicas e políticas entre países” nenhum outro termo é utilizado “de forma tão imprecisa, incorreta e abusiva quanto parceria estratégica”, para o autor, uma parceria estratégica “deveria basear-se na convergência de objetivos nacionais de longo prazo”.

É importante, desse modo, ponderar a relevância dos estudos sobre parcerias estratégicas, termo tão amplamente utilizado nos últimos anos, porém pouco compreendido. O caso brasileiro é prova disso, já que o país tem uma lista significativa de parceiros ditos estratégicos, tornando-se essencial analisar a realidade dessas relações bilaterais, pois para

serem estratégicas as relações deveriam ter a característica principal de serem prioritárias, consideradas as mais importantes em um rol de muitos.

Por fim, após a revisão teórica e a compreensão do termo parceria estratégica, ressalta-se que para os objetivos da presente pesquisa, de modo geral, formula-se o conceito de parceria estratégica como relações bilaterais prioritárias a longo prazo, estabelecidas com os principais parceiros regionais ou globais. Esta pode possuir uma agenda de trabalho abrangente, passando por um amplo espectro de meios (político-institucionais, diplomáticos, econômico-comerciais, militares, tecnológicos, sociais e culturais). Ademais, se destacam por fatores históricos, geográficos e geopolíticos, pela sua profundidade e especificidade, podendo também englobar a construção e consolidação de uma aliança geopolítica e estratégica.

Assim, após as considerações sobre o principal conceito desta pesquisa, a próxima subseção se encarregará de definir outros termos utilizados nas relações internacionais, de forma a demonstrar as diferenças do conceito principal deste estudo com outros que também são empregados quando se refere às relações interestatais estabelecidas no sistema internacional.

1.1.3. Aliança, alinhamento, coalizão, cooperação, integração, regionalismo e relações em eixo

Como destacado anteriormente, é necessário ter em vista que as parcerias estratégicas são relações bilaterais prioritárias, envolvendo diversas áreas e indo além de questões de segurança e defesa. A partir disso, a seguir serão definidos os conceitos de cooperação, integração, regionalismo, relações em eixo, coalizão, alinhamento e aliança.

O conceito de cooperação não é unívoco, há diversas definições para o mesmo nas relações internacionais. A cooperação internacional pode ser compreendida como as relações entre os atores internacionais, estatais ou não estatais, buscando elaborar planos de ação conjuntos visando a paz e o desenvolvimento, podendo envolver as mais diversas áreas. Nesse sentido, a cooperação regional é a cooperação entre os atores de uma mesma região geográfica, continental ou subcontinental.

A cooperação internacional exige um grau de coordenação, a partir da convergência de interesses entre os atores, além da disposição de tomarem decisões conjuntas, no entanto a

mesma não compreende necessariamente uma integração, sendo mais aberta e menos formal (COSTA VAZ, 2002).

No caso do Brasil, a cooperação é coordenada pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC), criada em 1987 e centralizada no Ministério de Relações Exteriores (MRE). Conforme estabelecido no Regimento Interno do Ministério das Relações Exteriores, compete à ABC planejar, coordenar, negociar, aprovar, executar, acompanhar e avaliar, em âmbito nacional, programas, projetos e atividades de cooperação para o desenvolvimento em todas as áreas do conhecimento. Entre as prioridades da Coordenação Geral de Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento da ABC está a cooperação com países da América do Sul, existindo acordos bilaterais de cooperação com todos os países sul-americanos (MRE, 2017).

A integração é entendida como uma forma de regionalismo. Para Pasquariello Mariano e Neto Ribeiro (2016), o regionalismo está ligado à ideia de pertencimento a um espaço geográfico e à articulação a partir de um referencial territorial, envolvendo formas de cooperação entre atores estatais e não estatais. Já a integração está envolta em uma carga de simbolismo ligada à percepção de coesão, envolvendo maior comprometimento e a construção de uma nova institucionalidade ou arranjo político (PASQUARIELLO MARIANO & NETO RIBEIRO, 2016).

Molina (2007, p. 15) conceitua regionalismo como “uma etapa política da integração onde se criam contextos de *regiocentrismo*, Estados nacionais decidem criar regimes de cooperação e integração com a finalidade de aproximar-se de mercados-países”, e, por outro lado, pondera que “a regionalização é uma dinâmica econômica que aspira criar uma região de integração.” (MOLINA, 2007, p. 15). Haesbaert (2010, p. 5) propõe que regionalização diz respeito à “região enquanto processo em constante rearticulação”. Ademais, o autor acrescenta a questão da regionalidade, definindo-a como “a propriedade ou qualidade do ‘ser’ regional”, assim, essa “envolveria a criação concomitante da ‘realidade’ e das representações regionais, sem que elas possam ser dissociadas ou que uma se coloque, a priori, sob o comando da outra [...]” (HAESBAERT, 2010, p. 8).

Integração implica redução ou eliminação de restrições à livre troca de bens, serviços, capitais e pessoas e, em alguns casos, delegação de soberania a uma autoridade supranacional. Em suma, integração pressupõe a formação de um espaço econômico integrado e coordenação regional de políticas públicas. O regionalismo, por outro lado, implica processos de cooperação em áreas diversas, militar, política, econômica, energia e técnica, e reflete

prioridades de política externa, sendo relevante a dimensão geoestratégica. O regionalismo, ao contrário dos processos de integração, tem objetivos bem menos ambiciosos e por ser uma dinâmica majoritariamente intergovernamental envolve graus muito variados de coordenação de políticas governamentais e quase nenhuma delegação de soberania, a não ser no que diz respeito à coordenação específica das questões em negociação. (SOARES LIMA, 2013, p. 178-179).

Puig (1986, p. 41) propõe uma concepção ampla de integração como um “fenômeno social segundo o qual dois ou mais grupos humanos adotam uma regulamentação permanente de determinadas matérias que até esse momento pertenciam a sua exclusiva competência”. Nessa perspectiva, o autor aponta que um defeito fundamental da integração latino-americana é sua ênfase na integração econômica, baseada na interdependência, bem como a concretização de uma integração entre os Estados fundamentalmente.

A integração regional deve ser entendida como um processo não apenas econômico, mas que possa abarcar outras áreas do desenvolvimento dos países ao levar o progresso para os povos, como a educação, ciência, tecnologia, cultura, mobilidade e justiça. Esta requer Estados fortes, com instituições sólidas, que busquem alcançar objetivos políticos e econômicos comuns, e que seja um instrumento para combater a pobreza e a exclusão social (POZZATTI JUNIOR, 2010). Nessa perspectiva, a integração regional pode ser entendida como um conjunto de processos que ocorrem em diferentes níveis ou áreas, podendo-se, assim, dividi-la 5 áreas: de infraestrutura; de segurança e defesa; econômica-comercial; política-institucional; e cultural.

Sobre o conceito de relações em eixo, Cervo (2008, p. 212) aponta que se desenvolvem entre parceiros simétricos e destaca que se “estabelecem por motivações e trazem sempre resultados concretos na esfera política, econômica e geopolítica”. Além disso, para Cervo (2008), se distinguem de uma parceria estratégica pois necessariamente se dá entre parceiros com o mesmo nível de desenvolvimento, enquanto a parceria estratégica pode ocorrer entre dois países mesmo havendo desigualdade. O conceito de relações em eixo foi utilizado na América do Sul, por Moniz Bandeira (1987) para retratar o eixo Brasil-Argentina.

Narlikar (2003, p. 29, tradução nossa) ressalta que “dado o desacordo sobre as questões de definição, não é de surpreender que termos como alianças, coalizões e alinhamentos sejam frequentemente usados de forma intercambiável”². Assim, a autora adota

² “Given the disagreement on definitional issues, it is not surprising that terms such as alliances, coalitions, and alignments are often used interchangeably” (NARLIKAR, 2003, p. 29).

coalizão como um termo “guarda-chuva”, apontando como:

[...] toda atividade concertada envolvendo cooperação entre os atores, cujo objetivo é alcançar um interesse comum bem definido, isto é, a busca de um ‘fim comum’. Também exclui certos tipos de cooperação. Por exemplo, a convergência pontual *ad hoc* de políticas entre atores estatais ou um jogo harmônico de longo prazo não equivale a uma coalizão. Para ser classificado na categoria de coalizões, o comportamento de grupo deve envolver uma coordenação consciente: uma coalizão existe somente quando seus membros estão cientes de agir em tal coletividade.³ (NARLIKAR, 2003, p. 29-31, tradução nossa).

As coalizões internacionais são criadas em resposta a uma ameaça imediata, para barganhar com as grandes potências ou neutralizar ações de outros países no sistema internacional. As áreas tradicionais nas quais se inserem as coalizões são segurança e comércio internacional (CEPALUNI, 2010).

Algumas coalizões são proeminentes como o G-77 na Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) e o G-24 no Fundo Monetário Internacional (FMI). Outras coalizões não são institucionalizadas e são difíceis de rastrear como ocorre dentro da Organização Mundial do Comércio (OMC) (NARLIKAR, 2003). O Fórum IBAS, formado por Índia, Brasil e África do Sul e o Grupo dos 4, constituído por Brasil, Japão, Alemanha e Índia para lutar pela reforma das instituições da Organização das Nações Unidas (ONU), também são exemplos de coalizões (LESSA, 2010).

É importante apresentar ainda o conceito de alinhamento, o qual não é sinônimo de aliança, apesar de existir a confusão entre os dois termos. O alinhamento não é um acordo formal recíproco como a aliança, é uma tendência, uma harmonia entre países. É estabelecer uma atitude ou posição perante uma ordem estabelecida. O não-alinhamento é demonstrar neutralidade na existência de dois blocos antagônicos, por exemplo, durante a Guerra Fria (EUA ou União Soviética).

No caso do alinhamento do Brasil aos Estados Unidos, Pecequillo (2011) aponta dois tipos, o pragmático e o automático. O alinhamento pragmático não significaria a subordinação dos interesses brasileiros aos norte-americanos ou a perda do espaço na América do Sul, mas

³ “[...] all concerted activity involving cooperation among actors, which is aimed at achieving a well-defined, shared interest, that is the pursuit of ‘a common end’. It also excludes certain types of cooperation. For instance, *ad hoc*, incidental policy convergence among state actors or a long-term harmonic game does not equal a coalition. To be classified in the category of coalitions, group behaviour must involve conscious coordination: a coalition exists only when its members are aware of acting in such a collectivity” (NARLIKAR, 2003, p. 29-31).

a troca de favores, “visando à obtenção de vantagens e à valorização do papel estratégico do país no subcontinente” (PECEQUILO, 2011, p. 19). Quanto ao alinhamento automático, este supõe que a adesão às políticas norte-americanas resultaria em concessões. Para a autora, o automatismo é associado, muitas vezes, ao sentimento de euforia brasileira diante de manifestações positivas norte-americanas (PECEQUILO, 2011).

Por fim, é primordial diferenciar aliança de parceria estratégica, pois ambos são utilizados, frequentemente, como sinônimos - sendo assim, será dada maior ênfase a diferenciação deste termo. A utilização de alianças na política externa é antiga e, usualmente, o termo refere-se a uma relação estruturada sobre assuntos militares, tendo como elemento central para sua criação e manutenção o esforço dos Estados pela sua sobrevivência (SOUZA FARIAS, 2013).

Griffiths e O’Callaghan (2002, p. 1, tradução nossa) definem aliança como “um acordo entre dois ou mais Estados para trabalhar juntos em questões de segurança”⁴. Reiter (1994, p. 490, tradução nossa) considera as alianças “os principais meios de política externa pelos quais os Estados aumentam sua segurança e são determinantes cruciais da eclosão, propagação e resultado de guerras”⁵. Além disso, acredita que a construção de uma aliança remete a “um compromisso formal e mútuo em ajudar militarmente no caso de um dos parceiros da aliança ser atacado.”⁶ (REITER, 1994, p. 495, tradução nossa).

Assim, aliança compreende um compromisso formal entre dois ou mais Estados, baseado em questões militares e estabelecido a partir da identificação de interesses essenciais comuns, possuem uma agenda delimitada e objetivos sólidos e específicos, muitas vezes até imediatos, geram obrigações vinculantes e visam a segurança e a sobrevivência no sistema internacional. Ademais, as alianças costumam ser temporárias, sendo concluídas quando o objetivo é alcançado.

Partindo-se da ideia de aliança e de estratégia apontados nesta seção, o conceito de aliança estratégica, frequentemente utilizado nas relações internacionais contemporâneas, poderia ser definido como profundas relações, bilaterais ou multilaterais, baseadas por um acordo formal, com vistas a alcançar objetivos politicamente delimitados de agendas

⁴ “An agreement between two or more states to work together on mutual security issues.” (GRIFFITHS; O’CALLAGHAN, 2002, p. 1).

⁵ “[...] they are the primary foreign policy means by which states increase their security, and they are crucial determinants of the outbreak, spread, and outcome of wars.” (REITER, 1994, p. 490).

⁶ “A formal and mutual commitment to contribute military assistance in the event one of the alliance partners is attacked.” (REITER, 1994, p. 495).

prioritárias dos Estados partes, que envolvam a segurança, a defesa, a sobrevivência dos Estados e o acúmulo de poder no sistema internacional.

No entanto, da forma como utilizado em muitas declarações diplomáticas e mesmo por teóricos da área, aliança estratégica tem sido empregada como sinônimo de parceria estratégica. Em síntese, ambos os conceitos, aliança estratégica e parceria estratégica, são entendidos enquanto relacionamentos prioritários, entre países vistos mutuamente como estratégicos; no caso da primeira, estratégico para a realização de objetivos claros e delimitados, envolvendo a convergência em temas essenciais para a sobrevivência e segurança no sistema internacional. No caso da segunda, estratégico por motivos históricos, geográficos e geopolíticos, ou por ser indispensável para a concretização de diversos problemas setoriais ou globais.

Assim, a **aliança estratégica** seria um relacionamento mais formal, delimitado e profundo, que gera maior comprometimento entre os países, se comparada com uma **parceria estratégica**, a qual é mais abrangente, envolvendo temas diversos da agenda bilateral – como destacado na seção anterior. Sob essa perspectiva, sendo a parceria estratégica mais abrangente, esta pode incluir a formação de uma aliança entre os parceiros.

Acredita-se que a utilização dos termos como sinônimos possa ser relativa ao uso nas demais áreas citadas no início desta seção (como a de negócios), as quais utilizam parceria e aliança estratégica como sinônimos ou quase sinônimos, referindo-se a uma formalização entre empresas de modo a garantir sua ascensão e sobrevivência no mercado.

Acrescenta-se, ainda, que o termo parceria não possui uma tradução semanticamente ideal do português para o espanhol, sendo traduzido, às vezes, como *alianza*, outras vezes, como *asociación*, o que favorece que aliança estratégica e parceria estratégica sejam usados como sinônimos. Para Lorenzini (2013), *alianza estratégica* é um vínculo bilateral de forma integral - macro e microrrelações -, que inclui as dimensões política, econômica e militar, uma relação profunda e densa, tendo como elemento chave a confiança.

Sobre o conceito *alianza estratégica*, Cortes e Creus (2009) afirmam que o mesmo é usado indiscriminadamente, devido a sua amplitude e imprecisão, sua aplicação refere-se a um tipo de relação interestatal, que por variados motivos e fatores, se distingue devido à consideração de sua importância com relação às outras relações bilaterais que compõem o universo diplomático dos países (CORTES & CREUS, 2009).

Observam-se como exemplos do emprego de parceria e aliança estratégica como

sinônimos as relações do Brasil com a Argentina e com a Venezuela. A primeira estabelecida na Declaração do Rio de Janeiro de 1997, na qual não existe delimitação conceitual e operacional clara. Nessa declaração trataram de diversos temas, entre eles acerca da construção da aliança estratégica sendo a primeira vez que os dois países utilizam o termo para tratar de suas relações bilaterais.

Entre os conteúdos deste documento destaca-se a sustentação da aliança estratégica nos valores e ideais compartilhados, na aproximação crescente das sociedades, na vocação econômica e cultura comum e na valorização do Mercosul, o qual devia ser ampliado e aprofundado (SCHTREMEL, 2009). Além disso, caracteriza-se esta aliança como um “elemento central e permanente de nossos respectivos projetos nacionais”, constituindo o “melhor instrumento para o desenvolvimento dos nossos povos.” (BRASIL & ARGENTINA, 1997, p. 6).

Outros pontos destacados nesta declaração são acerca da importância da assinatura, nesta mesma ocasião, do Memorando de Entendimento sobre Consulta e Coordenação em Temas de Defesa e Segurança, bem como sobre a assinatura do Memorando de Entendimento sobre Integração Fronteiriça e da Ata sobre Integração Física e Controles Integrados de Fronteira. Também se menciona sobre os avanços alcançados na integração energética, entre outras questões (BRASIL & ARGENTINA, 1997).

A aliança estratégica com a Venezuela foi formalizada pelo Comunicado Conjunto de fevereiro de 2005, o qual aponta 10 componentes gerais dessa aliança e, posteriormente, estabelece um programa com 13 pontos para implementação, os quais são: Energia, petroquímica e gás; Mineração; Tributos e aduanas; Financiamento; Indústria e comércio; Agricultura familiar e reforma agrária; Turismo; Cooperação técnica; Aquicultura e pesca; Ciência e tecnologia; Comunicação e informação; cooperação militar; e Outros temas de interesse (incluem nesse ponto: o Fundo Humanitário Internacional; a Carta Social das Américas; a Integração energética; o Banco de Desenvolvimento do Sul; e a Telesul) (BRASIL & VENEZUELA, 2005).

Ambos os relacionamentos, com Argentina e com Venezuela, ora são classificados como parceiros estratégicos, ora como aliados estratégicos, seja pela diplomacia ou mesmo por teóricos das Relações Internacionais. Essas questões poderão ser aprofundadas nas próximas seções.

Ressalta-se que se utiliza o termo parceria estratégica nesse estudo justamente devido

à abrangência de temas e agendas - pois as relações aqui investigadas vão além de temas militares, de defesa e segurança - à profundidade e especificidade dessas relações - por questões históricas, geográficas e geopolíticas - e à importância a nível regional. Além disso, faz-se necessário enfatizar que, muitas vezes, propor uma aliança estratégica, sendo esta um comprometimento formal, que gera obrigações vinculantes, que delimite questões como ameaças comuns, defina temas prioritários para trabalho conjunto entre Estados, principalmente nas áreas de segurança e defesa, tem um custo, político e econômico, ao qual os países, muitas vezes, não estão dispostos a arcar.

A partir do exposto, pôde-se compreender a definição e aplicação específica de cada um dos conceitos mencionados. Dessa forma, a seguir, o Quadro 1.1.3 sintetiza o explicitado nesta seção.

Quadro 1.1.3. Síntese dos conceitos

| Conceito | Definição |
|---------------------------------|--|
| Estratégia | Não se restringe apenas a operações militares, planejamento ou preparação para situações de guerra. Refere-se aos procedimentos necessários para alcançar objetivos politicamente delimitados ou interesses primordiais de um Estado; utilizando-se da força, dissuasão, cooperação, ou formando parcerias e alianças com outros Estados; envolvendo, assim, questões políticas e econômicas além de militares. |
| Grande Estratégia | Compreendida como a definição e conjugação dos meios e interesses prioritários de um país, ou seja, identificar e alinhar suas capacidades e recursos de poder com seus objetivos e prioridades em longo prazo, de modo a guiar sua política externa e torná-la coerente e consistente no tempo. |
| Alinhamento | Uma tendência ou harmonia entre países; estabelecer uma atitude ou posição perante uma ordem estabelecida. O não-alinhamento é entendido como a neutralidade na existência de dois blocos antagônicos. Não é um acordo formal e é estabelecido com uma potência mundial. |
| Coalizão | Uma coordenação consciente entre atores de modo a agir em coletividade diante de uma ameaça, para barganhar com as grandes potências ou neutralizar ações de outros países no sistema internacional. |
| Cooperação Internacional | Relações entre atores internacionais buscando elaborar planos de ação conjuntos nas mais diversificadas áreas, visando a paz e o desenvolvimento. É estabelecida a partir da convergência de interesses e exige a disposição em tomar decisões conjuntas, porém é mais aberta e menos formal que uma integração. |
| Cooperação regional | Cooperação entre atores de uma mesma região geográfica, continental ou subcontinental. |
| Relações em Eixo | Relações diplomáticas de parceria ou aproximação entre países com um nível de desenvolvimento ou capacidades semelhantes. |
| Aliança | Um compromisso formal entre dois ou mais Estados, formalizado através de um acordo de colaboração ou cooperação pontual, geralmente vinculado a questões militares, estabelecido a partir da identificação de interesses comuns e/ou visando o trabalho conjunto em temas para segurança e sobrevivência dos Estados. Possui uma agenda claramente delimitada e direcionada; gera obrigações vinculantes, pode ser temporária ou ter longa duração, sendo geralmente concluída quando o objetivo é alcançado. |
| Aliança estratégica | Profundas relações, bilaterais ou multilaterais, baseadas em um acordo formal, com vistas a alcançar objetivos politicamente delimitados e prioritários, envolvendo a convergência em temas essenciais para a sobrevivência, a defesa, a segurança ou o acúmulo de poder no sistema internacional, podendo gerar obrigações vinculantes. |
| Parceria estratégica | Relações bilaterais prioritárias, estabelecidas com os principais parceiros regionais ou globais, possuem agendas mais abrangentes, passando por um amplo espectro de meios (político-institucionais, diplomáticos, econômico-comerciais, militares, tecnológicos, sociais e culturais). São formadas a partir de interesses comuns em variadas áreas e se destacam por fatores históricos, geográficos e/ou geopolíticos; não geram obrigações vinculantes; e podem incluir a construção e consolidação de uma aliança estratégica. |
| Regionalismo | Articulação a partir de um referencial geográfico, envolvendo diversas formas de cooperação entre atores estatais e não estatais, em diferentes áreas como militar, política, econômica, refletindo as prioridades de política externa. |
| Integração Regional | Está ligada a ideia de coesão e fortalecimento do espaço geográfico e dos Estados pertencentes; um processo que pode ser apenas econômico, como também político, social, cultural, envolvendo projetos conjuntos em diversas áreas como energia, infraestrutura, educação, ciência e tecnologia, justiça, segurança e defesa, etc. Envolve um alto grau de comprometimento e a construção de uma nova institucionalidade. |

Fonte: elaborado pela autora.

A partir do exposto nesta seção, poder-se-á aprofundar nas próximas seções e capítulos deste estudo o emprego do termo parceria estratégica para as relações brasileiro-argentinas. Assim, deve-se agora investigar o segundo elemento que compõe esse capítulo, qual seja, analisar a utilização do termo e a consolidação de parcerias estratégicas por Brasil e Argentina, com ênfase nas parcerias regionais.

1.2. AS PARCERIAS ESTRATÉGICAS DE BRASIL E ARGENTINA: GEOPOLÍTICA E PREOCUPAÇÃO COM O ENTORNO GEOGRÁFICO

Após a revisão teórica feita na seção anterior, percebe-se a importância dos estudos sobre parceria estratégica - principalmente no caso brasileiro, o qual tem uma lista significativa de parceiros ditos estratégicos. No início do século XXI, o termo foi amplamente empregado pela diplomacia brasileira, o que “acabou contribuindo para o desvirtuamento do seu significado original” (COUTO, 2013, p. 195).

Nessa perspectiva, torna-se primordial analisar a realidade dessas parcerias, pois para serem estratégicas as relações deveriam ter a característica principal de serem prioritárias, consideradas as mais importantes em um rol de muitas, como propõe Lessa e Altemani Oliveira (2013, p. 10):

Todos não podem ser estratégicos, porque verdadeiramente não são fundamentais e porque não têm a mesma relevância para a ampliação da capacidade de realização de interesses que as diplomacias nacionais buscam instrumentalizar no seu dia a dia. Afinal, guardando as devidas proporções, pode-se afirmar que a ideia de **melhores amigos** somente faz sentido para quem tem muitos amigos (LESSA & ALTEMANI OLIVEIRA, 2013, p. 10, grifo do autor).

Como apontado, o termo parceria estratégica é frequentemente utilizado pela diplomacia brasileira. Já no caso argentino o conceito não é usualmente adotado, podendo ser referenciado por alguns autores. Contudo, o termo comumente empregado é *alianza estratégica* que, como mencionado na seção anterior, pode ser entendido como uma forma de traduzir para o espanhol a expressão parceria estratégica.

Antes de prosseguir nesta discussão, faz-se necessária uma breve conceitualização do

uso da abordagem geopolítica conforme utilizado nesta dissertação. Aponta-se que a geopolítica “refere-se à combinação de fatores geográficos e políticos que determinam a condição de um Estado ou região, enfatizando o impacto da geografia sobre a política.” (ALMEIDA MELLO, 1999, p. 12). Miyamoto (1981, p. 76) propõe que a geopolítica se preocupa com a aplicação dos fatores geográficos “na formulação de uma política visando principalmente fins estratégicos” e a concebe como uma teoria de poder.

Neste contexto, - e inspirados em geopolitólogos clássicos, como Halford John Mackinder, Nicholas John Spykman e a teoria do poder terrestre ou Alfred Thayer Mahan e a teoria do poder marítimo – geopolitólogos militares brasileiros, como Mario Travassos, Golbery de Couto e Silva, Carlos de Meira Mattos e outros, aplicaram as teorias geopolíticas para o contexto sul-americano, destacando as preocupações com a soberania nacional, a integração e a coesão territorial, a independência energética, investimentos em infraestrutura e a projeção externa do poder nacional (MIYAMOTO, 1981; SIVESTRE ALBUQUERQUE, 2015; MESSIAS DA COSTA & THÉRY, 2016).

Da mesma forma, geopolitólogos sul-americanos contemporâneos seguiram os estudos geopolíticos na América do Sul, sobrepondo a perspectiva da cooperação e integração regional ante as perspectivas das rivalidades e conflitos potenciais (METHOL FERRÉ, 2009; GULLO OMODEO, 2006; CEPIK, 2008; VIZENTINI, 2003, 2010; MESSIAS DA COSTA & THÉRY, 2016). Dessa nova geração destacam-se nomes como Bertha Becker, Alberto Methol Ferré, Shiguenoli Miyamoto, Wanderley Messias da Costa, Leonel Itaussu Almeida Mello, Luiz Alberto Moniz Bandeira, Marcelo Gullo Omodeo e Paulo Fagundes Vizentini.

A partir dessas considerações, salienta-se que não cabe aqui fazer uma comparação entre Brasil e Argentina, mas identificar de maneira objetiva alguns pontos importantes da geopolítica e das relações bilaterais dos países. Nesse sentido, e tendo em vista a escala geográfica delimitada para este trabalho, aqui serão enfatizadas as relações estratégicas de Brasil e Argentina no contexto sul-americano.

1.2.1. Parcerias estratégicas e relações regionais: análise e aplicação do termo nas relações bilaterais brasileiras

A construção de parcerias estratégicas pela diplomacia brasileira advém do

pragmatismo associado ao caráter universalista da política externa brasileira, o que Lessa (1998) denomina de universalismo seletivo. Nesse sentido, o autor aponta que a construção dessas parcerias advém da

[...] compatibilização da vocação histórica do Brasil para a universalidade com a necessidade de aproximações seletivas, o que abre a possibilidade para movimentos de adaptação aos nichos de oportunidade e aos constrangimentos internacionais que se apresentam conjuntamente. (LESSA, 1998, p. 31).

Os Estados Unidos são apontados como um relacionamento fundamental no sistema de relações internacionais do Brasil. Essa parceria - ou o esgotamento dela - tornou necessária a diversificação dos vínculos externos e justifica o processo de construção das parcerias estratégicas do país, que buscou outros eixos de ação e compensação, a partir do objetivo de alcançar novas etapas de desenvolvimento (CERVO, 2008; LESSA, 2009). Nesse contexto, o adjetivo estratégico poderia ser adotado para o relacionamento que, devido sua intensidade econômica e qualidade do diálogo político, pudesse relativizar o desenvolvimento dependente aos Estados Unidos e as múltiplas e complexas adversidades da interação com essa potência (LESSA, 2009, 2010).

Costa Vaz (1999, p. 2) acredita que, no caso brasileiro, a construção dessas parcerias “esteve sempre voltada para o acesso a recursos, insumos e oportunidades a serem canalizados para o processo de desenvolvimento”. Assim, para o autor, elas possuem “também funcionalidade para o fortalecimento do Mercosul, ainda que não o seja de forma automática e não exclua o risco de gerar áreas de divergência ou assintonia com seus sócios.” (COSTA VAZ, 1999, p. 2).

No entanto, a expressão parceria estratégica vem sendo amplamente utilizado nos discursos sem um rigor teórico ou uma especificação para sua utilização em cada caso. Durante o Governo Lula (2003-2010), o Brasil atuou em diferentes campos e estabeleceu inúmeras parcerias, estabeleceu-se a estratégica conhecida por autonomia pela diversificação. Sobre isso, Lessa (2010) afirma:

[...] a vulgarização da expressão levou ao seu uso inconsequente no discurso diplomático, especialmente a partir dos anos 2000. Agora a diplomacia espera injetar um senso de oportunidade e urgência no discurso político e na relação econômica com tantos ‘parceiros’ quanto parecem ser úteis no atual

aggiornamento do perfil internacional do Brasil.⁷ (LESSA, 2010, p. 4, grifo do autor, tradução nossa).

Da mesma forma, Paiva Abreu (2008) sustenta que:

No Brasil de hoje se fala de parceria estratégica com escassa atenção à convergência de interesses. Impressiona a proliferação do número de parcerias propostas, quase sempre mal sustentadas por racionalizações de natureza econômica ou política. Proliferação de prioridades significa inexistência de prioridades. (PAIVA ABREU, 2008, s. p.).

Observa-se que os termos parceria estratégica e aliança estratégica são ou já foram empregados para se referir às relações com Estados Unidos, Portugal, Espanha, França, Itália, Alemanha, União Europeia, Japão, Suíça, Nigéria, os países do BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) e IBAS (Índia, Brasil e África do Sul), alguns países árabes e outros. Na América do Sul, países como Argentina, Venezuela, Peru, Bolívia, Uruguai, Paraguai, Chile são ou já foram em algum momento mencionados como parceiros estratégicos (LESSA, 2009; SHTREMEL, 2009; LESSA & ALTEMANI OLIVEIRA, 2013).

Essa dispersão de recursos - políticos, diplomáticos e financeiros - é, em parte, resultado da preponderância da diplomacia das “palavras” que tem marcado a política externa brasileira desde 2003, em contraste com a diplomacia de substância. Também decorre do papel central ocupado na agenda brasileira pela postulação de assento permanente em um Conselho de Segurança das Nações Unidas reformado. Para angariar votos na Organização das Nações Unidas (ONU), é necessário ter exposição global, criar novas embaixadas, assegurar presença, mesmo que perfunctória, em um grande número de países de relevância modesta nas relações bilaterais. (PAIVA ABREU, 2008, s. p.).

Mesmo que a linguagem diplomática abuse do uso do termo como forma de exaltar determinado vínculo externo, Cervo (2008, p. 29) acredita que “a qualificação de parceiro estratégico atribui-se, em princípio, àquele Estado, bloco ou coalizão capaz de aportar elementos substantivos à expansão do comércio exterior, investimentos diretos, da organização empresarial, da ciência e tecnologia”.

⁷ “[...] the expression's vulgarization led to its inconsequential use in the diplomatic discourse, especially as of the 2000s. Now diplomacy expects to inject a sense of opportunity and urgency into the political discourse and the economic relationship with as many "partners" as seem to be useful in the current *aggiornamento* of Brazil's international profile.” (LESSA, 2010, p. 4).

A partir dessas considerações, para o caso brasileiro, Lessa e Altemani Oliveira (2013) observam que existem dois sentidos para o termo parceria estratégica:

O primeiro é o das experiências históricas, plasmadas na alta relevância que determinados relacionamentos bilaterais adquiriam ao longo da implementação de estratégia de desenvolvimento que demandou apoios políticos, capacidade de articulação, aumento do fluxo de capitais, mercados consumidores e cooperação científica e tecnológica. [...] A segunda acepção de parcerias estratégicas a informar a política externa brasileira se fez comum a partir de 2003, quando o governo Lula da Silva de fato se empenhou em retomar a vocação universalista da ação internacional do país. Ela, entretanto, fez-se simples categoria do discurso diplomático, sendo usada quase como sinônimo de programa de trabalho, de rótulo gentil. Com isso, esvaiu-se o sentido de alta relevância, de tradução de densidade essencial das agendas bilaterais. (LESSA & ALTEMANI OLIVEIRA, 2013, p. 10-11).

O Brasil possui parcerias estratégicas ditas tradicionais, como os Estados Unidos, Japão e países da União Europeia, parcerias estratégicas regionais, com seu entorno geográfico, a América do Sul, como a Argentina e a Venezuela, e parcerias estratégicas emergentes, como China, Índia, Rússia (COSTA VAZ, 1999; LESSA, 2010; LESSA & ALTEMANI OLIVEIRA, 2013). No entanto, reafirma-se que aqui será dada ênfase ao contexto regional.

Inicialmente, a partir da Segunda Guerra Mundial, as parcerias estratégicas do Brasil eram formadas com países desenvolvidos, como Estados Unidos, Alemanha e Japão. No entanto, isso passou a se alterar a partir dos anos 1980, quando mudanças, a nível internacional e regional, transformaram a América Latina e, mais precisamente o Cone Sul, em “espaço essencial de projeção de interesses brasileiros e no qual o país construiria sua mais importante e abrangente parceria estratégica.” (COSTA VAZ, 1999, p. 6).

Desde o Barão do Rio Branco a América do Sul passou a ter espaço no pensamento geopolítico e nas preocupações da diplomacia brasileira, a partir da evolução da noção de vizinhança e da identidade internacional do Brasil. No entanto, na visão dos geopolitólogos militares brasileiros, a América do Sul era a região destinada para o país exercer seu poder como potência regional, competindo com a Argentina o domínio desse território. Com o tempo, observou-se uma mudança desse pensamento e a partir do final do século XX a América do Sul adquire nova visibilidade. Já durante o Governo Lula torna-se prioridade na política externa brasileira (CERVO, 2008).

Desde os anos 1980 [...] e particularmente ao longo dos últimos quinze anos, os conceitos e as políticas brasileiras para a América do Sul passaram de um quadro estratégico claramente focado no exercício da hegemonia e da concorrência com os países vizinhos (principalmente a Argentina) para outro com base nos conceitos e práticas de cooperação regional. (MESSIAS DA COSTA, 2016, p. 9).

Essa tendência de aprofundamento da cooperação e integração regional deve-se de maneira significativa ao fim das rivalidades entre Brasil e Argentina e à consolidação de uma parceria estratégica entre os dois vizinhos de maior peso na América do Sul. Demonstrou-se, a partir disso, preocupação especial com os vizinhos com a busca pela institucionalização da região por meio de blocos econômicos como o Mercado Comum do Sul (Mercosul)⁸, e iniciativas que vão além de questões econômicas e comerciais, como a União das Nações Sul-Americanas (Unasul)⁹.

Esse conjunto de articulações e iniciativas no subcontinente o promovem a uma região geopolítica, isto é, “uma entidade política transnacional dotada de unidade mínima e arcabouço institucional baseados em princípios e macro-objetivos comuns nas relações internacionais.” (MESSIAS DA COSTA, 2009, p. 7). Assim, para Messias da Costa (2009), em termos geopolíticos, América Latina não existe como objeto teórico e empírico mas sim a América do Sul, principalmente devido a institucionalização do espaço regional. Cairo (2008) analisa que a América Latina é, no decorrer da história, uma região marginalizada pelos modelos geopolíticos, sem importância no que diz respeito às questões mundiais, apesar de que na “nova ordem geopolítica, os modelos geopolíticos [...] apresentam a América Latina como uma região muito mais autônoma que os anteriores.” (CAIRO, 2008, p. 234).

Na visão geopolítica brasileira atual, a América do Sul ganhou novo sentido, como entorno estratégico do Brasil, lugar privilegiado de inserção do país e na qual pretendeu

⁸ Criado em 1991, a partir do Tratado de Assunção assinado por Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. Hoje conta com 6 Estados partes, conforme o site oficial do Mercosul, no entanto, a República Bolivariana da Venezuela se encontra suspensa de todos os direitos e obrigações à sua condição de Estado Parte do Mercosul e o Estado Plurinacional da Bolívia se encontra atualmente em processo de adesão (MERCOSUL, 2017). “Em função de que o Tratado de Assunção está aberto à adesão de outros Estados membros da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), a Venezuela se constituiu no primeiro Estado Latino-Americano em aderir ao tratado constitutivo, em 2006; e, mais recentemente, a Bolívia, em 2015. O Protocolo de Adesão de Bolívia ao Mercosul já foi assinado pela totalidade dos Estados Parte em 2015 e agora se encontra em vias de incorporação pelos congressos dos Estados Parte.” (Mercosul, 2017, s. p.).

⁹ A Unasul foi criada em 2008 com a assinatura de seu Tratado Constitutivo e abrange todos os países sul-americanos, exceto Guiana Francesa.

irradiar sua influência e liderança, propondo, para isso, uma política externa que integrasse as ações diplomáticas com as políticas de defesa e desenvolvimento econômico (FIORI, 2013). A maior aproximação com a América do Sul resulta também na busca por integrar o espaço sul-americano e permitir maior grau de autonomia principalmente em relação aos Estados Unidos (CONTI PAGLIARI, 2006).

A nova edição da Política Nacional de Defesa (PND), além de localizar ameaças no que denomina ativos estratégicos, define que “a América do Sul é o ambiente regional no qual o Brasil se insere”, assim, o país busca “aprofundar seus laços de cooperação” com a região. Ademais, afirma que “como consequência de sua situação geopolítica, é importante para o Brasil que se aprofunde o processo de desenvolvimento integrado e harmônico da América do Sul, que se estende, naturalmente, à área de defesa e segurança regionais.” (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2013, p. 4-5).

Da mesma forma, no Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN) defende a integração sul-americana de modo a “evitar possíveis ações hostis contra o patrimônio de cada uma das nações da região.” (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2012, p. 51), bem como afirma que:

A integração sul-americana permanece como objetivo estratégico da política externa brasileira, pois o País reconhece no adensamento das relações políticas, sociais e econômicas entre os países sul-americanos um elemento fundamental para o desenvolvimento socioeconômico e para a preservação da paz na região. [...] Ganha relevância, nessa perspectiva, a consolidação da União de Nações Sul-Americanas (Unasul), que se tem revelado um instrumento para a solução pacífica de controvérsias regionais, para a proteção da democracia na América do Sul, para o fortalecimento do diálogo entre os Estados-membros e para a progressiva formação de uma base industrial de defesa sul-americana. (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2012, p. 34).

Assim, a partir da preocupação com o entorno geográfico, além das iniciativas de cooperação e integração regional que vieram sendo implementadas, o Brasil também estabeleceu parcerias estratégicas regionais. Como apontado anteriormente, os parceiros regionais que se destacam na sua relevância para a consecução dos objetivos e interesses fundamentais da diplomacia brasileiras são Venezuela e Argentina.

O caso das relações Brasil-Venezuela é significativo para mostra como se podem transformar relações de desconfiança em relações cooperativas estratégicas, mas também para mostrar como as relações de cooperação

estratégica podem ser oscilantes, o que, provavelmente, indique um estágio ainda não amadurecido da parceria. (DUARTE VILLA, 2013, p. 239).

No decorrer do século XIX e XX, as desconfianças para com o Brasil foram constantes no pensamento venezuelano, que, assim como boa parte dos países sul-americanos, atribuía ao Brasil motivações expansionistas numa política de poder na região, bem como havia desconfianças diante dos planos de integração brasileiros. Da mesma forma, o Brasil preocupava-se com algumas atitudes da diplomacia venezuelana e aos governos brasileiros nunca agradou a parceria venezuelana com os Estados Unidos (DUARTE VILLA, 2013).

A partir dos anos 1970, a preocupação com o entorno amazônico e com as questões energéticas, bem como o problema da dívida externa ampliou o diálogo político entre os dois países (GEHRE GALVÃO, 2011). Ademais, a partir do Governo de José Sarney (1985-1990), “passa-se a explorar fortemente o caminho integracionista sul-americano, tendo sido definida a Venezuela pela fronteira norte e a Argentina pela fronteira sul como as duas relações estratégicas a serem cultivadas para atingir esse objetivo.” (DUARTE VILLA, 2013, p. 242).

Assim, durante o Governo de Itamar Franco (1992-1995), no Brasil, e no segundo mandato de Rafael Caldera (1969-1974; 1994-1999), na Venezuela, buscou-se compatibilizar o projeto brasileiro e venezuelano de integração. Para isso, procurou-se desenvolver entre os dois países ações de integração fronteiriça e energética, fortalecer os fluxos comerciais bilaterais e, por fim, lançar a iniciativa de criar uma zona de livre comércio sul-americana (DUARTE VILLA, 2013). Nesse contexto firma-se o Protocolo da Guzmania, que cria a Comissão Binacional de Alto Nível (COBAN).

Com a ascensão de Hugo Chávez (1999-2013) à Presidência da Venezuela e, mais efetivamente, com o início do Governo Lula (2003-2010) no Brasil, intensificaram-se os desejos de aprofundamento nas relações bilaterais e de desenvolver projetos conjuntos (GEHRE GALVÃO, 2011). Além disso, a atitude brasileira durante a crise política venezuelana, a qual ocorreu durante os anos da administração de Hugo Chávez, a condenação pelo Brasil do golpe de Estado de 2002, e a proposta de criação do Grupo Amigos da Venezuela, iniciativa do Governo Lula, foram alguns dos fatores que conseguiram transformar as percepções negativas da elite Venezuela sob o Brasil (DUARTE VILLA, 2013).

O Brasil compartilha 2.199 quilômetros de fronteiras com a Venezuela, a mesma é um importante parceiro comercial para o país e durante os governos de Lula e de Chávez os laços entre os dois países se aprofundaram em diversas áreas. Assim, no comunicado conjunto de

fevereiro 2005, decidiram construir uma aliança estratégica¹⁰, determinando neste documento seus componentes e uma série de iniciativas para a consolidação da mesma, as quais seriam monitoradas pela Comissão Binacional de Alto Nível e seus Grupos de Trabalho (BRASIL & VENEZUELA, 2005).

Apesar disso, durante o Governo Chávez, as iniciativas diplomáticas e econômicas para a construção da liderança regional e o crescente interesse em desenvolver um papel protagonista na América do Sul geraram tensões com o Brasil, o qual passou a perceber que além de um aliado, tinha como vizinho um concorrente potencial. Outro fator notório é que as diferenças entre Brasil e Venezuela na concepção do processo de integração são marcantes e geram desentendimentos (DUARTE VILLA, 2013).

Gehre Galvão (2011, p. 21) aponta que o relacionamento entre Brasil e Venezuela pode ser definido como uma parceria relutante, uma vez que se “sustentou e construiu uma parceria, consoante reservas, restrições e comportamentos relutantes de ambos os países”. Essa parceria relutante é explicada pelo autor devido a fatores como “forças profundas ideológicas e econômicas, assim como forças de pressão desorganizadoras”, que “causaram atritos em diferentes momentos nas relações entre Brasil e Venezuela na política internacional.” (GEHRE GALVÃO, 2011, p. 21).

Já a Argentina sempre foi considerada a maior rival brasileira, com esse vizinho estabeleceu-se uma relação de desconfiança e competição pela influência no entorno geográfico. Na visão de geopolitólogos brasileiros, como Mário Travassos, era necessário neutralizar a influência argentina e, assim, fortalecer o poder brasileiro, expandir a influência sob os vizinhos sul-americanos, integrando o território nacional em direção ao oeste e promovendo a integração territorial, principalmente entre as Bacias Amazônica e do Prata (MESSIAS DA COSTA, 2008; VACARI ARRUDA & WALDMANN JÚNIOR, 2015; SILVESTRE ALBUQUERQUE, 2015).

No entanto, com o tempo, laços cooperativos foram estabelecidos, as desconfianças e as rivalidades foram sendo superadas e a Argentina passou a ser o parceiro prioritário do país.

A extraordinária transformação observada nas relações com a Argentina,

¹⁰ Como mencionado na seção anterior, apesar da utilização do termo “aliança estratégica”, a mesma é caracterizada, conforme a visão de Gehre Galvão (2011), como uma parceria relutante, devido, entre outras coisas, à diversificação das áreas de atuação e a falta de rigor em determinar os interesses primordiais dos Estados – como pôde ser visualizado na seção anterior – bem como as dificuldades na implementação da agenda de trabalho conjunto.

particularmente, desde os anos oitenta, inclusive, assumiu um significado histórico que permite inscrevê-las entre as autênticas parcerias estratégicas do Brasil. [...] As relações com a Argentina, igualmente complexas, converteram-se na ponta de lança da ação regional brasileira, tanto na dimensão política quanto na econômica, e nelas estão imersos os projetos que o Brasil desenvolveu sobre integração comercial, sobre segurança e sobre as medidas de cooperação política com outros países sul-americanos – seja lá qual a forma que tenham assumido nas últimas duas décadas (Mercosul, Área de Livre Comércio da América do Sul, Comunidade Sul-Americana de Nações, União Sul Americana...). (LESSA, 2009, p. 98).

Nos próximos capítulos, esse relacionamento será aprofundado, de modo que poderão ser visualizados os períodos de afastamento e os de cooperação, a consolidação dessa parceria estratégica e o trabalho conjunto em prol da integração regional. Ademais, poderá ser constatada a importância desse relacionamento bilateral como uma legítima parceira estratégica brasileira.

1.2.2. América do Sul, integração e parcerias regionais da Argentina

Conforme apontado anteriormente, a expressão parceria estratégica é traduzido para o espanhol como *alianza estratégica* - ou, em alguns casos, como *asociación estratégica* -, pois não existe a palavra “parceria” neste idioma. Assim, pela análise de suas relações bilaterais regionais, pode-se compreender que *alianza estratégica* seja o termo mais utilizado para se referir aos relacionamentos prioritários do país. Nesse sentido, muitos autores aqui citados utilizam essa denominação para tratar de relacionamentos que podem ser traduzidos ao português como parcerias estratégicas, justamente devido às características que foram mencionadas na seção anterior.

Da mesma forma que o Brasil, a Argentina historicamente estabeleceu parcerias com os países desenvolvidos, como Europa, principalmente Grã-Bretanha, e Estados Unidos. Já a América Latina ocupava um baixo perfil nas relações internacionais do país e as relações com o Brasil se estabeleciam pela lógica das rivalidades geopolíticas, com ambos disputando o poder regional e, apesar das tentativas de cooperação, as desconfianças eram frequentes (PERES MILANI, 2015). Essas percepções começaram a se alterar a partir do pós-Segunda Guerra Mundial, principalmente nos governos de Juan Domingo Perón (1946-1952; 1952-1955; 1973-1974), levando o país a se voltar para o entorno geográfico (RUSSELL &

TOKATLIAN, 2002; GRANATO & ODDONE, 2014; PERES MILANI, 2015).

O Governo Perón buscou maiores margens de autonomia frente aos Estados Unidos e estabeleceu uma grande aproximação política e cultural com a América Latina. Além disso, pregava a integração regional como forma de avançar no desenvolvimento nacional, na busca pela maior autonomia e como instrumento de projeção de poder (GRANATO & ODDONE, 2014). Nesse sentido, durante seus governos, propôs um novo Pacto ABC (Argentina, Brasil e Chile); concebeu a União dos Países do Sul, projeto que visava a complementação econômica e o entendimento político dos países sul-americanos; e almejou um terceiro bloco latino, o qual era baseado na ideia de uma união aduaneira entre os países latino-americanos e visava, mais tarde, incluir Portugal, Espanha, Itália e França (GRANATO & ODDONE, 2014).

Apesar dessas iniciativas ainda no Governo Perón - as quais não tinham o apoio do Brasil e não foram exitosas -, foi a partir da década de 1980 que se percebeu a mudança mais efetiva em relação à América Latina e ao Brasil, substituindo a política conflitiva com este por uma intensa parceria. Assim, além de Estados Unidos, Brasil passa a ser identificado como aliado argentino. A *alianza estratégica* com os EUA tem como objetivos:

Eliminar as armadilhas para o desenvolvimento argentino geradas por décadas de confrontos políticos desnecessários; dissuadir o aventureirismo potencial de alguns setores militares chilenos sem gastar dinheiro com armas; colocar limites às expectativas brasileiras, enquanto a *alianza* argentino-americana é um sinal claro de que não estamos dispostos a confrontar os Estados Unidos por utopias terceiro-mundistas que não estão relacionadas aos interesses diretos dos países do Mercosul. (ESCUDE, 1999, p. 75, tradução nossa).

Da mesma forma, Escudé (1999) aponta que a *alianza estratégica* com o Brasil busca:

Promover uma intensa integração econômica sub-regional, essencial para o desenvolvimento econômico argentino; colocar limites à *alianza* com os Estados Unidos, dando um sinal claro de que não vamos tolerar tentativas norte-americanas de intervir nos assuntos internos brasileiros (por exemplo, com a desculpa de defender o sistema ecológico da Amazônia); também contribuir para dissuadir o aventureirismo potencial de alguns setores militares chilenos. (ESCUDE, 1999, p. 75, tradução nossa).

A partir do início do século XXI, principalmente com a ascensão de Néstor Kirchner na Presidência argentina, o espaço sul-americano passou a ser uma prioridade da política

externa e, com isso, a integração regional se estabeleceu como um projeto político (KIRCHNER, 2003; RAPOPORT & MADRID, 2011; MIRANDA, 2015). O país apoiou a expansão e aprofundamento do Mercosul, bem como a criação da Unasul, idealizando “a construção de um poder sul-americano, homogêneo e harmônico.” (MIRANDA, 2015, p. 77, tradução nossa).

Já no discurso de posse Néstor Kirchner afirma:

Nossa prioridade em política exterior será a construção de uma América Latina politicamente estável, próspera, unida, com base nos ideais de democracia e justiça social. [...] O Mercosul e a integração latino-americana devem fazer parte de um verdadeiro projeto político regional e nossa *alianza estratégica* com o Mercosul, que deve se aprofundar em outros aspectos institucionais que devem acompanhar a integração econômica e expandir para incluir novos membros latino-americanos, será colocada entre os primeiros pontos de nossa agenda regional. (KIRCHNER, 2003, s. p. tradução nossa).

Rafael Bielsa (2004, p. 10-11), ex-Ministro de Relações Exteriores da Argentina, salienta que diante do cenário que se estabeleceu no século XXI, a Argentina buscou construir “novas relações e alianças” e esta estratégia “baseia-se em criar redes e associações políticas e econômicas para ampliar o espaço de negociação, e enriquecê-lo com novas e viáveis opções de cooperação e desenvolvimento, contribuindo dessa maneira para o gradual surgimento de um sistema multipolar”.

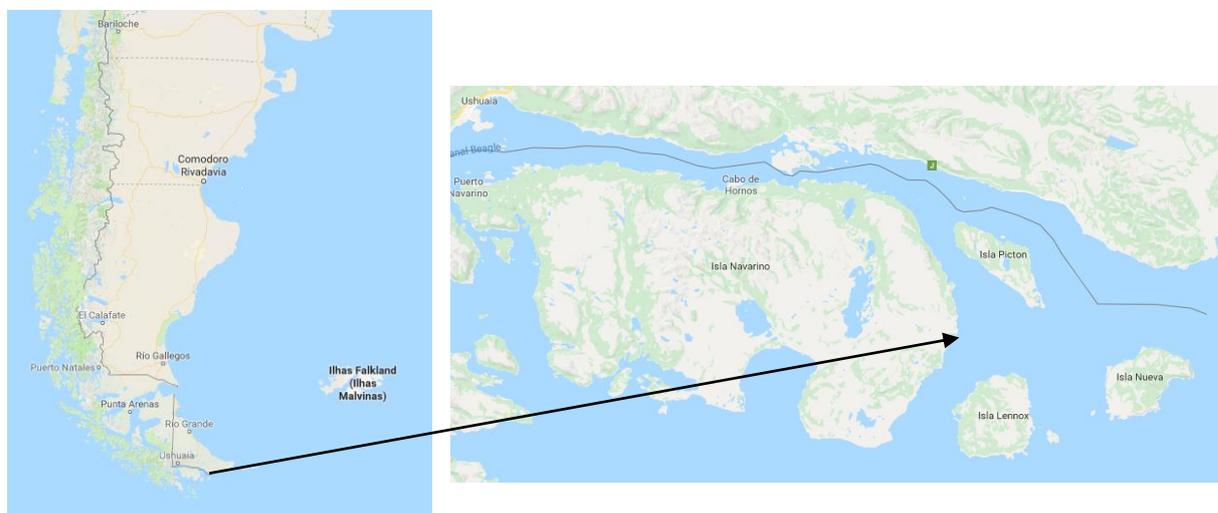
Dessa forma, a Argentina também buscou consolidar parcerias estratégicas com seus vizinhos. Para Barboza (2012), no século XXI, os vínculos diplomáticos e políticos se voltaram para a América do Sul, principalmente, no chamado eixo A-B-V-C (Argentina, Brasil, Venezuela e Chile). Com esses países a Argentina constitui suas relações bilaterais estratégicas, sendo frequentemente apontados como seus aliados estratégicos. Essas relações são especialmente intensas, porém não são lineares, apresentando também conflitos políticos e econômicos (BARBOZA, 2012).

As diferenças entre estes países a respeito de alguns temas importantes não ignoraram seu caráter "estratégico" e sua centralidade para as negociações regionais. Além disso, estas relações bilaterais têm sido inclusivas, no sentido de irradiar a agenda de cada uma para os demais e para os espaços regionais. (BARBOZA, 2012, p. 59, tradução nossa).

Com o Chile, a Argentina possuía uma relação comercial muito benéfica, assim como Brasil e Chile foram, em grande medida, “responsáveis pela presença internacional da Argentina, graças ao fato de que ambos os países asseguraram a condição externa e, ao mesmo tempo, facilitaram a condição interna apoiando recuperação da economia nacional.” (MIRANDA, 2015, p. 70, tradução nossa). No entanto, nos primeiros anos do século XXI a Argentina sobrevalorizou o vínculo com um e subvalorizou com outro, assim, e principalmente a partir de 2004, a relação com o Chile foi se diluindo (MIRANDA, 2015).

Lorenzini (2013) destaca que as relações entre Argentina e Chile têm ocupado lugar central na agenda da política de ambos os países desde a firma do Tratado de Paz e Amizade que pôs fim ao conflito pelo Canal de Beagle¹¹ (Figura 1.2.2). Contudo, para a autora, o vínculo entre as duas nações ainda é imaturo para ser definido como *alianza estratégica*, suas relações tiveram vários ciclos de “*stop and go*”, ou seja, períodos de atritos e de avanços, o que contribuiu para reforçar as percepções de instabilidade e para que não fosse construído efetivamente um vínculo mais planejado.

Figura 1.2.2. Mapa do território em disputa no Conflito de Beagle



Fonte: Google Maps

Se, por um lado, a relação com o Chile foi perdendo significado, a partir de 2005, as

¹¹ O conflito de Beagle, entre Argentina e Chile, envolvia a disputa pelas ilhas Picton, Lennox e Nueva, situadas na entrada do Canal de Beagle. Em 1978, durante os governos de Augusto Pinochet (1973-1990) e Jorge Videla (1976-1981), os atritos chegaram ao ápice estando à beira de ocorrer um confronto bélico, porém este foi evitado pela mediação do Papa João Paulo II. Finalmente em 1984, os dois países assinaram o Tratado de Paz e Amizade encerrando o conflito.

relações com a Venezuela foram ganhando intensidade, a qual se transformou em parceiro político e econômico privilegiado (MIRANDA, 2015). Conforme Taborda, Rolando e Floro (2010) a parceria estratégica entre Argentina e Venezuela se baseia em três aspectos: a ajuda financeira prestada pela Venezuela em meados de 2005; o abastecimento energético, dada às importantes reservas venezuelanas de gás e petróleo; e o apoio argentino à entrada da Venezuela no Mercosul, que se explica pelos potenciais benefícios dessa incorporação para o bloco, seja na área econômico-comercial, social, energética ou financeira.

Assim, a Argentina priorizou, no decorrer da primeira década do século XXI, a parceria com o Brasil, o qual ganhava destaque como potência regional em ascensão, e Venezuela, a potência energética latino-americana (MIRANDA, 2015). “Os laços com a potência regional e com a potência energética, permitiram para a Argentina imaginar cenários conjuntos através dos quais acreditava ser possível um exercício associado de poder.” (MIRANDA, 2015, p. 76, tradução nossa).

A construção da parceria estratégica Brasil-Argentina foi produto da forte vontade política e da atividade diplomacia presidencial de ambos os países, tornando possível, apesar das divergências entre as duas nações, o estabelecimento de objetivos comuns e a concretização de êxitos em diversas áreas. Ademais, essa parceria atuou e atua como motor da integração regional, é o eixo fundamental de sustentação do Mercosul, o qual se tornou o núcleo dinâmico do processo integracionista sul-americano (JAGUARIBE, 2004; AMORIM, 2009; TABORDA, ROLANDO & FLORO, 2010).

Sobre o relacionamento brasileiro-argentino não cabe aqui aprofundar, uma vez que no próximo capítulo será explorado o contexto histórico das relações que levaram à consolidação da parceria estratégica e à formação do Mercosul, analisando também como ocorreu e quais os logros da cooperação nuclear entre os dois vizinhos no final do século XX. Assim, no último capítulo desta investigação, poder-se-á examinar a evolução e desdobramentos dessa parceria no século XXI.

CAPÍTULO 2

DE RIVAIS A PARCEIROS ESTRATÉGICOS: AS RELAÇÕES ENTRE BRASIL E ARGENTINA NO SÉCULO XX

2. DE RIVAIS A PARCEIROS ESTRATÉGICOS: AS RELAÇÕES ENTRE BRASIL E ARGENTINA NO SÉCULO XX

“Tudo nos une e nada nos separa.”
Roque Sáenz Peña (1910)

No decorrer de muitos anos as relações de Brasil e Argentina foram marcadas por períodos de rivalidades, indiferenças e disputas de influência sobre os países vizinhos, mas também por períodos de aproximação e esforços para cooperação. Apesar disso, com o tempo foi se expandindo a ideia de que são sócios mutuamente imprescindíveis e sua relação ocupa um espaço de grande importância na agenda de ambas as chancelarias (SCHTREMEL, 2009).

Assim, depois de refletir acerca do termo parceria estratégica e os parceiros prioritários de Brasil e Argentina, este capítulo tratará das relações históricas dos dois vizinhos. Não se tem aqui a intenção de esgotar o tema, mas sim de apontar alguns períodos em que prevaleceram a cooperação e outros em que se destacou a rivalidade. Assim, a primeira seção se ocupará de examinar os períodos nos quais intercalaram a cooperação e conflito, enfatizando o período entre o Pacto ABC até o pós-Segunda Guerra Mundial.

A segunda seção deste capítulo inicia-se com a formulação da Operação Pan-Americana (OPA) no final dos anos 1950, período de grandes entendimentos, perpassando pelos desencontros acerca do aproveitamento dos recursos hídricos da Bacia do Prata e termina com o Acordo Tripartite Itaipu-Corpus que põe fim ao contencioso.

A terceira seção explorará as relações a partir do Acordo Tripartite, que marca o fim dos desencontros e início de uma nova fase do relacionamento bilateral, destacando, desse modo, o apoio brasileiro à Argentina durante Guerra das Malvinas, a cooperação nuclear, a consolidação da parceria estratégica e o trabalho conjunto em prol da integração regional.

Na quarta e quinta seção será abordada a última década do século XX, sendo que a quarta seção tratará da cooperação nuclear, destacando-se como um período de estagnação da mesma. E a quinta seção explorará a partir da formação do Mercosul os avanços e os conflitos no âmbito do bloco até a crise na virada do século.

Mas antes de iniciar a discussão deste capítulo faz-se necessário indicar um conceito importante para entender as relações entre Brasil e Argentina, e mesmo as relações entre os demais países sul-americanos, que é o de diplomacia presidencial. Nas relações entre os

países sul-americanos - destacadamente no caso Brasil e Argentina - o papel dos presidentes tem especial importância. Assim, é necessário ressaltar-se aqui que a diplomacia presidencial é entendida como distinta da diplomacia profissional e institucionalizada, geralmente capitaneada pela chancelaria ou ministério de relações exteriores, ou equivalente. A diplomacia presidencial se caracteriza pelas negociações diretas envolvendo os presidentes – ou chefes de Estados - em assuntos da política externa, seja na resolução dos desentendimentos, conflitos e crises entre os países, seja na consolidação de acordos de cooperação e integração. Também é conhecida por diplomacia de cúpula ou diplomacia de mandatários (MALAMUD, 2010; DANESE, 2017). Esclarecer esse conceito tem grande relevância para compreender a análise histórica apresentada neste capítulo.

2.1. COOPERAÇÃO E CONFLITO: DO PACTO ABC AO PÓS-SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

As rivalidades entre Brasil e Argentina vêm antes mesmo das independências dos dois países e se origina dos conflitos territoriais entre Portugal e Espanha. A partir das independências, os conflitos de interesses levaram os dois vizinhos a travar disputas geopolíticas na região, tendo como exemplos a Guerra da Cisplatina (1825-1828) e a Guerra contra Oribe e Rosas (1851-1852). Os receios mútuos advinham da ameaça de que o vizinho exercesse o domínio do entorno geográfico.

No entanto, também houve períodos de ampla cooperação. Após a ditadura de Rosas na Argentina, durante as presidências Urquiza (1853-60), Mitre (1862-68), Sarmiento (1868-74) e Roca (1880-1886 e 1898-1904), Brasil e Argentina tiveram boas relações (JAGUARIBE, 2005). Já durante o século XX, Spektor (2002, p. 2) propõe que:

[...] os pontos de depressão do relacionamento seriam representados no tempo por períodos da gestão do Barão do Rio Branco (chanceler brasileiro entre 1902 e 1912), os governos de Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), Getúlio Vargas (1951-1954), Emílio Garrastazu Médici (1969-1974) e Ernesto Geisel (1974-1979), enquanto os picos cooperativos seriam encontrados nos governos do primeiro período Vargas (1930-1934, 1934-1937 e 1937-1945), Juscelino Kubitschek (1956-1961), Jânio Quadros (1961), Humberto de Alencar Castello Branco (1964-1967), João Baptista Figueiredo (1979-1985) e José Sarney (1985-1990). (SPEKTOR, 2002, p. 2).

No início da gestão do Barão do Rio Branco eram cordiais as relações entre Brasil e Argentina. Isso se deveu muito pelas boas relações com o presidente argentino Julio Roca (1898-1904). No entanto, a partir de 1906, quando José Figueroa Alcorta (1906-1910) assume a presidência argentina, as relações passaram a ser tensas, sobretudo quando Estanislao Zaballos assume a chancelaria do país, devido a seus ressentimentos pessoais com o Barão. Esse período é marcado por intensas rivalidades que envolveram questões comerciais¹², fronteiriças e de segurança¹³ (ROSA MUÑOZ, 2010).

Em 1910, entretanto, com a eleição de Roque Sáenz Peña, ocorreu uma grande aproximação entre os dois países, com Rio Branco oferecendo, inclusive, um banquete no Itamaraty em homenagem ao presidente argentino. Esse período é ilustrado pela frase de Peña: “tudo nos une, nada nos separa”, que demonstra a concertação de um pacto de amizade (ROSA MUÑOZ, 2010).

Na primeira década do século XX, Brasil, Argentina e Chile eram os três países mais estáveis e prósperos da América do Sul. O Pacto ABC, proposto por Rio Branco, era uma tentativa de entendimento e cooperação entre os três países com maior influência na América do Sul. Esse pacto buscava assegurar os interesses brasileiros de transformar a América do Sul em um espaço geopolítico de maneira a se colocar como liderança regional (DORATIOTO, 2000). Além disso, impediria que Argentina e Chile exercessem essa liderança colocando os demais países de colonização espanhola contra o Brasil (BUENO, 2002).

Alguns autores também apontam que tinha como objetivo principal manter a paz e a estabilidade sul-americana, protegendo a soberania regional (BUENO, 2002; MONIZ BANDEIRA, 2003; ROSA MUÑOZ, 2010). Nesse sentido, observa-se a importância de manter boas relações com seu principal vizinho, a Argentina.

¹² “Os Estados Unidos eram os principais compradores de café, borracha e cacau do Brasil, o qual possuía um saldo bilateral superavitário. As primeiras tensões entre Argentina e Brasil deram-se em razão dessa questão alfandegária. Em 1906, a imprensa argentina reagiu negativamente à preferência tarifária brasileira pela farinha de trigo norte-americana. No ano seguinte, Zaballos propôs sem sucesso a concessão do mesmo favor aduaneiro à Argentina, em troca da livre entrada do café. O mercado brasileiro era vital para as farinhas argentinas, ao passo que o argentino era muito limitado para os produtos brasileiros.” (ROSA MUÑOZ, 2010, p. 54).

¹³ “Em dezembro de 1904, o Congresso brasileiro aprovou o plano de rearmamento naval do Ministro Júlio de Noronha, o qual contou com o apoio do Barão, em meio às preocupações de um conflito armado com o Peru. [...] Respondendo ao mecanismo da balança de poder, a Argentina alarmou-se com o programa de rearmamento do Brasil. A partir de então, o Chanceler Estanislao Zaballos iniciaria uma forte campanha de pressão no governo e na imprensa de seu país para impor ao Rio de Janeiro a equivalência naval. [...] Zaballos cria que o plano naval brasileiro tinha por objetivo atacar a Argentina [...]. Ele via em Rio Branco um continuador da diplomacia astuta do Barão de Cotegipe e propôs-se a empregar todos os meios para impedir que o Brasil se rearmasse.” (ROSA MUÑOZ, 2010, p. 54-55).

O ABC representou uma tentativa de se efetivar um concerto sul-americano, que a um só tempo contribuiria para a estabilização das potências menores e desestimularia aventuras do imperialismo europeu. Esse eixo triangular cristalizaria uma hegemonia coletiva, ancorada em dois pilares: a hegemonia una do Chile na costa do Pacífico e a hegemonia dual de Brasil e Argentina na bacia do Rio da Prata. (ROSA MUÑOZ, 2010, p. 76).

Apesar da rivalidade sempre presente nas relações bilaterais, o ABC representou um marco significativo no relacionamento brasileiro-argentino, uma vez que demonstrou a busca por um mecanismo de cooperação e as intenções de trabalho conjunto. Mais tarde, durante a década de 1930 e princípio da década de 1940, durante o primeiro Governo de Getúlio Vargas (1930-1945), “houve novas iniciativas de cooperação e de estreitamento de laços entre os dois países, além de ambos terem participado de forma ativa na mediação de conflitos ocorridos em território sul-americano” (PAES LEME, 2010, p.94).

Em 1935, Vargas visitou Buenos Aires, em retribuição à visita de Agustín Pedro Justo (1932-1938), firmando uma série importante de convênios, destes se destaca o Protocolo sobre a construção da ponte entre Uruguaiana e Paso de los Libres (Figura 2.1.1). A referida ponte seria a primeira via de comunicação direta entre Brasil e Argentina (CANDEAS, 2017).

Figura 2.1.1. Presidentes Getúlio Vargas e Agustín Pedro Justo durante a visita do brasileiro à Argentina



Em visita à Argentina, em 1935, o Presidente Getúlio Vargas firmou juntamente com o General Agustín Pedro Justo o Protocolo sobre a construção da ponte entre Uruguaiana e Paso de los Libres. Fonte: Niebieskikwiat (2015).

A ponte foi inaugurada oficialmente em 1947, durante os governos de Eurico Gaspar Dutra (1946-1951) e Juan Domingo Perón (1946-1952; 1952-1955; 1973-1974), apesar de já estar aberta ao tráfego em 1945 (Figura 2.1.2).

Figura 2.1.2. Inauguração da Ponte Internacional Agustín P. Justo – Getulio Vargas



Também chamada de Ponte Internacional Uruguaiana-Pasos de los Libres, foi inaugurada oficialmente em 21 de maio de 1947, apesar de já estar aberta ao tráfego em 1945. Fonte: foto retirada do site da Municipalidad de Paso de los Libres (PASO DE LOS LIBRES, sd.).

Em novembro de 1941, os chanceleres Oswaldo Aranha e Enrique Ruiz-Guiñazú assinaram o Tratado Argentino-Brasileiro sobre Livre Comércio Progressivo, que tinha por objetivo “estabelecer um regime de livre comércio entre os dois países, porém com ambições de se atingir, futuramente, o estágio de união aduaneira, a qual seria aberta à adesão dos países vizinhos.” (PAES LEME, 2010, p. 94-95). O Tratado não foi ratificado na Argentina, no entanto, pode ser visto como um antecedente histórico do Mercosul (CANDEAS, 2017).

Um fato importante desse período que reflete as relações triangulares Brasil-Argentina-EUA é mencionado por Candeas (2017, p. 197):

A Segunda Guerra Mundial eleva ao máximo o nível de tensões entre Argentina e Estados Unidos. Washington não reconheceu o novo governo, e discutiu no Congresso a possibilidade de bombardear Buenos Aires. O presidente Vargas, que sempre rejeitara iniciativas belicosas ou provocativas contra a Argentina, sugeridas por Hull, Braden e outras autoridades norte-

americanas, ao ser informado pelo chanceler Osvaldo Aranha do plano de ataque, gestionou junto ao presidente Roosevelt no momento em que as Forças Navais do Atlântico Sul recebiam instruções de deslocamento, impedindo o emprego de força militar. (CANDEAS, 2017, p. 197).

Apesar da posição brasileira de aliado dos EUA, o Presidente Getúlio Vargas não concordou com a postura estadunidense e negou-se a “fazer parte do jogo” norte-americano em nome da tradição da “cordialidade” oficial para com os vizinhos. “Esse passo revela que a cordialidade oficial pesa sobre as relações bilaterais ou regionais, como também sobre as relações triangulares que envolvam hegemonias externas à área.” (CERVO, 2008, p. 205). Essa situação ocorreu logo após o golpe que tirou Ramón Castillo do poder argentino¹⁴. Para Vizentini (2008), entretanto, naquele contexto, a política brasileira foi sustentada pela busca do interesse nacional, muito mais do que por qualquer traço de “cordialidade” diplomática, resultando no que ficou conhecido como política de barganha diplomática.

Durante o Governo de Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), de modo geral, há a prevalência da oposição entre Brasil e Argentina e as desconfianças e rivalidades foram sustentadas. O encontro realizado em maio de 1947 entre os presidentes dos dois países limitou-se à inauguração da ponte internacional entre as cidades de Uruguaiana e Paso de los Libres, sem haver outros desdobramentos (CANDEAS, 2017). Dutra rejeitou as propostas de aproximação de Perón e, naquele período, segundo Candéas (2017), acreditava-se que o país vizinho estava se preparando para atacar o Brasil. Esse período é denominado “diplomacia da obstrução” (CERVO, 2008).

O segundo Governo Getúlio Vargas (1951-1954), no Brasil, coincidiu com o de Juan Domingo Perón, na Argentina, o que levou ao estreitamento das relações bilaterais, apesar do antiperonismo predominante no parlamento brasileiro. Com o retorno de Vargas no governo do Brasil e a posse do Presidente Carlos Ibañez (1927-1931; 1952-1958), no Chile, o presidente argentino apresentou a proposta de um Novo Acordo ABC. Perón ressaltava a importância de uma aliança entre Brasil e Argentina para a gradativa união dos países sul-americanos. Vargas apoiava o Novo Acordo ABC, entretanto, o presidente encontrou no governo fortes resistências à intensificação das relações com a Argentina (PAES LEME, 2010).

¹⁴ “Em 1943, o *Grupo de Oficiales Unidos* (GOU), sociedade secreta militar nacionalista liderada pelos generais Pedro Pablo Ramírez e Edelmiro Farrell e pelo coronel Perón, desfere golpe contra Castillo.” (CANDEAS, 2017, p. 197, grifo do autor).

Entre outros motivos para o fracasso do Novo ABC, Candéas (2017, p. 205) propõe:

O impulso de integração pela reedição do ABC no início dos anos 1950 não se consolidou pelos seguintes motivos: no plano econômico, pelas bruscas oscilações; pela reduzida demanda global que viesse a gerar a necessidade de formação de um bloco; pela expansão do mercado interno brasileiro, que, ao contrário do argentino, ainda não havia esgotado o processo de substituição de importações; e pelo escasso interesse de um setor industrial comodamente protegido em seu mercado interno por tarifas e regulamentos protecionistas; no plano político, pelas crises internas, sobretudo no Brasil. (CANDEAS, 2017, p. 205).

É importante ressaltar que com o desenvolvimento da indústria nuclear em ambos os países, principalmente a partir dos anos 1950, as desconfianças recíprocas aumentaram, sendo que a questão nuclear é vista, muitas vezes, como um divisor entre os dois países (OLIVEIRA, 1996; BARACHO TEIXEIRA, 2007).

A Argentina estava à frente do Brasil no que diz respeito à tecnologia nuclear, o que fez com que este temesse o desenvolvimento da bomba atômica pelo vizinho. Do mesmo modo, esse desequilíbrio fez com que a desconfiança aumentasse e resultou nas tentativas brasileiras de superar a tecnologia nuclear argentina. Por outro lado, a Argentina reconhecia que as diferenças no nível de desenvolvimento tecnológico vinham diminuindo (OLIVEIRA, 1996). Entretanto, apesar das desconfianças recíprocas no âmbito nuclear e das rivalidades existentes, identificaram-se as tentativas de cooperação nos anos seguintes (BARACHO TEIXEIRA, 2007).

Observou-se também, ao final da década de 1950 até meados da década de 1960, uma tentativa de aproximação entre os dois países, tendo o exemplo do “Espírito de Uruguaiana”¹⁵. Contudo, os conflitos em relação aos recursos hidrelétricos dos rios da Bacia do Prata ocuparam mais de uma década da agenda bilateral. Nesse sentido, a próxima seção analisará o período compreendido como de construção do entendimento entre Brasil e Argentina, demonstrando que esse processo não foi linear (VIDIGAL, 2007).

¹⁵ “Espírito de Uruguaiana” foi o nome dado ao conjunto de acordos assinados por Jânio Quadros e Arturo Frondizi. São eles: Convênio de Amizade e Consulta, Declaração Presidencial Conjunta, Declaração Econômica e Declaração sobre Intercâmbio Cultural. Esses documentos foram firmados em Uruguaiana (Rio Grande do Sul) entre os dias 20 e 22 de abril de 1961 (SPEKTOR, 2002).

2.2. A CONSTRUÇÃO DO ENTENDIMENTO: DA OPA AO ACORDO TRIPARTITE DE 1979

No período compreendido entre 1958 e 1986 buscou-se superar os entraves estruturais ao bom relacionamento entre Brasil e Argentina, construindo-se o entendimento, apesar deste não ser um processo linear, como veremos a seguir (VIDIGAL, 2007). Contudo, percebe-se que a partir do Acordo Tripartite de 1979 o relacionamento entre Brasil e Argentina entra em uma nova etapa.

Em 1958, Arturo Frondizi (1958-1962) assume a Presidência da Argentina, coincidindo com o Governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) no Brasil. Os programas desses dois governos tinham como característica comum a orientação nacional-desenvolvimentista, concedendo prioridade ao desenvolvimento econômico por meio da industrialização (MONIZ BANDEIRA, 2003). Ademais, naquele período, o comércio bilateral já tinha um crescimento notável, sendo a Argentina o “terceiro mercado de exportação do Brasil, que, por sua vez, estava também entre os quatro maiores importadores de produtos argentinos” (MONIZ BANDEIRA, 2003, p. 275).

Assim, convergindo em diversos aspectos e sendo parceiros comerciais reciprocamente essenciais, em 1958, quando Kubitschek propôs a Operação Pan-Americana (OPA), o argentino deu-lhe todo o respaldo (MONIZ BANDEIRA, 2003). A OPA pretendia incrementar os investimentos na América Latina, atraindo a atenção dos Estados Unidos para a região, de modo que se comprometesse num programa multilateral de desenvolvimento econômico (VIZENTINI, 2008). Ademais, pretendia aproximar o Brasil dos seus vizinhos, com a proposta de buscar o desenvolvimento e superar o atraso dos países latino-americanos (CONTI PAGLIARI, 2009).

Segundo Moniz Bandeira (2003, p. 275-279), Frondizi:

Afirmou, inclusive, compreender também a necessidade de acordos de complementação entre a Argentina e o Brasil, que passaram a defender, nas conferências pan-americanas, a mesma doutrina de que o maior perigo para a segurança do hemisfério, mais do que a ameaça de potências extracontinentais, estava no subdesenvolvimento. Esse clima de compreensão, com a Argentina e o Brasil tratando de harmonizar suas políticas exteriores, foi o que possibilitou, àquele tempo, a criação do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e da “ALALC”. (MONIZ

BANDEIRA, 2003, p. 275-279).

O espírito de Uruguaiana, desse modo, é considerado um aprofundamento dessa iniciativa de aproximação bilateral, iniciada com a OPA (GOMES SARAIVA, 2012). Em abril de 1961, Jânio Quadros (1961-1961) viajou à Uruguaiana, fronteira do Brasil com a Argentina, onde se reuniu com Frondizi (Figura 2.2).

A agenda de conversações de Uruguaiana foi ampla, abrangendo temas das relações bilaterais, latino-americanas, hemisféricas e globais. Os presidentes trataram de intercâmbio comercial, cooperação cultural e científico-tecnológica, laços com Estados Unidos e Cuba e o conflito entre Equador e Peru. No âmbito da rejeição da ingerência de potências continentais e extracontinentais e da reafirmação do princípio de autodeterminação, Quadros e Frondizi coincidiram na necessidade de desviar do Continente Americano a confrontação da Guerra Fria. No plano bilateral, os presidentes se comprometeram a abandonar as tradicionais desconfianças recíprocas e a política de equilíbrio de poder sub-regional, iniciando um esforço de cooperação para o desenvolvimento. (CANDEAS, 2017, p. 210-211).

Nesse encontro acordaram que o intercâmbio entre as repúblicas latino-americanas deveria buscar a diversificação e o enriquecimento, assim como repelir qualquer intento que pudesse perpetuar a desigualdade entre elas (MONIZ BANDEIRA, 2003, p. 309). A partir disso, foram assinados o Convênio de Amizade e Consulta e a Declaração de Uruguaiana.

O primeiro [...] instituía um sistema permanente de consulta e informações, defendia maior integração entre a Argentina e o Brasil nos campos econômicos, financeiro, judiciário e cultural, prometia legislação para permitir a livre circulação aos nacionais dos dois países e terminava por facultar a outros estados latino-americanos a adesão a esse protocolo. A Declaração de Uruguaiana [...] estabelecia a ação comum do Brasil e da Argentina na solução dos problemas internacionais; a prevenção por ambos da democracia e da liberdade em benefício do desenvolvimento nacional de cada um; a repulsa tanto à interferência de poderes extracontinentais na América Latina quanto à intervenção na soberania das nações; a necessidade de ação conjunta continental em defesa da estabilidade política e social dos países da América; por fim, o reconhecimento, o que implicava a defesa dos recursos básicos. (MONIZ BANDEIRA, 2003, p. 309-310).

Figura 2.2. Jânio Quadros e Arturo Frondizi durante o Encontro de Uruguaiana



O Presidente brasileiro Jânio Quadros e o Presidente argentino Arturo Frondizi nas reuniões ocorridas entre os dias 20 e 22 de abril de 1961, em Uruguaiana, Rio Grande do Sul. Fonte: Palacios (2011).

Esse período de entendimentos entre Brasil e Argentina e do espírito de Uruguaiana coincide a formação da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC). Em 1960, Argentina, Chile, México, Uruguai, Peru, Brasil e Paraguai assinaram o Tratado de Montevideu, que estabelecia uma zona de livre comércio e criava a ALALC a qual pretendia constituir um mercado comum entre os integrantes¹⁶. O fracasso deveu-se à tendência ao protecionismo comercial; ao caráter competitivo dos países; à ausência de incentivos à cooperação industrial, econômica e política; à competição estratégico-militar existente; e à falta de visão compartilhada (GRANATO, 2014). Além disso, a rivalidade existente entre os regimes militares de Argentina e Brasil colaborou fortemente para inibir o processo de integração (PAES LEME, 2006).

O espírito de Uruguaiana foi interrompido por uma série de fatores. A oposição e os

¹⁶ A proposta aprovada pelo Tratado era baseada fundamentalmente no projeto elaborado por Brasil, Argentina, Chile e Uruguai (PAES LEME, 2010).

militares argentinos acusavam Frondizi de se submeter ao Brasil e queriam restabelecer as relações do país com os Estados Unidos. Ademais, o Congresso argentino não aprovou os tratados de Uruguaiana e, logo após esse episódio, Frondizi é destituído do poder por meio de um golpe. Assim, retornou a política de suspeita e rivalidade com relação ao Brasil (GOMES SARAIVA, 2012; CANDEAS, 2017).

Após esses episódios, os conflitos acerca do aproveitamento hidrelétrico dos rios da Bacia do Prata ocuparam o centro da agenda bilateral por mais de uma década. O contencioso iniciou-se em 1966 quando Brasil e Paraguai assinaram a Ata das Cataratas que estipulava que os recursos hídricos do médio Paraná pertenceriam aos dois países, permitindo o aproveitamento conjunto do potencial hidrelétrico (GOMES SARAIVA, 2012; CANDEAS, 2017).

Esse ato desagradou à Argentina, a qual passou a exigir que houvesse um mecanismo de consulta prévia para o aproveitamento dos rios compartilhados de curso sucessivo (ALMEIDA MELLO, 1996; CANDEAS, 2017). Na Argentina também havia a perspectiva de que o Brasil pretendia ampliar sua influência na região por meio da construção da Itaipu. Ademais, a construção da mesma traria problemas aos planos argentinos para a construção das hidrelétricas de Yaciretá e Corpus (ALMEIDA MELLO, 1996; GOMES SARAIVA, 2012). Nesse período, com o encerramento do espírito de Uruguaiana e os conflitos relativos ao aproveitamento hidrelétrico dos rios da Bacia do Prata, a cordialidade oficial entre os dois países foi se esgotando (SPEKTOR, 2002).

Gomes Saraiva (2012, p. 50) propõe que “durante os primeiros anos da década de 1970 o cenário de desequilíbrio de poder entre os dois países foi se acentuando [...] e as diferenças entre as visões de mundo de ambos teriam prejudicado ainda mais uma aproximação”. Além disso, a autora aponta que:

O fim do “espírito de Uruguaiana” deu margens para o recrudescimento da rivalidade entre os dois países, sobretudo no campo regional. Contudo, a partir de meados dos anos de 1960, essa rivalidade assumiu um caráter mais complexo, proveniente das assimetrias que foram se instalando entre os dois países nos campos econômicos e de poder internacional e regional. A visão brasileira, que era defendida, sobretudo pelo embaixador/chanceler Azeredo da Silveira, esteve mais próxima do que poderia ser denominado “rivalidade assimétrica”. Nos marcos da “rivalidade assimétrica”, a década de 1970 foi marcada por negociações difíceis sobre a utilização das águas. Por outro lado, houve um adensamento das relações nos campos militar e nuclear e um esforço de aproximação intensa por parte do governo argentino. Embora a

ideia de rivalidade e deterioração das relações parecesse estar no ápice e tenha contado com o incentivo das respectivas imprensas nacionais, paralelamente eram gestadas as possibilidades de um entendimento entre os dois países. (GOMES SARAIVA, 2012, p. 56).

Como apontado anteriormente, observam-se tentativas de cooperação apesar dos atritos existentes no período. Com relação à questão nuclear, cita-se a atuação conjunta do Brasil e da Argentina nas negociações do Tratado de Proscrição de Armas Nucleares na América Latina (Tratado de Tlatelolco) entre 1964 e 1967 (VIEIRA VARGAS, 1997; NASCIMENTO PLUM & ROLLEMBER RESENDE, 2017). Outro momento importante foi quando a Argentina apoiou o Brasil contra as pressões norte-americanas ao acordo nuclear Brasil-Alemanha nos anos 1970¹⁷ (VIEIRA VARGAS, 1997).

Oliveira (1996) também aponta que a cooperação na área nuclear foi se dando gradativamente ainda nesse período, com a aproximação dos cientistas dos dois países, observada nas discussões acadêmicas, nas trocas de experiências e nas visitas informais às instalações atômicas. No entanto, a autora ressalta que esses encontros se realizavam em nível informal dos cientistas e não envolvia as instituições oficiais.

Vidigal (2007) argumenta que no período compreendido entre 1972 e 1976 prevaleceu entre Brasil e Argentina a “rivalidade natural” e, no que diz respeito às negociações acerca do aproveitamento hidrelétrico, os desencontros paralisaram o entendimento entre os dois. Contudo, a partir de 1976 passa a haver o processo de superação das dificuldades, com a ascensão do General Jorge Rafael Videla (1976-1981), o qual estabeleceu como prioritário o relacionamento com Brasil, buscando superar o problema do aproveitamento energético dos rios e buscar o entendimento. Posteriormente, o advento do novo regime político na Argentina foi essencial para a mudança nas relações bilaterais (VIDIGAL, 2007).

Com Videla à frente do governo argentino e João Batista Figueiredo (1979-1985) na Presidência do Brasil, as negociações tripartites – Brasil, Argentina e Paraguai - tomaram novo rumo. Assim, em 1979, após árduas negociações que se arrastaram desde os anos 1960, ocorreu a assinatura do Acordo Tripartite Itaipu-Corpus (VIDIGAL, 2007).

Em suma, pode-se considerar que, em uma perspectiva histórica de longa duração, a

¹⁷ Em 1969, o Brasil assinou o Acordo Geral de Cooperação com a Alemanha e, em 1975, assinou o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre Cooperação no Campo dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear, que previa originalmente a transferência de tecnologias e gerou grandes desentendimentos com os Estados Unidos (BARACHO TEIXEIRA, 2007; OLIVEIRA, 1996; GRAÇAS CORRÊA, 2009; CAMARGO, 2017)

relação entre Brasil e Argentina se caracteriza por intercalar períodos de indiferença e rivalidade, com episódios de tentativas frustradas de aproximação e esforços para fortalecer a cooperação. Contudo, a partir de 1979 as desconfianças foram sendo superadas e estabeleceram-se concretos laços cooperativos. Nesse ano, após árduas negociações entre brasileiros, argentinos e paraguaios acerca do aproveitamento dos recursos hídricos do Rio Paraná para fins de geração de energia hidrelétrica, ocorreu a assinatura do Acordo Tripartite Itaipu-Corpus (ALMEIDA MELLO, 1996; MONIZ BANDEIRA, 2003; GOMES SARAIVA, 2012).

Sobre isso, Spektor, Wheeler e Nedal (2012, p. 32) destacam que a resolução do contencioso de Itaipu “foi uma pré-condição para que tentativas formais de aproximação na área nuclear pudessem ser colocadas em prática, aumentando o estoque de confiança em relação aos propósitos e intenções do vizinho”. Os autores acrescentam que entre os anos 1967 e 1979 houveram quatro tentativas – três por parte do Brasil e uma por parte da Argentina - de se concretar um acordo de cooperação nuclear, todas sem sucesso.

Assim, a próxima seção abordará uma nova etapa das relações bilaterais de Argentina e Brasil. A partir da resolução do contencioso de Itaipu, os dois vizinhos deixaram algumas rivalidades de lado, buscaram a aproximação e a consolidação de laços de cooperação, os quais se aprofundarão após a Guerra das Malvinas.

2.3. RESOLUÇÃO DE CONFLITOS, COOPERAÇÃO E INTEGRAÇÃO (1980-1990): GUERRA DAS MALVINAS, COOPERAÇÃO NUCLEAR E PARCERIA ESTRATÉGICA

Russell e Toklatian (2002) afirmam que até os anos 1980, as relações entre os dois vizinhos eram baseadas em uma cultura lockeana, ou seja, de rivalidade e, a partir de então, incorporou-se elementos kantianos de amizade. No entanto, conforme os autores, esta amizade ainda era frágil e continha alguns traços da antiga rivalidade.

A Argentina era o vizinho mais importante do Brasil e, nos anos 1980, esse relacionamento constituiu-se em um dos pilares da política externa brasileira. Foi o governo de Figueiredo que a colocou nas prioridades diplomáticas do país, pois nesse período houve a “latino-americanização da política externa brasileira.” (SPEKTOR, 2002, p. 120). Ressalta-se

também que no ano de 1980, ocorre a substituição da ALALC pela ALADI no cenário integracionista regional.

A visita do Presidente Figueiredo à Argentina, em maio de 1980, foi essencial para o clima de entendimento e o avanço da cooperação bilateral (Figura 2.3.1). Essa foi “a primeira visita que um Chefe de Estado brasileiro em exercício realizou ao país vizinho desde 1935” (VIDIGAL, 2007, p. 258), uma vez que os encontros depois desse ano ocorreram na fronteira dos dois países. Nesse ano, os dois países assinaram o Acordo de Cooperação para o Desenvolvimento e a Aplicação de Usos pacíficos da Energia Nuclear, no qual decidiram cooperar pelo desenvolvimento dos usos pacíficos da energia nuclear, de acordo com as prioridades dos programas nacionais de cada país e levando em conta os compromissos internacionais assumidos (BRASIL & ARGENTINA, 1980).

Essa cooperação na área nuclear tinha um caráter estratégico, pois fortalecia a defesa dos interesses nacionais dos dois países perante os demais (VIDIGAL, 2007). Entretanto, o acordo também tinha destacada ênfase política, já que buscavam afastar “a argumentação dos países desenvolvidos, que se opunham à transferência de tecnologia nuclear sob a alegação de que a corrida armamentista, por questões de rivalidade, poria em risco a paz mundial” (OLIVEIRA,1996, p.133). Além disso, o acordo serviu como um “autêntico marco divisor de águas”, pois produziu destacados vínculos de aproximação bilateral (OLIVEIRA,1996, p. 133).

Figura 2.3.1. João Batista Figueiredo e Jorge Rafael Videla por ocasião da visita do presidente brasileiro à Argentina

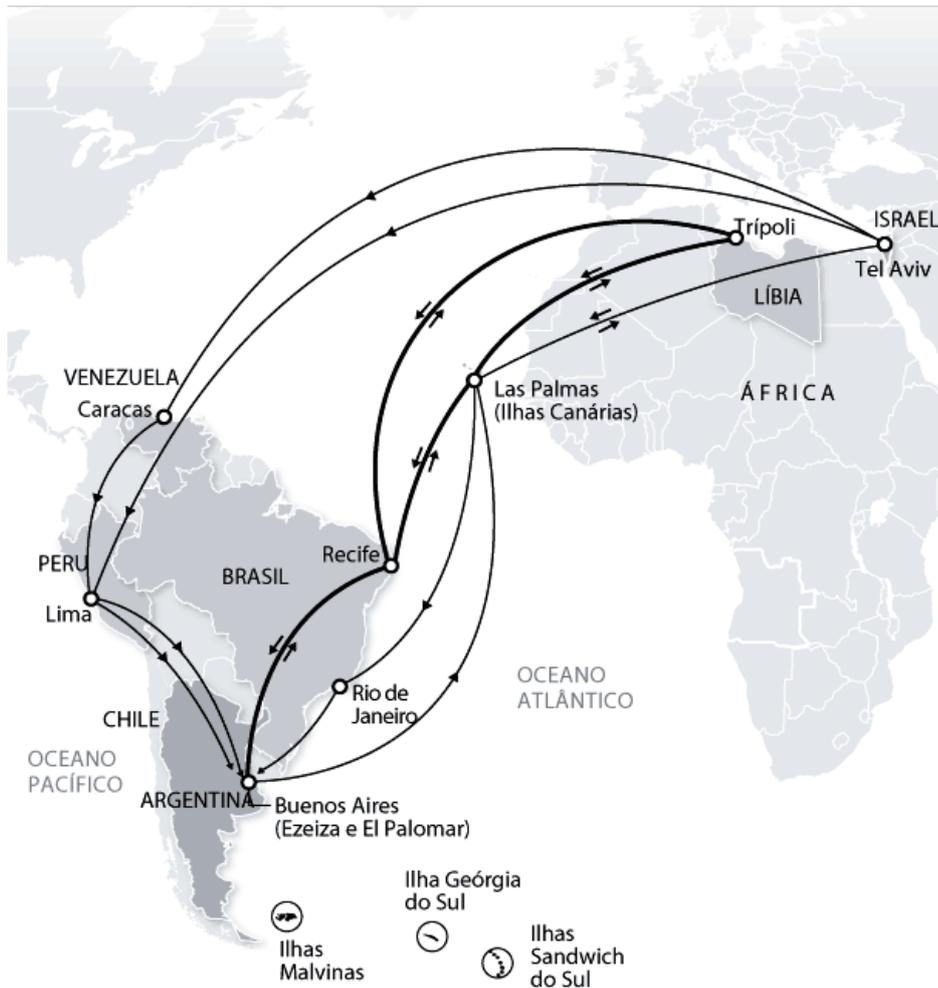


O presidente brasileiro João Batista Figueiredo e General argentino Jorge Rafael Videla, em 1980, durante a visita de Figueiredo à Buenos Aires. Nessa ocasião, assinaram o Acordo de Cooperação para o Desenvolvimento e a Aplicação de Usos pacíficos da Energia Nuclear. Fonte: Leali & Maltchik (2014).

Ressalta-se também a importância do apoio brasileiro durante a Guerra das Malvinas como um fator para a aproximação entre os dois países. Após o episódio das Malvinas, a Argentina manifestou seu desejo de estreitar ainda mais os laços econômicos e comerciais com o vizinho (MONIZ BANDEIRA, 2003). Desde o século XIX, o Brasil apoiava a reivindicação argentina pelas Ilhas, posicionamento firmado desde 1833 e explicitado no discurso de Ramiro Saraiva Guerreiro, Ministro das Relações Exteriores durante o conflito, o qual ressaltava a ocupação histórica das Ilhas Malvinas pela Grã-Bretanha. Outro ponto a se destacar é que o Brasil sempre se referiu ao arquipélago como Ilhas Malvinas e nunca como Falkland Islands, o que já revela o pensamento do país (NASCIMENTO CARVALHO, 2014).

Durante o conflito, o Brasil assumiu a representação dos interesses argentinos diante da Grã-Bretanha e procurou evitar o ataque inglês ao território continental, bem como cedeu diversos aparatos militares ao país vizinho e ajudou no monitoramento do Atlântico Sul (MONIZ BANDEIRA, 2012) (Mapa 2.3.2).

Figura 2.3.2. Mapa das rotas de apoio à Argentina durante a Guerra das Malvinas



No mapa, as rotas de apoio à Argentina durante a Guerra das Malvinas. Fonte: Nascimento Carvalho (2014).

Apesar do apoio logístico à Argentina, o Brasil discordava da ação armada para resolver o litígio e decidiu pela neutralidade formal durante a guerra, devido também ao temor do isolamento do país ante a comunidade internacional (MONIZ BANDEIRA, 2012; NASCIMENTO CARVALHO, 2014). Ademais, o não apoio norte-americano à Argentina que, juntamente com os demais membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), decidiu por apoiar a Grã-Bretanha, bem como a Resolução nº 502 de abril de 1982, do Conselho de Segurança da ONU, que demandou a retirada das forças argentinas das Ilhas e a cessação das hostilidades, colocou o Brasil em posição desconfortável (NASCIMENTO CARVALHO, 2014). Essa situação inviabilizou a invocação dos mecanismos de segurança e defesa coletiva do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) - aliança

formada, em 1947, entre os Estados Unidos e os países latino-americanos, como um acordo de assistência militar multilateral contra ameaças externas, principalmente frente à ameaça soviética – demonstrando sua ineficiência (CONTI PAGLIARI, 2006, 2009; BRAGATTI, 2016).

Nesse sentido, para Gomes Saraiva (2012), o apoio foi relativo, porém fortaleceu a confiança e consolidou a política cooperativa entre Brasil e Argentina. A autora também afirma que o Brasil foi pego de surpresa com a invasão argentina nas Ilhas, ficando em uma difícil situação.

Historicamente, a diplomacia brasileira defendia que a questão das Malvinas era um problema de soberania, e que deveria ser resolvida em negociação entre Londres e Buenos Aires. [...] No decorrer da guerra a diplomacia adotou a posição de discreto apoio. Embora nos termos objetivos do confronto militar o Brasil se declarasse neutro [...] o país apoiou os esforços do governo argentino em diferentes dimensões. E com a neutralidade formal, pôde manter boas relações com o Reino Unido durante o conflito. (GOMES SARAIVA, 2012, p. 64-65).

O episódio das Malvinas evidenciou a falta de preparo das Forças Armadas, a deficiência de equipamentos modernos para a defesa, a dependência externa e, principalmente, a impotência militar do Brasil e da Argentina em situações que possam ameaçar seu território ou que exijam ação no seu entorno geográfico e estratégico. Tudo isso trouxe à tona a questão da manutenção da soberania, a necessidade de investir em defesa e de buscar a união dos países sul-americanos de modo a dificultar as intervenções de potências estrangeiras e zelar os interesses regionais e as riquezas da região (NASCIMENTO CARVALHO, 2014).

[...] temos que admitir que possuímos uma relativa inoperabilidade no que tange as nossas defesas, sejam elas terrestres, marítimas ou aéreas, o que restringe nossa capacidade de defender nossos potenciais energéticos. Mister a integração regional, visando o fortalecimento de políticas sérias, sem partidarismo, pois o viés é o de defender os Estados e as riquezas da região, visando o bem comum de argentinos, brasileiros e demais vizinhos. Investir em defesa é consagrar o futuro e perpetuar as nossas gerações um legado de paz e harmonia, a oportunidade nos é dada, somos jovens como nação, porém podemos perder todo nosso arcabouço, se dele não prosperarmos e não garantirmos o sucesso de nossa jornada. (NASCIMENTO CARVALHO, 2014, p. 49).

Durante a primeira metade da década a cooperação foi se aprofundando e os vínculos bilaterais foram se consolidando, porém a partir da metade dos anos 1980 as relações se intensificaram de tal maneira que, durante os governos de José Sarney (1985-1990) e Raúl Alfonsín (1983-1989), Brasil e Argentina estabeleceram um relacionamento especial. A partir de então, o relacionamento entre os dois países não retomou os princípios da cordialidade oficial, mas passou a se desenvolver a partir de um novo modelo de vínculo bilateral, uma relação privilegiada. "A qualificação do relacionamento com a Argentina ocorreu, portanto, no marco das parcerias estratégicas." (SPEKTOR, 2002, p.124).

Assim, em 30 de novembro 1985, os Presidentes Sarney e Alfonsín inauguraram a Ponte Internacional da Fraternidade Tancredo Neves, que une Foz do Iguaçu a Puerto Iguazú, e assinaram a Declaração de Iguaçu e a Declaração Conjunta sobre Política Nuclear (Figura 2.3.1.). Esse ato que marcou um ponto de inflexão na relação bilateral, é considerado o auge das conversações iniciadas durante o governo de Figueiredo e um marco histórico no processo de integração, bem como dá origem a um novo ciclo no processo de cooperação nuclear entre Brasil e Argentina (OLIVEIRA, 1996; GOMES SARAIVA, 2012; GRANATO, 2014).

Figura 2.3.3. Presidentes Sarney e Alfonsín por ocasião da assinatura da Declaração de Iguaçu



Os Presidentes Sarney e Alfonsín, em 30 de novembro 1985, junto às Cataratas do Iguaçu, por ocasião da assinatura da Declaração de Iguaçu e da Declaração Conjunta sobre Política Nuclear, assim como da inauguração da Ponte Internacional da Fraternidade Tancredo Neves. Fonte: foto de Victor Bugge, disponível em Palacios (2011).

Nesta ocasião, afirmaram seu comprometimento com a integração regional e entre os diversos temas tratados nesse momento, os países:

Concordaram, igualmente, quanto à urgente necessidade de que a América Latina reforce seu poder de negociação com o resto do mundo, ampliando sua autonomia de decisão e evitando que os países da região continuem vulneráveis aos efeitos de políticas adotadas sem a sua participação. Portanto, resolveram conjugar e coordenar os esforços dos respectivos Governos para a revitalização das políticas de cooperação e integração entre as Nações latino-americanas;

A respeito da questão das Ilhas Malvinas, o Presidente Sarney reiterou o histórico apoio do Brasil aos direitos de soberania argentina sobre o arquipélago [...] O Presidente Alfonsín, manifestando sua satisfação por essa posição, externou o reconhecimento de seu Governo pela atuação do Brasil em seu caráter de potência protetora dos interesses argentinos junto ao Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte;

Decidiram criar uma Comissão Mista de Alto Nível para Cooperação e Integração Econômica Bilateral, presidida pelos seus Ministros das Relações Exteriores e composta de representantes governamentais e dos setores empresariais dos dois países, para examinar e propor programas, projetos e modalidades de integração econômica;

Por último, os Presidentes José Sarney e Raúl Ricardo Alfonsín reafirmaram enfaticamente que o processo de democratização que vive o continente deverá conduzir a uma maior aproximação e integração entre os povos da região. [...] comprometeram-se a não poupar esforços para que convivam neste continente sociedades que privilegiem os princípios de dignidade humana, cooperação, solidariedade, paz e bem-estar. Concluíram assinalando que as relações bilaterais brasileiro-argentinas serão exemplo deste ideário. (BRASIL & ARGENTINA, 1985b, p. 1-3).

Além de ressaltarem o comprometimento com o processo de integração, reiteraram seu compromisso em desenvolver a energia nuclear para fins exclusivamente pacíficos e a aspiração de que esta cooperação fosse estendida aos outros países latino-americanos. Decidiram também criar um Grupo de Trabalho para fomentar as relações entre os dois países na área nuclear, promover o desenvolvimento tecnológico-nuclear e criar mecanismos para assegurar os interesses de paz, segurança e desenvolvimento regional (BRASIL & ARGENTINA, 1985a).

Apesar do “espírito de Foz do Iguaçu” não ter solucionado todos os problemas existentes, ele introduziu um diálogo nunca visto até então, baseado na confiança, nas tentativas de convergência em variadas agendas e na busca por compatibilizar os interesses nacionais e regionais (PAES LEME, 2006).

As negociações bilaterais seguiram e, em julho de 1986, os dois países ratificaram a Ata para a Integração Brasileiro-Argentina, que levou a estruturação do Programa de Integração e Cooperação Econômica (PICE), inicialmente com 12 protocolos. Além disso, nessa ata os dois países ressaltaram a importância da união dos povos em busca do crescimento e da modernização, assim como para enfrentar os obstáculos e desafios que já tinham e os que estariam por vir. Também afirmaram que o PICE constituiria “um impulso renovado para a integração da América Latina e para a consolidação da paz, da democracia, da segurança e do desenvolvimento da região.” (BRASIL & ARGENTINA, 1986b, p. 1).

O Programa tinha como perspectiva ser gradual, flexível e equilibrado, justamente devido às assimetrias dos dois vizinhos (GRANATO, 2014). Abrangia, entre outras questões, o “aprofundamento das preferências tarifárias, estímulo à formação de empresas binacionais, criação de comitês em áreas de fronteiras, acordos de cooperação científico-tecnológica, nuclear e aeroespacial.” (OLIVEIRA, 1996, p. 131).

Em 10 de dezembro desse ano também foram firmadas a Declaração Conjunta sobre Política Nuclear e a Ata de Amizade. Na primeira decidiram:

[...] fortalecer os mecanismos necessários para que a ciência e a tecnologia nucleares de ambos os países sejam fatores efetivos na reafirmação dos interesses da paz, da segurança e do desenvolvimento; intensificar o intercâmbio de visitas, informações e consultas sobre aspectos relativos ao desenvolvimento tecnológico, à segurança e proteção radiológica e a outras questões relevantes dos respectivos programas nucleares; fortalecer a coordenação de posições políticas no âmbito internacional para a defesa de interesses comuns e para preservar a região do risco de introdução de armas nucleares; estimular a participação empresarial em projetos industriais vinculados à área nuclear, de interesse para os dois países. (BRASIL & ARGENTINA, 1986c, p. 1).

Já na Ata de Amizade, entre outras questões:

Manifestam a decisão de ambos os Governos de ampliar e consolidar seu diálogo político, para a consideração dos temas bilaterais e da situação internacional e regional, através de mecanismos ágeis de consulta entre as duas Chancelarias. [...] reafirmam o propósito de abrir novos horizontes para a cooperação e integração regional, respeitadas as peculiaridades das relações entre cada um dos seus países, a fim de propiciar uma presença latino-americana no contexto internacional ajustada aos mais nobres e legítimos ideais da região. (BRASIL & ARGENTINA, 1986a, p. 2).

Em 1988, Brasil e Argentina firmaram o Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento, continuando a desempenhar o papel de incentivadores e estruturadores das relações regionais. Esse tratado previa duas etapas, a primeira orientava a remoção dos obstáculos tarifários e não tarifários ao comércio de bens e serviços em um prazo máximo de dez anos e a segunda etapa buscava a harmonização das políticas para a formação de um mercado comum (GRANATO, 2014). Já, em 1990, os Presidentes Fernando Collor de Mello (1990-1992) e Carlos Menem (1989-1999) assinaram a Ata de Buenos Aires, reduzindo o prazo para a formação desse espaço econômico comum de dez para quatro anos (VIDIGAL, 2015; GRANATO, 2014).

Firmou-se também nesse ano o Acordo de Complementação Econômica N° 14 (ACE-14), o qual pôs “fim à etapa da integração gradual, equilibrada, flexível e simétrica iniciada em 1985, para se passar a um programa de liberalização progressiva, linear e automática para todo o universo tarifário.” (GRANATO, 2014, p. 74). A partir disso, em 1991, assinou-se o Tratado de Assunção entre Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, que cria o Mercado Comum do Sul (Mercosul).

Também deve-se ressaltar que, durante esse período, a cooperação nuclear continuou renovando a confiança e fortalecendo a parceria estratégica entre os dois países. Em 1987, o Presidente Sarney conheceu as instalações do Centro Atômico Pilcaniyeu, assinando, nessa ocasião, a Declaração de Viedma. Nessa declaração, entre outras questões, reafirmaram o compromisso de utilizar a energia nuclear para fins pacíficos; reiteraram os avanços alcançados com o Grupo de Trabalho Conjunto sobre Política Nuclear, instituído na Declaração de Iguazu; ressaltaram o aperfeiçoamento dos aspectos legais e técnicos da cooperação nuclear; e assinalaram a importância das reuniões empresariais realizadas, pois evidenciavam a “ativa participação de empresas públicas e privadas no processo de vinculação nuclear, ampliando assim as possibilidades da cooperação pela via de integração das indústrias de ambos os países.” (BRASIL & ARGENTINA, 1987, p. 1).

No ano seguinte, quando da visita do Presidente Alfonsín para a inauguração da Unidade de Enriquecimento de Urânio Almirante Álvaro Alberto, do Centro Experimental de Aramar, foi firmada a Declaração de Iperó (OLIVEIRA, 1996).

Nessa declaração os dois governos reiteraram o direito de seus países desenvolverem, sem restrições, programas nucleares para fins pacíficos,

decidindo que o aperfeiçoamento dos mecanismos de cooperação política e técnica, entre eles, se dará através do conhecimento recíproco desses programas, e manifestaram o desejo de estender tal cooperação aos países que estejam interessados nessa participação, visando, através de ações gradativas, a integração de toda a América Latina em direção da unidade, confiança e modernidade. (OLIVEIRA, 1996, p. 140).

Em novembro de 1988, os dois presidentes também firmaram a Declaração de Ezeiza, durante a visita às instalações do Laboratório de Processos Radioquímicos da Comissão Nacional de Energia Atômica (CNEA), na cidade de Ezeiza, na Argentina. Nessa ocasião, entre as principais decisões, se propuseram desenvolver um projeto conjunto de reatores regeneradores para garantir a otimização dos recursos naturais e técnico-científicos, assegurando a independência energética (BRASIL & ARGENTINA, 1988).

Deve-se observar a importância histórica dessas visitas no Centro Atômico Pilcaniyeu, no Centro Experimental de Aramar e no Laboratório de Ezeiza, demonstrando a evolução da confiança recíproca e a intenção de progredir ainda mais no trabalho conjunto nesta área. Mais tarde com a criação da Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC) esse compromisso será reforçado.

Nesse sentido, Mallea e Spektor, (2012, p. 25) destacam que o fortalecimento da confiança foi possível também “porque Alfonsín e Sarney fizeram questão de comunicar um ao outro, por meio de enviados especiais, notícias sobre a aquisição de tecnologia de enriquecimento de urânio antes de fazer comunicados públicos”. Assim, acontecimentos como o anúncio argentino da chegada à etapa de enriquecimento de urânio, em 1983, ou o anúncio brasileiro de seu domínio do ciclo completo da tecnologia de enriquecimento do urânio, em 1987, bem como as revelações sobre os buracos na Serra do Cachimbo no Brasil - os quais supostamente teriam sido construídos para testes nucleares - não reacenderam as rivalidades nem abalaram a cooperação. Sendo assim, a cooperação nuclear entre os dois países é colocada como um êxito político, ao ponto de sobreviver mesmo após importantes revelações dos programas nucleares secretos de ambos os países (SPEKTOR, WHEELER & NEDAL, 2012).

A cooperação nuclear foi essencial para o fortalecimento da confiança, fim das rivalidades e avanço no entendimento rumo a parceria estratégica. Mas o contexto internacional e regional do período deve ser compreendido, pois favoreceu a aproximação entre as nações vizinhas e o conseqüente avanço da integração. Como destacado, a assinatura

do Acordo Tripartite, o apoio norte-americano à Grã-Bretanha e o apoio brasileiro à Argentina na Guerra das Malvinas foram fundamentais para o fortalecimento dos laços bilaterais. Outros fatores importantes para a aproximação e cooperação entre os dois países foram: a restauração democrática, a crise pela qual vinham passando, o problema da dívida externa e a intenção de diminuir os gastos militares; o enfraquecimento do diálogo Norte-Sul, a crescente marginalização da América Latina no sistema mundial e as restrições tecnológicas impostas pelas potências mundiais; a convergência em fóruns internacionais, a busca pela complementariedade comercial e a necessidade de um esforço conjunto no campo tecnológico; o abandono do projeto de Brasil-potência, que dava lugar a uma representação de país parte do Terceiro Mundo; bem como o isolamento internacional e os atritos com Inglaterra e Chile enfrentados pela Argentina (ALMEIDA MELLO, 1996; VIEIRA VARGAS, 1997; RUSSELL & TOKATLIAN, 2002; VIZENTINI, 2003; CONTI PAGLIARI, 2009; TABORDA, ROLANDO & FLORO, 2010; GOMES SARAIVA, 2012; MALLEA & SPEKTOR, 2012; PERES MILANI, 2015; DIEZ, 2016).

A mudança no equilíbrio de poder no Cone Sul, que era favorável à Argentina e, posteriormente, passa a ser favorável ao Brasil, foi fator de grande importância para a aproximação entre Brasil e Argentina e consolidou-se com o apoio do Brasil à Argentina no contexto da Guerra das Malvinas. Ademais, no final da década de 1970, a Argentina encontrava-se em litígio com o Chile, o conhecido Conflito de Beagle, e não lhe convinha manter rivalidades também com o Brasil (ALMEIDA MELLO, 1996).

Em meados da década de 1980, a Argentina se encontrava vulnerável econômica e politicamente, de modo superior ao Brasil. Assim, a aproximação bilateral, com vistas a atingir uma integração, era considerada a melhor maneira de se reincorporar à arena regional e internacional, bem como recuperar o dinamismo de sua economia (PAES LEME, 2006). Desse modo, considerava-se necessária a formação de uma relação prioritária e estratégica com o principal vizinho, buscando a convergência ante os organismos econômicos e financeiros internacionais, que multiplicasse a capacidade de negociação frente a esses organismos e tornasse possível a criação uma área de poder no Cone Sul (RUSSELL & TOKATLIAN, 2002).

Com relação à cooperação no âmbito nuclear, Vieira Vargas (1997, p. 46) defende que, entre os diversos fatores que levaram os vizinhos a substituírem a dinâmica de competição pela cooperação na área nuclear, o “controle oligopolístico do comércio de bens e tecnologias

sensíveis, exercido pelos países industrializados foi, um dos principais motivos para que as autoridades brasileiras e argentinas se engajassem, no início dos anos 80, na cooperação nuclear”.

Deve-se também, como responsável pelo início da aproximação na área e conseqüente cooperação nuclear, à política de não-proliferação nuclear do governo estadunidense, pois, desde a década de 1970, este passou a pregar pela negação ao acesso dessa tecnologia, o que era enxergado por ambos os países como discriminatório, intrusivo, uma ameaça à soberania nacional e um empecilho ao desenvolvimento no setor (MALLEA & SPEKTOR, 2012; HERZ, DAWOOD & COUTINHO LAGE, 2017). Ademais, frente aos perigos de uma corrida armamentista com o avanço da era atômica, ambos passaram a identificar que uma parceria bilateral permitiria a troca de tecnologia nuclear e afastaria as suspeitas mútuas, bem como da comunidade internacional (OLIVEIRA, 1996; SILVA DIAZ & MATOS BRAGA, 2006).

Outro ponto relevante para o desenvolvimento da parceria estratégica é que a ação cooperativa era considerada por ambos como “a peça-chave para a consolidação e preservação das nascentes democracias.” (PAES LEME, 2006, p. 141). Brasil e Argentina convergiram sobre a importância do espaço regional como um espaço de atuação primária e da integração como meio de realizar objetivos externos e domésticos, bem como visualizavam “a democracia e a integração como valores que se reforçavam mutuamente e sobre os quais deviam se assentar a convivência e o relacionamento entre eles e com os demais países da região.” (COSTA VAZ, 2002, p. 116-117). Nessa perspectiva, a parceria estava orientada por um sentido político relacionado à consolidação democrática, bem como buscava o alargamento da interdependência econômica por meio da cooperação em um amplo espectro de setores (COSTA VAZ, 1999).

Costa Vaz (1999, p. 7) também destaca a importância de se avaliar que:

[...] a construção da parceria estratégica com a Argentina iniciou-se em um contexto em que as variáveis tanto de índole interna quanto externa que haviam contribuído para forjar e dar objetividade às parcerias com os países industrializados haviam se modificado profundamente, tornando-as, em grande medida, inoperantes quanto aos seus objetivos maiores. Para isso, muito contribuíram as condições internas da economia brasileira então, e, ainda mais, as posições assumidas pelo Brasil quanto à dívida externa, particularmente a moratória decretada em 1987 e que indisps fortemente o país com seus principais credores que também eram suas contrapartes nas principais parcerias estratégicas. Assim, no Governo Sarney, deram-se as condições para que o Brasil estabelecesse sua principal e mais abrangente

parceria estratégica e que serviria de plataforma para redefinir suas relações no plano regional [...] (COSTA VAZ, 1999, p.7).

Para Moniz Bandeira (2003, p. 468), os dois países compreenderam que isoladamente “pouco ou quase nada iriam mudar na ordem mundial, mas, unidos, poderiam influir gradativamente nas decisões de interesse da América Latina”. Nesse período, Brasil e Argentina se propuseram a constituir um novo polo gravitacional de poder no sistema internacional (MONIZ BANDEIRA, 2003).

A partir desse contexto, Fracalossi Moraes (2010) argumenta que a parceria entre Brasil e Argentina é um eixo fundamental para o processo de integração regional. Neste sentido, e convergindo com a hipótese que sustenta este trabalho, Granato (2014) defende:

[...] as relações em eixo argentino-brasileiras como necessárias para pensar o futuro da região, para construir visões convergentes de mundo e evitar disputas por influências regionais, assim como para assegurar a sobrevivência de ambos os países. O compromisso argentino-brasileiro, que une os dois maiores Estados da região, é essencial para a condução política e o fortalecimento do processo de integração. Essa aliança estratégica em particular é entendida [...] como “força motriz”, base ou eixo gravitacional das diferentes etapas da integração na região, e essa integração constitui um projeto político que deve ser analisado à luz dos processos políticos dos Estados que a compõem. [...] são as concepções integracionistas do Brasil e da Argentina aquelas que serão as que “moldarão”, no século XXI, a geometria do processo de integração na América do Sul. (GRANATO, 2014, p. 63).

Observa-se que, depois de uma história marcada por rivalidades e desconfianças, nesse período as relações entre Brasil e Argentina demonstraram um grande aprofundamento, as conversações se intensificaram e diversos acordos de cooperação foram firmados. A partir disso, foi possível a consolidação da parceria estratégica, a qual é o motor que sustenta o desenvolvimento e fortalecimento dos processos integracionistas sul-americanos.

Após a análise do período de consolidação da parceria estratégica, as últimas duas seções deste capítulo explorarão as relações bilaterais na última década do século XX, analisando os avanços e retrocessos na cooperação nuclear e na integração regional.

2.4. A ESTAGNAÇÃO NA COOPERAÇÃO NUCLEAR NOS ANOS 1990

Em novembro de 1990, com a assinatura da Declaração Conjunta de Fiscalização Mútua aprovou-se o Sistema Comum de Contabilidade e Controle (SCCC). No ano seguinte, em julho de 1991, em Guadalajara, no México, os Presidentes Fernando Collor de Mello (1990-1992) e Carlos Menem (1989-1999), assinaram o Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina para o Uso Pacífico da Energia Nuclear, formalizando o SCCC, e criaram a Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC) (Figura 2.4).

Figura 2.4. Assinatura da Declaração Conjunta de Fiscalização Mútua, em 1990



Presidentes Carlos Menem e Fernando Collor de Mello durante a assinatura da Declaração Conjunta de Fiscalização Mútua que criou o Sistema Comum de Contabilidade e Controle (SCCC), em novembro de 1990.

Fonte: Maresia (2017).

O SCCC foi concebido como uma forma de assegurar que os materiais nucleares existentes nos dois países fossem utilizados exclusivamente para fins pacíficos,

uniformizando os procedimentos de salvaguardas dos dois países (OLIVEIRA, 1996; RIBEIRO MOURA, 2001; JANUÁRIO, 2015).

A ABACC foi criada para tornar possível a aplicação desse sistema de fiscalização mútua entre Brasil e Argentina de modo a assegurar a utilização exclusivamente pacífica da energia nuclear. Ela é uma instituição estável, possui personalidade jurídica e representa uma inovação, um sistema de salvaguardas bilateral inédito no mundo (RIBEIRO MOURA, 2001; JANUÁRIO, 2015; NASCIMENTO PLUM & ROLLEMBERG RESENDE, 2017). Assim, a criação da ABACC “não apenas ajudou a estabelecer uma parceria estratégica entre Brasília e Buenos Aires, mas também permitiu a consolidação da zona livre de armas nucleares da América Latina e forneceu uma base sólida para a integração econômica regional.”¹⁸ (NASCIMENTO PLUM & ROLLEMBERG RESENDE, 2017, p. 575, tradução nossa).

O SCCC e a ABACC eram vistos, portanto, não apenas como componentes essenciais do sistema de verificação bilateral, mas também como partes de um esquema alternativo ao do TNP [Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares], cujos pressupostos não eram então aceitos pelos dois países. [...] a ABACC logrou consolidar-se como interlocutor respeitado entre os principais atores no campo da não proliferação, tanto por parte de Estados individuais como nos planos regional e multilateral. (RIBEIRO MOURA, 2001, p. 103).

Mais tarde, em 13 de dezembro de 1991, foi assinado o Acordo entre a República Federativa do Brasil, a República Argentina, a Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares e a Agência Internacional de Energia Atômica para Aplicação de Salvaguardas (AIEA), conhecido como Acordo Quadripartite (OLIVEIRA, 1996; AZEVEDO GUIMARÃES, 2005; KASSENOVA, 2017).

O Acordo Quadripartite regula o relacionamento, a cooperação e o compartilhamento da responsabilidade de aplicação de salvaguardas nucleares entre a ABACC e a AIEA. O documento ressalta a importância da cooperação entre as agências e a necessidade de evitar a duplicação desnecessária de salvaguardas, sendo que o Acordo tem como base o SCCC e a AIEA deve levar em consideração a eficácia técnica do Sistema ao realizar suas atividades. Porém, a Agência Internacional de Energia Atômica deve ser capaz de executar medidas de forma independente e verificar os dados oferecidos pelo SCCC. (JANUÁRIO, 2015, p. 10).

¹⁸ “[...] not only helped establish a strategic partnership between Brasília and Buenos Aires, but also allowed for the consolidation of the Latin American nuclear-weapon-free zone and provided a solid basis for regional economic integration.” (NASCIMENTO PLUM & ROLLEMBERG RESENDE, 2017, p. 575).

Apesar dos avanços na cooperação nuclear mencionados, nos anos seguintes os dois vizinhos assinaram uma série de tratados internacionais e se distanciaram dos objetivos propostos anteriormente. Vários fatores podem ser apontados como responsáveis por esse distanciamento, sendo alguns deles destacados a seguir.

Em 1994, ambos os países ratificaram o Tratado para Proscrição de Armas Nucleares na América Latina e Caribe (Tratado de Tlatelolco)¹⁹. Mais tarde, em 1995, a Argentina ratificou o Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP). O Brasil ratificou o TNP apenas três anos mais tarde, em 1998. Nesse período também ambos aderem ao Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis (MTCR, sigla do inglês) (RIBEIRO MOURA, 2001; AZEVEDO GUIMARÃES, 2005; CONTI PAGLIARI, 2009; LACOVSKY, 2012; RIGOTTI COUTINHO, 2012; CAMARGO, 2017).

Em relação à adesão do Brasil e da Argentina ao TNP, destaca-se que durante décadas ambos se recusaram a aderir ao regime internacional de controle da proliferação nuclear, sintetizado no TNP. O Brasil o considerava discriminatório em relação às potências médias e regionais que ainda não possuíam tecnologia nuclear avançada e compreendia que tal regime congelava o poder mundial em um sistema bipolar condicionado pelas armas nucleares. Ademais, o país considerava seu programa nuclear essencial para o fortalecimento da soberania nacional, na medida em que sustentaria a autonomia tecnológica e teria grande relevância para o desenvolvimento nacional (RIBEIRO MOURA, 2001; AZEVEDO GUIMARÃES, 2005; LEDESMA, 2007; GRAÇAS CORRÊA, 2009).

Vários fatores podem ter levado ao Brasil mudar sua posição quanto ao TNP. Deve-se considerar que no período o país aderiu a todos os instrumentos de não proliferação nuclear, sendo o TNP a única exceção. Na visão das grandes potências, era contraditório a não adesão do Brasil ao TPN, uma vez que o país sempre teve o compromisso com a paz. O Brasil também temia um corte de investimentos produtivos e o isolamento internacional poderia abalar o país (RIBEIRO MOURA, 2001; AZEVEDO GUIMARÃES, 2005). Deve-se examinar também a busca brasileira pela cadeira permanente no Conselho de Segurança da ONU (RIGOTTI COUTINHO, 2012).

Da mesma forma que o Brasil, durante anos a Argentina se recusou a assinar o TNP e a

¹⁹ Este tratado foi assinado por Brasil e Argentina em 1967, no entanto, só foi ratificado em 1994. A organização que vigia o cumprimento deste tratado é a Organização para a Proscrição de Armas Nucleares na América Latina e Caribe (OPANAL).

ratificar o Tratado de Tlatelolco. Historicamente também se observa que as relações com os Estados Unidos não foram muito amistosas, a Argentina “antagonizou sistematicamente com os Estados Unidos nos fóruns diplomáticos, rejeitou a Doutrina Monroe, foi neutra durante as duas guerras mundiais, promoveu uma ‘terceira posição’ depois de 1945 e depois se uniu ao Movimento dos Não Alinhados” (ESCUDE, 1999, p. 77).

Contudo, durante a Presidência de Carlos Menem, as ações da política externa da Argentina demonstraram o alinhamento aos Estados Unidos (MONIZ BANDEIRA, 2003; AZEVEDO GUIMARÃES, 2005; FRACALOSSO MORAES, 2010; VIZENTINI, 2010; CORRÊA SILVA, 2011; RIGOTTI COUTINHO, 2012). Nesse período, a Argentina abandonou o Movimento dos Países Não Alinhados, mudou seus votos nos fóruns internacionais, firmou o TNP, ratificou o Tratado de Tlatelolco e se alinhou explicitamente ao Ocidente (ESCUDE, 1999; PERES MILANI, 2015).

Nesse período, uma questão importante que provocou desconfiças por parte do Brasil foi a aceitação da Argentina como aliada extrarregional da OTAN (MONIZ BANDEIRA, 2003; RIGOTTI COUTINHO, 2012). Por outro lado, a candidatura brasileira ao Conselho de Segurança da ONU foi recebida com desconfiança e rejeição pela Argentina (PERES MILANI, 2015).

Nas gestões Menem, a Argentina optou pelos Estados Unidos como aliado, pretendendo se colocar como interlocutor regional frente à potência, o que gerou um afastamento entre Brasil e Argentina, bem como alguns constrangimentos. Além disso, ressalta que as relações com o vizinho se restringiram a temas econômicos e comerciais, pois tanto a Argentina quanto o Brasil deram maior atenção às questões econômico-comerciais e as relações especiais se desenvolveram com as potências desenvolvidas (CORRÊA SILVA, 2011; RIGOTTI COUTINHO, 2012).

Outro fator importante é que nesse período ambos os países abandonaram o paradigma do Estado-desenvolvimentista e adotaram o paradigma liberal, reproduzindo reformas rápidas e radicais (VIZENTINI, 2010; RIGOTTI COUTINHO, 2012). Sobre isso, Graças Corrêa (2009, p. 157) ressalta que “para os novos dirigentes brasileiros, a continuidade de programas de capacitação estratégicos concentrados nas mãos do Estado brasileiro, como os programas nucleares, era insustentável nesse novo cenário internacional”. Do mesmo modo, naquela década, aponta-se que o governo brasileiro buscou se acomodar à agenda global norteamericana e aos objetivos de supremacia da potência, vista como parceira fundamental do

Brasil (1995-2002) (MONIZ BANDEIRA, 2003).

Ademais, com essa onda neoliberal, os cortes nas áreas de desenvolvimento científico e tecnológico foram significativos. Azevedo Guimarães (2005) destaca que, nesse período, o programa nuclear foi ficando sem recursos financeiros também devido ao aprofundamento da crise econômica que os países vinham enfrentando desde os anos 1980 com a dívida externa. Os anos 1990, inclusive, são apontados como a década perdida para o programa nuclear brasileiro (PATTI, 2014).

Para Brasil e Argentina, o fim da Guerra Fria e a consequente adoção de uma agenda política, econômica e social que implicou a renúncia ao projeto de desenvolvimento, a adesão do TNP, aparentemente seria um passo lógico, porque o difícil cenário financeiro e comercial que se aprofundava em relação à década de 1980 não poderia conviver com os custos de um programa oneroso como o nuclear. As suspeitas internacionais de uso não pacífico da energia nuclear, nesse sentido, ainda que não fossem comprovadas, retirariam a legitimidade ética dos governos de emprego de vultosas somas de dinheiro em programas que poderiam ser obtidos com a “boa-vontade” das potências nucleares em transferir tecnologias para fins pacíficos. (AZEVEDO GUIMARÃES, 2005, p. 107).

Assim, observa-se que, a partir de 1991, a cooperação na área nuclear se limitou ao aumento da transparência, a partir da criação da ABACC, e não houve grandes avanços na cooperação científico-tecnológica (FRACALLOSSI MORAES, 2010). Dessa maneira, após examinar o andamento da cooperação na área nuclear nos anos 1990, cabe à próxima seção explorar o desenvolvimento da integração regional a partir da criação do Mercosul, observando os avanços e as crises desencadeadas, com destaque para os dois países de maior peso regional, Brasil e Argentina.

2.5. INTEGRAÇÃO BILATERAL E REGIONAL NO MERCOSUL: DA EXPANSÃO À CRISE (1991-2002)

Se por um lado os acordos de cooperação nuclear estagnaram e o diálogo político foi deixado em segundo plano, por outro, com a criação do Mercosul, em 1991 (Figura 2.5), a integração na área econômico-comercial era vista como essencial para ambos, uma opção estratégica que foi se desenvolvendo durante a década de 1990.

Figura 2.5. Presidentes do Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai por ocasião da assinatura do Tratado de Assunção



Na foto, os Presidentes Fernando Collor de Mello (Brasil), Andrés Rodríguez (Paraguai), Carlos Menem (Argentina) e Luis Lacalle (Uruguai) por ocasião da assinatura o Tratado de Assunção que cria o Mercosul.
Fonte: foto de Mino Pedrosa (26/03/1991), disponível em Villela (2014).

Entretanto, deve-se apontar que os ideais integracionistas desenvolvidos na década de 1980, com Sarney e Alfonsín, foram remodelados, justamente devido à intensa onda liberal que prevaleceu nos países da região. Abandonou-se “os princípios de desenvolvimento interindustrial, no plano econômico, e de autonomia, no plano político, planos esses que constituíam a essência do processo de integração iniciado em 1985.” (GRANATO, 2014, p. 72). É importante ressaltar, contudo, que os atritos e desacordos com relação ao bloco também se fizeram presentes.

Além disso, durante a Presidência de Itamar Franco (1992-1995), em uma tentativa de recuperar a proposta autonomista da política externa brasileira, conduzida pelo então Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, o Brasil propôs a criação da Área de Livre de Comércio Sul-Americana (ALCSA). Esta representava um passo importante para a ampliação do Mercosul, porém a mesma não prosperou (VIZENTINI, 2010; GRANATO, 2014).

Em 1994, os quatro países mercosulinos assinaram o Protocolo de Ouro Preto, o qual estabeleceu os órgãos definitivos do Mercosul e determinou o sistema de solução de

controvérsias. Ademais, permitiu avançar na constituição da união aduaneira e deu ao bloco a personalidade jurídica que lhe era necessária para a negociação de acordos internacionais (VIZENTINI, 2003; GOMES SARAIVA, 2012; GRANATO, 2014). Já, em 1996, os membros do bloco assinaram o Compromisso Democrático e criaram o Mecanismo de Consulta e Concertação Política. Assim, em 1998, com o Protocolo de Ushuaia, os países reafirmaram seu comprometimento com a democracia (GRANATO, 2014).

Entre os méritos do Mercosul visualizados nesse período, aponta-se que este levou ao aumento significativo das trocas comerciais intrabloco e da recepção de capital estrangeiro, favoreceu o fortalecimento da democracia e o bloco tornou-se meio de negociação coletiva, sendo imprescindível para o insucesso da proposta norte-americana da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA)²⁰.

Contudo, no plano econômico também houve dificuldades em coordenar posturas, momentos em que a falta de comunicação entre os dois maiores membros do bloco e graves tensões comerciais levaram a se questionar sobre o futuro do Mercosul. Em meio aos atritos e com a falta de mecanismos ágeis para a solução de controvérsias, a diplomacia presidencial era posta em prática para evitar uma “espiral de retaliações comerciais contrárias ao espírito de integração.” (CANDEAS, 2017, p. 251).

Entre esses atritos, os quais demonstram a fragilidade do processo integracionista, aponta-se que logo após a assinatura do Tratado de Assunção, Brasil e Argentina enfrentaram desavenças iniciadas devido à compra, por parte do Brasil, de trigo norte-americano subsidiado, o que afetava seriamente as exportações argentinas do produto ao vizinho (SACCONE, 1994). Outra crise, considerada uma das mais sérias, ocorreu de 1995 e iniciou-se quando o Brasil anunciou que limitaria as importações de automóveis argentinos. A situação só foi resolvida depois de muitas conversações presidenciais (MALAMUD, 2010). Além dessas, destaca-se também o conflito entre os setores siderúrgicos e a questão da produção açucareira que ocorreram no final da década.

Apesar dos atritos existentes no campo econômico-comercial e das dificuldades no

²⁰ A ALCA foi proposta pelo governo norte-americano nos anos 1990 e previa o estabelecimento de uma área de livre comércio na América. Pretendia-se “abrir o mercado latino-americano, ou, mais especificamente, o mercado sul-americano à competição, dando às corporações transnacionais e aos investidores e banqueiros a liberdade de movimentar capitais, bens, plantas industriais, lucros e tecnologia, sem que os governos nacionais pudessem criar obstáculos. Dentro de tal moldura econômica, os países da América do Sul deviam abdicar de sua soberania, desarmando-se militarmente e aceitando retirar do poder judiciário nacional e transferir para uma comissão internacional de arbitragem a capacidade de julgar e decidir qualquer litígio entre o Estado nacional e as mega empresas multinacionais dos Estados Unidos.” (MONIZ BANDEIRA, 2008, p. 17)

diálogo político nesse período, a valorização da cooperação e da parceria entre os dois países se manteve e, em 1997, na Declaração do Rio de Janeiro, os dois países afirmaram estarem “construindo uma profunda e verdadeira aliança estratégica”. Nesse momento também firmaram o Mecanismo Permanente de Consulta e Coordenação em Temas de Defesa e Segurança Internacional (BRASIL & ARGENTINA, 1997, p. 1).

Essa aliança tornou possível à nossa região transformar-se e ser percebida pelo mundo como um espaço comum de grande dinamismo e crescimento econômico. Essa aliança existe porque temos uma firme comunhão de valores. Nossas sociedades são democráticas, plurais, defendem as liberdades, os direitos humanos e a livre iniciativa como meio de promover a prosperidade, assim como a justiça social como meio de assegurar a concórdia como fundamento de nosso modo de vida. Defendemos, também, a proteção do meio ambiente e a busca do desenvolvimento sustentável. (BRASIL & ARGENTINA, 1997, p. 1).

Contudo, no final da década de 1990, ambas as economias já estavam em recessão e uma grave crise afetou seriamente as relações bilaterais e, conseqüentemente, o Mercosul. A mesma, desencadeada pelas políticas neoliberais adotadas por ambos os países, se agravou com desvalorização da moeda brasileira em 1999, que afetou gravemente o comércio intrarregional.

A Argentina seguia a regra de conversibilidade no câmbio fixo com o dólar e a desvalorização do real trouxe dificuldades em vários setores industriais da economia do país.

Na Argentina, foi criticado o fato de que a administração de Cardoso não havia consultado nem informado ao governo de seu sócio sobre uma decisão com impacto tão profundo na Argentina. [...] A reação argentina à decisão brasileira foi variada. Enquanto o governo mantinha a calma e a compreensão com sua contraparte, muitos representantes do setor industrial e da mídia temiam uma possível "avalanche" de produtos baratos do gigante vizinho. O medo da invasão de produtos brasileiros foi primeiro chamado de "Efeito Brasil" e depois "Brasil-dependência". O nome antigo, de alguma maneira neutro, denotava um provável medo de contágio; o último refletia um sentimento de subordinação que exigia uma reação protecionista. A administração de Menem tomou medidas rápidas para liberar pressões domésticas, tais como redução de impostos, diminuição das tarifas de importação sobre produtos sensíveis provenientes de países não membros do Mercosul e pediu ao governo brasileiro que eliminasse subsídios que distorcessem o mercado. Tudo isso foi insuficiente para dissipar a preocupação pública [...] (MALAMUD, 2010, p. 129, tradução nossa).

Nesse período, a Argentina argumentou uma crise de confiança e impôs barreiras ao ingresso de produtos brasileiros. Em represália à atitude, o Brasil passou a exigir uma autorização prévia para exportações de produtos argentinos (GRANATO, 2014). Dessa forma, os anos seguintes (1999-2001) foram de crescente tensão entre os membros do Mercosul, principalmente entre Brasil e Argentina, e essa grave crise entre os dois maiores membros levou a questionar se aquele era o fim do Mercosul (MALAMUD, 2010). Assim, ao finalizar o século XX as perspectivas para o futuro do bloco não eram nada promissoras.

A crise econômica na Argentina desencadeou uma crise política. Somada às políticas neoliberais - privatizações, flexibilização das normas trabalhistas, abertura comercial e liberalização da economia – o Plano de Conversibilidade e a desvalorização do real, o descrédito governamental fez com que a oposição – a Alianza, acordo entre a União Cívica Radical e o Frepaso - vencesse as eleições em 1999. Entretanto, logo após sua ascensão ao poder, o Governo de Fernando De La Rúa (1999-2001) enfrentou diversas disputas internas e os problemas de governabilidade fizeram com que seu vice, Carlos “Chaco” Álvarez renunciasse em 2000 (CANDEAS, 2017).

Com relação ao Brasil, o mesmo “era singularizado, na imprensa, nos meios empresariais e governamentais, como a principal causa dos problemas argentinos”, e “essa percepção se acentuou na gestão do Ministro da Economia, Domingo Cavallo.” (CANDEAS, 2017, p. 253).

Com relação ao Mercosul, apesar de ser aprovado o chamado Relançamento do Mercosul:

[...] a fragilidade e incertezas da gestão do Presidente de la Rúa, percebidas pelo Brasil, colocaram o Mercosul em uma espécie de “estado de espera”. Nesse momento, já existia uma realidade que era indiscutível, a situação macroeconômica argentina era grave e o FMI reforçava a “blindagem financeira” mês a mês, até que, em agosto de 2001, a desaprovação das metas de política econômica desencadeou o fim do Plano de Convertibilidade, mediante a suspensão dos desembolsos do FMI. (GRANATO, 2014, p. 84).

Em 2001 o Governo De La Rúa chegou ao colapso com sua renúncia. Com a falta de um vice-presidente houve uma instabilidade política e em duas semanas, três presidentes passaram pelo governo argentino. Finalmente, quando Eduardo Duhalde (2002-2003) assumiu a Presidência provisória em janeiro de 2002, pôs fim ao Plano de Conversibilidade, buscou

recuperar o Mercosul e, principalmente a partir da ascensão de Lula, a parceria com o Brasil (GRANATO, 2014). Identificava-se, naquele momento crítico, que somente com o Brasil e com o processo de integração a Argentina seria capaz de melhorar suas perspectivas futuras (CANDEAS, 2017).

Frente à crise argentina, o governo brasileiro respondeu com apoio explícito, sustentou a posição de que a Argentina seguia sendo seu sócio prioritário, assim como o Mercosul seguia sendo um elemento de referência para a política externa do país. Essas tomadas de decisão abriram caminhos para a recomposição, a partir de 2003, da aliança estratégica e do processo de integração cujo conteúdo político havia sido diluído frente à crença de que os mercados trariam o desenvolvimento destas terras sulistas. (GRANATO, 2014, p. 85).

Em suma, observa-se que, na última década do século XX, as relações entre Brasil e Argentina não foram tão intensas como durante os anos 1980, quando ambos os países detinham as condições necessárias ao desenvolvimento nuclear e decidiram abandonar suas rivalidades, tornar-se parceiros e conduzir o desenvolvimento da integração regional.

Apesar do Mercosul trazer muitos ganhos para o processo de aproximação entre Brasil e Argentina, “a sintonia entre os dois países não foi tão afinada quanto entre 1985 e 1989, quando era forte o suficiente para iniciar um processo de integração sem possibilidades de retorno” (GOMES SARAIVA, 2012, p. 80).

Gomes Saraiva (2012, p. 101) destaca que “os fluxos de comércio e investimentos de fato cresceram muito, nesse período, nos marcos do bloco. Contudo, a densidade do diálogo político e a convergência das agendas em fóruns multilaterais foram difíceis”.

A seguir, o Quadro 2.5 sintetiza os acordos, tratados e declarações firmados por Brasil e Argentina abordados neste capítulo, partindo da resolução dos conflitos acerca do aproveitamento dos recursos hídricos dos rios da Bacia do Prata com o Acordo Tripartite, o qual marcou o início de uma nova fase nas relações bilaterais até a formação do Mercosul e criação da ABACC.

Quadro 2.5. Principais documentos firmados por Brasil e Argentina entre 1979 a 1991

| Ano | Documento |
|------|--|
| 1979 | Acordo Tripartite Corpus-Itaipu (juntamente com o Paraguai) |
| 1980 | Acordo de Cooperação para o desenvolvimento e a Aplicação de Usos Pacíficos da Energia Nuclear |
| 1985 | Declaração de Iguazu |
| 1985 | Declaração Conjunta sobre Política Nuclear |
| 1986 | Ata de Integração Brasileiro-Argentina |
| 1986 | Programa de Integração e Cooperação Econômica (PICE) |
| 1986 | Declaração Conjunta sobre Política Nuclear |
| 1986 | Ata da Amizade Brasileiro-Argentina |
| 1987 | Declaração de Viedma |
| 1988 | Declaração de Iperó |
| 1988 | Declaração de Ezeiza |
| 1988 | Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento |
| 1990 | Ata de Buenos Aires |
| 1990 | Acordo de Complementação Econômica Nº 14 |
| 1990 | Declaração Conjunta de Fiscalização Mútua |
| 1991 | Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina para o Uso Pacífico da Energia Nuclear |
| 1991 | Acordo Quadripartite (juntamente com a ABACC e a AIEA) |
| 1991 | Tratado de Assunção (juntamente com Uruguai e Paraguai) |

Fonte: elaborado pela autora.

Com o quadro, visualiza-se de forma clara o período de ápice das conversações bilaterais, quando superaram suas rivalidades desenvolvendo a cooperação nuclear e criaram a ABACC em um ato inédito de confiança. Ademais, demonstra o trabalho conjunto em busca da integração regional, o qual culminou na formação do Mercosul, em 1991.

Em suma, todo esse processo centrado na transparência e na intenção de desenvolvimento tecnológico conjunto, iniciado nos anos 1980, foi fundamental para o fim das desconfianças e suspeitas bilaterais e junto à comunidade internacional. Além disso, por meio das declarações conjuntas e acordos firmados no período é possível observar os inúmeros avanços da cooperação entre Brasil e Argentina e da integração sul-americana. Entretanto, como mencionado na quarta seção deste capítulo, durante a década de 1990, observa-se que a cooperação no âmbito nuclear apresentou um período de estagnação.

Dessa forma, após tratar do contexto histórico das relações entre Brasil e Argentina, apontando períodos de predomínio das rivalidades e períodos em que se destacaram os laços cooperativos, o próximo capítulo investigará o desenvolvimento da parceria estratégica brasileiro-argentina no decorrer do século XXI. Para isso, analisar-se-á, de modo a aprofundar dois eixos desta parceria, como a mesma atua para o fortalecimento da integração sul-

americana e a evolução da cooperação nuclear bilateral.

CAPÍTULO 3

A PARCERIA BRASIL-ARGENTINA NO SÉCULO XXI: COOPERAÇÃO NUCLEAR E A CONSOLIDAÇÃO DA INTEGRAÇÃO REGIONAL NOS GOVERNOS LULA- DILMA E NOS GOVERNOS KIRCHNERISTAS

3. A PARCERIA BRASIL-ARGENTINA NO SÉCULO XXI: COOPERAÇÃO NUCLEAR E A CONSOLIDAÇÃO DA INTEGRAÇÃO REGIONAL NOS GOVERNOS LULA-DILMA E NOS GOVERNOS KIRCHNERISTAS

“Haverá outras relações estratégicas, mas a associação Brasil-Argentina é o eixo central do processo de integração sul-americana, fator decisivo de coesão e cooperação regional. Essa associação é, também, um instrumento-chave para alcançar o desenvolvimento econômico e social de nossas nações e melhorar a vida de nossos povos. [...] A relação entre o Brasil e a Argentina é imprescindível para que, nesta parte do mundo, o sonho de um futuro economicamente próspero e socialmente justo se torne realidade tangível para todos.”

Celso Amorim & Rafael Bielsa (2005)

“A integração é [...] o caminho que poderá levar-nos a realizar grandes ações e pronunciar grandes palavras.”

Rafael Bielsa (2004, p.21).

Após discutir acerca do conceito principal desta pesquisa e analisar as parcerias estratégicas de Brasil e Argentina, entendendo a utilização do termo, bem como examinar historicamente as relações bilaterais entre os vizinhos, cabe a este capítulo investigar o desenvolvimento da parceria estratégica entre Brasil e Argentina no século XXI. Para isso, optou-se por explorar dois eixos do relacionamento bilateral, a cooperação nuclear e a integração regional. Antes de tudo, a primeira seção analisará a evolução da parceria estratégica, ressaltando por que é uma relação estratégica e explorando acerca das agendas dessa parceria.

A cooperação nuclear é o primeiro eixo a ser investigado neste capítulo. Busca-se compreender como se desenvolveu esta cooperação a partir dos Governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Néstor Kirchner, bem como apontar algumas dificuldades enfrentadas para o avanço dos projetos e propostas bilaterais no âmbito nuclear. Devido à visualização da sua importância histórica para o fortalecimento da confiança e afastamento das rivalidades, considera-se importante compreender em que estágio se encontra a cooperação na área - apesar do entendimento que essas rivalidades já foram em grande parte superadas e as hipóteses de conflito militar foram abandonadas.

A cooperação nuclear é considerada uma variável relevante para o desenvolvimento

científico, tecnológico e industrial conjunto de ambos os países e identificada como necessária para melhorar a posição dos dois países, e da região, no cenário internacional, podendo assegurar a escala necessária para viabilizar a indústria nuclear e assegurar sua competitividade no plano internacional. Isto permitiria fortalecer a parceria estratégica, visto que poderia elevar sua posição internacionalmente em termos relativos, e, no nível regional, fortalecer o processo de integração e a formação de um bloco de poder sul-americano.

Em seguida, a terceira seção buscará compreender como as temáticas integracionistas foram adicionadas na agenda bilateral e de que forma ambos os países trabalharam em prol da integração no subcontinente. Dessa maneira, destaca-se que a integração será trabalhada de modo geral, sem se deter a uma das áreas temáticas apontadas no primeiro capítulo desta dissertação. No entanto, serão analisadas, desde a perspectiva político-diplomática dos dois países, posicionamentos, intenções, diálogos e o trabalho conjunto em algumas áreas da integração sul-americana. Ademais, é importante considerar que a integração é abordada sob a perspectiva de que esta é central na parceria estratégica Brasil-Argentina, pois, além da parceria ser compreendida como o núcleo duro da integração sul-americana, a integração é considerada atualmente também um eixo importante para o aprofundamento de setores da parceria. Sendo assim, ambas se complementam e fortalecem mutuamente.

Para alcançar os objetivos deste capítulo, serão analisados principalmente acordos, memorandos, declarações oficiais²¹ de ambos os países, propostas e notícias, mas também os trabalhos já realizados na área.

3.1. A AGENDA DA PARCERIA ESTRATÉGICA: POR QUE É ESTRATÉGICA E O QUE É ESTRATÉGICO NAS RELAÇÕES BRASIL-ARGENTINA?

Esta seção buscará investigar o desenvolvimento da parceria estratégica no decorrer do século XXI, com ênfase nos Governos Lula-Dilma e nos Governos Kirchneristas. Brasil e Argentina demonstraram no decorrer do período suas intenções de renovar a parceria, intensificando as conversações e criando mecanismos de cooperação e integração bilateral. Assim, é necessário entender quais as agendas prioritárias da parceria entre os dois maiores da América do Sul e o que é compreendido como estratégico nessa relação.

²¹ Para esta pesquisa foram utilizados os documentos oficiais disponíveis no site do Ministério das Relações Exteriores do Brasil e do site do Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto da Argentina.

Nesse sentido, busca-se ainda aprofundar o porquê da escolha das temáticas da integração regional e da cooperação nuclear neste estudo sobre a parceria estratégica argentino-brasileira. Para isso, parte-se do que já foi discutido no primeiro capítulo desta pesquisa, ao conceituar parceria estratégica, explorar as parcerias regionais de ambos os países e identificar as motivações da consolidação dessas parcerias, bem como do que foi desenvolvido no segundo capítulo, ao abordar o histórico da relação bilateral e demonstrar a relação entre a questão nuclear, a consolidação da parceria brasileiro-argentina e o avanço da integração regional.

Brasil e Argentina são vizinhos importantes no cenário sul-americano, compartilham uma história de rivalidades geopolíticas, assim como enfrentaram e enfrentam desafios, obstáculos e dificuldades internas e externas semelhantes. Da mesma forma, possuem “necessidades de crescer econômica, política e culturalmente, com maiores níveis de igualdade, para transformar-se nos países que suas potencialidades anunciam desde sua criação como tais.” (RAPOPORT & MADRID, 2011, p. 342, tradução nossa).

O ex-ministro das Relações Exteriores brasileiro, Celso Lafer, argumenta que o relacionamento entre Brasil e Argentina é estratégico porque “pressupõe, desde os entendimentos de Sarney e Alfonsín, uma interação interno/externo, entre as políticas nacionais e as externas, que é crítica para o futuro e o destino de ambos os países.” (LAFER, 1997, p. 251). Assim, Jaguaribe (2004, p. 10, tradução nossa) acredita que a parceria entre os dois países, além de ser reciprocamente conveniente e apresentar inúmeras vantagens, é indispensável para ambos, “pois sem ela não poderão preservar suas identidades nacionais nem seus respectivos destinos históricos”.

O que está em jogo, no relacionamento entre o Brasil e a Argentina, não é apenas o fato de que uma estreita cooperação entre os dois países lhes seja extremamente conveniente. O que está em jogo é o fato de que uma sólida, confiável e estável aliança argentino-brasileira se constituiu, nas presentes condições do mundo, um requisito *sine qua non* para a sobrevivência histórica de ambos os países. Nenhum deles dispõem, presentemente, de condições para preservar, isoladamente, sua efetiva soberania e assegurar sua identidade nacional e seu destino histórico. Tal fato constitui uma das inescapáveis consequências do processo de globalização. (JAGUARIBE, 2005, p. 45).

O autor explica que os diversos problemas sociais que infligem ao Brasil fazem com que o país não consiga sozinho levar a diante seu desenvolvimento e o esforço para a

preservação da autonomia nacional. A Argentina, por outro lado, necessita da parceria com o Brasil para que possa superar suas limitações, fruto do “déficit de massa crítica e, a médio prazo, seu déficit industrial.” (JAGUARIBE, 2004, p. 10, tradução nossa).

Tendo isso em vista, o secretário de Assuntos Estratégicos da Presidência da República do Brasil, Hussein Kalout, sustenta que “o sucesso do Brasil depende da Argentina, e vice-versa.” (DIAS, 2017, s. p.). Ademais, ao refletir sobre a parceria estratégica brasileira-argentina, Celso Lafer afirma que ela “dá rumo à nossa ação diplomática tanto na América do Sul como também na América Latina, [sendo fundamental] para nossa melhor e mais efetiva inserção no mundo.” (DIAS, 2017, s. p.).

Sobre a parceria, Rapoport e Madrid (2011, p. 336, tradução nossa) frisam que “existe um elemento de vontade política que constitui o nó desta opção estratégica”. Além da forte vontade política, liderada por uma diplomacia presidencial ativa, os interesses nacionais de ambos os países e a opinião pública favorável foram fundamentais para a construção dessa parceria estratégica desde 1985 (CARI & CEBRI, 2000). No entanto,

Para ser sustentável e irreversível, essa *alianza estratégica* requer uma crescente confiança mútua e uma cultura de solidariedade entre as duas nações. Não é tarefa de um dia. São condições que são alcançadas, através do tempo, com fatos concretos que transcendem o nível governamental, penetrando nas profundezas das respectivas sociedades civis. (CARI & CEBRI, 2000, p. 2, tradução nossa).

Durante os Governos de Lula e Kirchner a diplomacia presidencial novamente teve presença marcante, os encontros e as conversações presidenciais foram frequentes e profundas, marcando fortemente as relações bilaterais, o que teve continuidade nos Governos de Dilma e Cristina. A política externa brasileira durante o Governo Lula (2003-2010) priorizou a América do Sul e a parceria estratégica com a Argentina foi apontada como essencial para nortear a integração sul-americana. Nessa perspectiva, o Presidente Lula propunha fortalecer o Mercosul e retomar o projeto de integração de toda a América do Sul (AMORIM, 2009; GOMES SARAIVA, 2012; VIEIRA OLIVEIRA, 2012; GRANATO, 2015). Desse modo, temas como integração sul-americana, atuação conjunta em espaços multilaterais e cooperação em diversas áreas foram discutidos amplamente com o país vizinho (FRACALLOSSI MORAES, 2010).

Para o Brasil, além disso, havia a importância de manter laços fortes de cooperação

com a Argentina, de modo a evitar comportamentos contrários desse país que pudessem criar obstáculos para as iniciativas brasileiras tanto regionais como internacionais. Entretanto, é importante destacar que, durante a presidência de Lula, o Brasil atuou em diferentes campos e estabeleceu diferentes parcerias (GOMES SARAIVA, 2012).

Almeida (2004) ressalta que, para Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), a Argentina sempre foi ‘um’ parceiro estratégico e Lula, por outro lado, a considerava como ‘o’ parceiro estratégico. O autor também destaca que os dois países têm mantido reuniões frequentes tratando de diversos assuntos e tentando buscar posições comuns.

Soma-se a isso o fato da primeira visita internacional de Lula como presidente eleito ter sido para a Argentina – assim como Dilma que teve a Argentina como destino de sua primeira visita oficial como presidente. O Brasil, daquele período, visualizava que apenas com uma parceria estratégica com a Argentina seria possível transformar a América Latina em um polo de poder mundial (FRACALLOSSI MORAES, 2010).

Da mesma forma, com a chegada de Néstor Kirchner na Presidência argentina (2003-2007), em maio de 2003, o governo argentino deu ênfase em estreitar os laços com o país vizinho de modo a consolidar o Mercosul, coincidindo com a intenção de reforçar os laços regionais (RAPOPORT & MADRID, 2011; VIEIRA OLIVEIRA, 2012; GRANATO, 2015). No discurso de posse “Kirchner assinalava que o Mercosul, que conformava uma verdadeira *alianza estratégica*, e a integração latino-americana deviam ser parte de um verdadeiro projeto político regional ao que se incorporariam logo outros países do continente.” (RAPOPORT & MADRID, 2011, p. 299-300, tradução nossa).

Assim, durante o governo Kirchner mencionou-se inúmeras vezes o papel primordial do Brasil e a necessidade de fortalecer o projeto estratégico com o vizinho. Tratou-se a relação com o país como indispensável e inevitável (RUSSELL & TOKATLIAN, 2011). Para a Argentina, a parceria com o Brasil é considerada fundamental para sua projeção internacional, para manter a autonomia e o desenvolvimento nacional e para ganhar mercados no mundo (VERA & COLOMBO, 2014).

Nesse sentido, a partir da identificação da importância do diálogo conjunto e da necessidade de se estabelecer mecanismos de consulta e coordenação bilateral, os presidentes passaram a manter uma comunicação direta e permanente, consultando-se com frequência sobre decisões da política externa dos países (RAPOPORT & MADRID, 2011). Inclusive, em janeiro de 2006, durante a visita de Néstor Kirchner ao Brasil, os presidentes estabeleceram

um mecanismo de coordenação e consulta periódica, mantendo reuniões presidenciais a cada seis meses, reuniões ministeriais a cada seis meses e reuniões de vice-chanceleres a cada três meses (CORTES & CREUS, 2009).

Em 2007, criaram o Mecanismo de Cooperação e Coordenação Bilateral, o qual é formado por quatro subcomissões: a Subcomissão de Economia, Produção, Ciência e Tecnologia; a Subcomissão de Energia, Transporte e Infraestrutura; a Subcomissão de Defesa e Segurança; e Subcomissão de Saúde, Educação, Desenvolvimento Social, Cultural e Circulação de pessoas (FRACALOSSI MORAES, 2010; PERES MILANI, 2015).

Com a conformação desse Mecanismo pretendia-se fazer a delimitação e acompanhamento do relacionamento bilateral, identificando as questões estratégicas e prioritárias “para alcançar o desenvolvimento sustentado das capacidades culturais, econômicas, sociais, científicas e tecnológicas dos dois países.” (BRASIL & ARGENTINA, 2007, p. 1, tradução nossa).

Nesse período a parceria estratégica [...] fez-se sentir em um maior número de dimensões. Os investimentos cresceram muito e a expansão das empresas brasileiras em território argentino reforçou os laços econômicos; os canais de diálogo político foram incrementados; os projetos de desenvolvimento comuns seguiram a trajetória definida em 1991, embora haja havido um retrocesso nas pesquisas nucleares. Embora as atuações conjuntas em foros multilaterais tenham sido mais difíceis, houve mais proximidade que as ocorridas durante os anos 1990, com destaque para a Operação de Paz no Haiti. (GOMES SARAIVA, 2012, p. 141).

A agenda da parceria estratégica bilateral é ampla e “composta por projetos de cooperação em ciência, tecnologia, inovação e sustentabilidade, incluindo iniciativas em energia nuclear, defesa, empreendimentos hidrelétricos, construção de satélites, indústria naval e educação.” (MRE, 2013, s. p.). Além disso, “a defesa da integração regional e de seus valores figura entre os objetivos da aliança estabelecida pelos dois países.” (MRE, 2013, s. p.). De acordo com Pereyra Doval (2014, p. 87):

As principais questões que têm regido a recente relação bilateral são: o aprofundamento do Mercosul do ponto de vista social e político; a consolidação da Unasul; multilateralismo internacional; a reforma das Nações Unidas; participação no G20; a conclusão da Rodada de Doha; o apoio à questão das Malvinas; a cooperação nuclear e espacial; a cooperação energética, assim como em outras áreas como saúde, ciência e tecnologia,

educação, desenvolvimento social e circulação de pessoas, entre outros. Existem vários mecanismos que anualmente selam o laço nesses temas por meio de projetos conjuntos e assinatura de documentos. (PEREYRA DOVAL, 2014, p. 87, tradução nossa).

Barthelmess (2016) também aponta que os dois países têm atuado na coordenação na área agrícola, no combate ao narcotráfico, na promoção cultural, na área de mudança de clima e no desenvolvimento fronteiriço. No entanto, quando se trata acerca da parceria estratégica entre Brasil e Argentina, entre as questões mais abordadas está o nível econômico-comercial, afinal os vizinhos são parceiros comerciais mutuamente importantes e essa preocupação é destacada no cenário regional, inclusive devido à ênfase do próprio Mercosul. Nesse sentido, esse é tema frequente ao se estudar a relação bilateral.

As relações comerciais são um dos aspectos de maior crescimento no vínculo bilateral, onde, apesar das divergências pelos obstáculos impostos por ambos os estados, o avanço tem sido notório. De fato, essas relações se multiplicaram desde a formação do Mercosul e, embora haja divergências em torno de setores como o automotivo, a linha branca, o açúcar, alimentício e o calçado, é indiscutível a interdependência em matéria de importações e exportações. (PEREYRA DOVAL, 2014, p. 81, tradução nossa).

A Argentina é o terceiro sócio comercial mais importante para o Brasil, atrás apenas de China e Estados Unidos, enquanto o Brasil é o principal parceiro comercial argentino (RAPOPORT & MADRID, 2011). Assim, apenas para demonstrar algumas questões neste nível, pondera-se, por exemplo, que:

De 2003 a 2012, o comércio entre Brasil e Argentina praticamente quadruplicou, passando de US\$ 9,24 bilhões para mais de US\$34,4 bilhões. De 2010 a 2012, os investimentos estrangeiros diretos do Brasil na Argentina cresceram 16,6%. Em 2012, os investimentos da Argentina no Brasil quase triplicaram em relação a 2011, alcançando US\$ 262 milhões. Em 2012, dobrou o valor total das exportações argentinas que usaram o sistema de pagamentos em moeda local. A Argentina é o terceiro maior parceiro comercial do Brasil e o principal destino das exportações nacionais de manufaturas. (MRE, 2013, s. p.).

A partir do exposto, o quadro a seguir, demonstra a evolução do intercâmbio comercial de Brasil com a Argentina entre 1979 e 2009.

Quadro 3.1.1. Intercâmbio comercial de Brasil com Argentina (1979-2009)

Em milhões de US\$ correntes*

| Ano | Exportações a Argentina | Importações da Argentina | Fluxo Comercial | Saldo |
|------|-------------------------|--------------------------|-----------------|-----------|
| 1979 | 718,4 | 989,6 | 1.708 | -271,2 |
| 1980 | 1091,5 | 840,7 | 1.932,2 | 250,8 |
| 1981 | 880,2 | 633,5 | 1.513,7 | 246,7 |
| 1982 | 666,4 | 593,7 | 1.260,1 | 72,6 |
| 1983 | 654,6 | 373,2 | 1.027,8 | 281,4 |
| 1984 | 853,1 | 538,6 | 1.391,7 | 314,5 |
| 1985 | 548,2 | 493,2 | 1.041,4 | 55,0 |
| 1986 | 678,3 | 782,3 | 1.460,6 | - 104,0 |
| 1987 | 831,8 | 612,2 | 1.444 | 219,6 |
| 1988 | 979,4 | 707,1 | 1.686,5 | 272,3 |
| 1989 | 722,1 | 1.239,0 | 1.961,1 | - 516,9 |
| 1990 | 645,1 | 1.399,7 | 2.044,8 | - 754,5 |
| 1991 | 1.476,2 | 1.614,7 | 3.090,9 | - 138,5 |
| 1992 | 3.040,0 | 1.731,6 | 4.771,6 | 1.308,4 |
| 1993 | 3.658,8 | 2.717,3 | 6.376,1 | 941,5 |
| 1994 | 4.135,9 | 3.662,0 | 7.797,9 | 473,9 |
| 1995 | 4.041,1 | 5.591,4 | 9.632,5 | - 1.550,3 |
| 1996 | 5.170,0 | 6.805,5 | 11.975,5 | - 1.635,4 |
| 1997 | 6.769,9 | 8.032,2 | 14.802,1 | - 1.262,2 |
| 1998 | 6.748,2 | 8.034,2 | 14.782,4 | - 1.286,0 |
| 1999 | 5.364,0 | 5.812,4 | 11.176,4 | - 448,4 |
| 2000 | 6.232,7 | 6.843,5 | 13.076,2 | - 610,7 |
| 2001 | 5.009,8 | 6.206,5 | 11.216,3 | - 1.196,7 |
| 2002 | 2.346,5 | 4.743,8 | 7.090,3 | - 2.397,3 |
| 2003 | 4.569,8 | 4.672,6 | 9.242,4 | -102,8 |
| 2004 | 7.391,0 | 5.569,8 | 12.960,8 | 1.821,2 |
| 2005 | 9.930,2 | 6,241,1 | 16.171,3 | 3.689,0 |
| 2006 | 11.739,6 | 8,053,3 | 19.792,9 | 3.686,3 |
| 2007 | 14.416,9 | 10.404,2 | 24.821,1 | 4.012,7 |
| 2008 | 17.605,6 | 13.258,4 | 30.864 | 4.347,2 |
| 2009 | 12.785,0 | 11.281,0 | 24.066 | 1.504,0 |

Fonte: Quadro editado a partir dos dados disponíveis no quadro de RAPOPORT & MADRID (2011, p. 345).

Com dados do IBGE, Banco do Brasil, INDEC.

Já no Quadro 3.1.2 visualiza-se a oscilação no intercâmbio comercial de Brasil com Argentina entre os anos 2010 a 2017.

Quadro 3.1.2. Intercâmbio comercial de Brasil com Argentina (2010-2017)

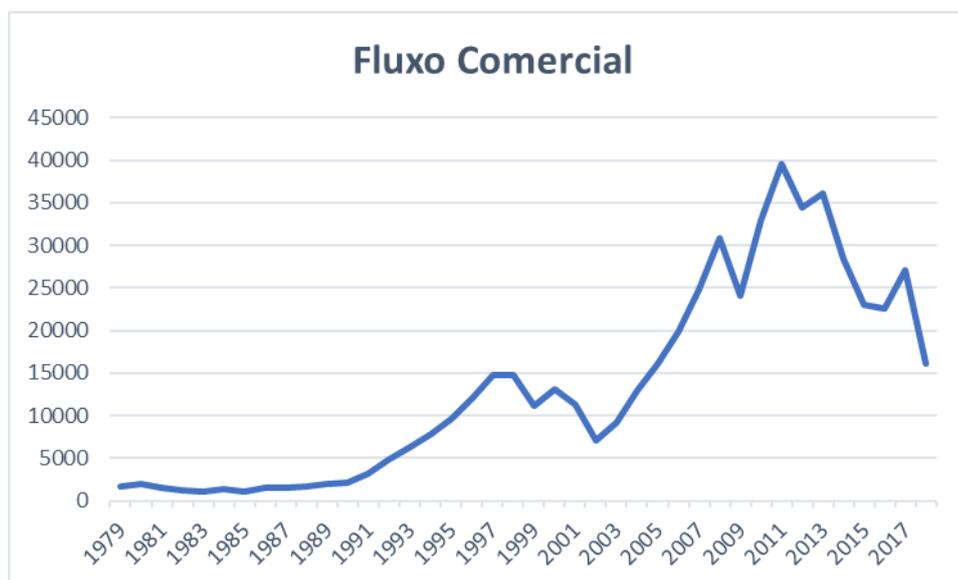
Em milhões de dólares*

| Ano | Exportações a Argentina | Importações de Argentina | Fluxo Comercial | Saldo |
|------|-------------------------|--------------------------|-----------------|-------|
| 2010 | 18.510 | 14.430 | 32.940 | 4.080 |
| 2011 | 22.700 | 16.910 | 39.610 | 5.790 |
| 2012 | 17.990 | 16.430 | 34.420 | 1.560 |
| 2013 | 19.610 | 16.460 | 36.070 | 3.150 |
| 2014 | 14.280 | 14.140 | 28.420 | 140 |
| 2015 | 12.790 | 10.280 | 23.070 | 2.510 |
| 2016 | 13.420 | 9.080 | 22.500 | 4.340 |
| 2017 | 17.620 | 9.440 | 27.060 | 8.180 |

Fonte: Quadro editado a partir dos dados disponíveis no site do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MICES)

Com base nos dados dos quadros acima, o Gráfico 3.1 expõe o histórico dos fluxos comerciais entre Brasil e Argentina entre 1979, ano da assinatura do Acordo Tripartite Itaipu-Corpus, e 2017, demonstrando a notável elevação do intercâmbio comercial entre os dois países após a criação do Mercosul, apesar dos ciclos de declínio do mesmo.

Gráfico 3.1. Gráfico do fluxo comercial entre Brasil e Argentina (1979-2017)



Fonte: Gráfico elaborado pela autora com base nos dados disponíveis no quadro de Rapoport e Madrid (2011, p. 345) e nos dados disponíveis no site do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MICES)

Rapoport e Madrid (2011) enumeram algumas das vantagens da parceria estratégica estável, confiável e duradoura entre os dois vizinhos, que juntos elevam significativamente seu peso no cenário internacional.

Somados, os ao redor de 40 milhões de argentinos e os 192 milhões de brasileiros constituem um mercado de 232 milhões de habitantes, comparável com o mercado dos países do euro (330 milhões de habitantes) e com o dos EUA (308 milhões de habitantes). Os PIBs argentino e brasileiro representam em conjunto um pouco menos de 1/6 da média do PIB dos países do euro e 1/9 do PIB estadunidense. [...] Com o Mercosul e a Unasul, Argentina, Brasil e os demais países da região adquiriram uma condição de interlocutor internacional similar ao que possui Índia. (RAPOPORT & MADRID, 2011, p. 339, tradução nossa).

A pesar da importância das questões comerciais na parceria estratégica brasileiro-argentina, as relações “transcende[m] o comercial e penetra[m] no mais profundo das agendas políticas, econômicas, sociais e culturais dos países” (CARI & CEBRI, 2000, p. 2, tradução nossa). Porém, Brasil e Argentina precisam ainda assegurar modalidades de cooperação efetivas e favoráveis para ambos e, para isso, uma questão central é a adoção de uma política industrial comum, que possa atender as necessidades dos dois e, para além disso, do Mercosul e do resto dos países sul-americanos (JAGUARIBE, 2004; RAPOPORT & MADRID, 2011).

Ademais, de acordo com Rapoport e Madrid (2011, p. 324, tradução nossa) a “infraestrutura comum, em especial a energética, é uma das mais importantes porque é uma resultante direta dos processos nacionais de desenvolvimento e da situação da energia a nível mundial”. A questão energética é de especial importância para os países do Cone Sul, pois são os países mais povoados e industrializados da América do Sul, sendo assim, possuem maior consumo energético (MANSILLA, 2011). Nesse sentido, conforme Camargo (2017, p. 286), “a energia nuclear é a única fonte capaz de suprir, por centenas de anos, o déficit energético mundial que deverá ocorrer nas próximas décadas – advindo da crescente inviabilidade econômica do uso de combustíveis fósseis”.

Importa destacar que o conjunto das tecnologias do campo nuclear, direta ou indiretamente envolvidas na fabricação de reatores nucleares, enriquecimento de urânio e produção de isótopos radioativos, podem ser considerados de uso dual civil-militar, influenciando, portanto, - além de vários aspectos técnicos e políticos relacionados a melhoria tecnológica em áreas como energia, saúde, agricultura e desenvolvimento econômico - as relações estratégicas no campo da defesa e segurança internacional dos dois países (HERZ, DAWOOD & COUTINHO LAGE, 2017).

Assim, a cooperação na área nuclear se tornou eixo fundamental na relação bilateral.

Já nos anos 1980, os dois países buscaram conjuntamente desenvolver conhecimento científico-tecnológico na área nuclear, principalmente diante das restrições tecnológicas impostas pelas potências nucleares aos países emergentes naquela conjuntura internacional. Em conjunto, esses elementos favoreceram para que os dois países superassem suas rivalidades no campo nuclear, fomentando a cooperação tecnológica que levaria à criação da ABACC, em 1991:

[...] a cooperação e a coordenação entre o Brasil e a Argentina em matéria nuclear são emblemáticas da concretização do próprio sentido estratégico da relação bilateral. A Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC) constitui uma das expressões mais eloquentes da relação de confiança entre os dois países, tendo contribuído de forma decisiva para a integração bilateral. (BARTHELMESS, 2016, p. 36).

Essa cooperação nuclear entre Brasil e Argentina torna possível a futura construção de uma nova infraestrutura energética integrada entre os dois países, especialmente caso venha a se concretizar o plano de construção conjunta de reatores nucleares e uma empresa nuclear binacional. Isto pode ser considerado de grande relevância para o desenvolvimento destes países no século XXI, principalmente devido ao papel estratégico que a energia nuclear apresenta para o desenvolvimento autônomo destes países, e da região, para que a América do Sul possa vir a inserir-se mais autonomamente no sistema internacional.

Ao analisar todos esses aspectos da parceria estratégica entre Argentina e Brasil, observa-se ainda que um dos assuntos mais abordados ao se tratar dessa relação é a integração sul-americana. Sobre isso, Barthelmess (2016, p. 28) defende que a parceria estratégica entre Brasil e a Argentina tornou-se “a pedra angular sobre a qual seriam erguidas, subsequentemente, as estruturas das demais iniciativas de integração na região, que viriam a ser, em um movimento de alcance cada vez mais abrangente, o Mercosul, em 1991; a Unasul, em 2008; e a Celac, em 2010”.

Da mesma forma, ao se referir ao Mercosul e à Unasul, Raport e Madrid (2011) ressaltam Brasil e Argentina como eixo principal, sendo essa parceria estratégica um fator essencial para a consolidação desses processos de cooperação e integração na América do Sul. Ainda defendem que os dois países “necessitam construir, de maneira ativa, uma visão comum do cenário internacional, uma percepção razoável de suas possibilidades de ação e um

sistema que promova certo equilíbrio de custos e benefícios entre ambos.” (RAPOPORT & MADRID, 2011, p. 335, tradução nossa).

A América do Sul possui uma fantástica força potencial, mas ainda carece [...] da capacidade e da vontade suficientes para transformar essa potência em ação. [...] Entretanto, a aliança argentino-brasileira, no âmbito do Mercosul [e, mais tarde, também da Unasul] como núcleo básico de aglutinação é, sem dúvida, o primeiro passo na direção acertada para a construção de um polo de poder que nos permita “**ser juntos**” uma nova nação: **a nação sul-americana**. (GULLO OMODEO, 2006, p. 141, grifo do autor).

Nessa perspectiva, Bielsa (2004) destaca a importância de se aprofundar as relações de amizade e parceria entre os dois vizinhos, bem como fortalecer a integração regional:

Em um mundo em que se acentuaram a incerteza, os riscos e as assimetrias, mover-nos com seriedade dentro das margens de autodeterminação existentes requer o fortalecimento da cooperação, da solidariedade e da harmonização de posições com países com os quais compartilhamos interesses, valores e visões. Em um espaço global interdependente, a capacidade de atuar de maneira concertada – de trabalhar em comum – numa lógica de soma positiva, é um recurso de poder que devemos ser capazes de aproveitar e maximizar. (BIELSA, 2004, p. 6).

Reafirma-se que o conceito de parceria estratégica proposto nesta pesquisa corresponde a relações bilaterais prioritárias a longo prazo, estabelecidas com os principais parceiros regionais ou globais; que possuem uma agenda de trabalho abrangente, passando por um amplo espectro de meios (político-institucionais, diplomáticos, econômico-comerciais, militares, tecnológicos, sociais e culturais). Formam-se e destacam-se por fatores históricos, geográficos e geopolíticos, pela sua profundidade e especificidade, e podem também englobar a construção e consolidação de uma aliança geopolítica e estratégica.

Assim, ressalta-se ainda que se utiliza o termo **parceria estratégica** nesse estudo justamente devido à abrangência de temas e agendas, à profundidade e especificidade dessas relações e à importância a nível regional. Nessa perspectiva, Argentina e Brasil mantém uma parceria estratégica desde meados dos anos 1980, a qual se perpetua até os dias de hoje, mesmo diante das oscilações e divergências que tenham se apresentado desde então.

Identifica-se, inclusive, iniciativas para o aprofundamento dessa relação com a

consolidação de uma verdadeira aliança estratégica, entendida neste estudo como relações profundas baseadas em um acordo formal, normalmente nas áreas de segurança e defesa, com objetivos e agenda de atuação bem delimitados, que gere maior comprometimento por parte dos dois países e obrigações vinculantes. Esse seria um grande passo para o estabelecimento de uma política de defesa comum na América do Sul e para a concretização do espaço sul-americano como um bloco de poder no cenário internacional.

Neste contexto, segundo Cortes e Creus (2009), os dois países formam acordos de cooperação ou alianças pontuais para a resolução de problemas específicos, quando as circunstâncias as demandam. Contudo, não necessariamente precisam levar adiante a iniciativa de aprofundar a construção de uma aliança estratégica (mais ampla), principalmente devido aos custos políticos e econômicos que estas demandam.

No plano das ações [...] estes atores constituem-se em parceiros (sócios) estratégicos, formando alianças quando as circunstâncias as fomentem e desestimulando-as quando estas não convêm aos próprios interesses, sejam políticos e/ou econômicos. (CORTES & CREUS, 2009, p. 138, tradução nossa).

Por fim, a partir de uma visão geral, apresentada nesta seção, poderão ser aprofundados os dois eixos da parceria estratégica elegidos para este estudo. Assim, na próxima seção será analisada a evolução da cooperação nuclear, buscando compreender algumas das dificuldades que enfrentam ao levarem adiante os projetos comuns no âmbito nuclear.

3.2. A COOPERAÇÃO NUCLEAR DURANTE OS GOVERNOS LULA-DILMA & OS GOVERNOS KIRCHNERISTAS²²

Como visualizado na seção anterior, no período dos governos de Lula da Silva e de Néstor Kirchner ocorre a intensificação das relações bilaterais, com significativo aumento dos encontros entre os vizinhos. Nesse período, afirmaram em diversas ocasiões suas intenções de

²² A temática deste tópico foi abordada em textos intermediários apresentados pela autora em eventos acadêmicos durante o desenvolvimento da dissertação, especificamente no 6º Encontro da Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI), em 2017, e no 4º Seminário de Relações Internacionais da ABRI, em 2018.

aprofundar a cooperação no âmbito nuclear, bem como demonstraram seus papéis como promotores da integração regional. No período subsequente, com a ascensão das Presidentes Cristina Fernández de Kirchner (2007-2015) e Dilma Rousseff (2011-2016) se mantém essa política de cooperação.

Desse modo, esta seção buscará enfatizar, principalmente por meio de documentos oficiais, como a cooperação nuclear se desenvolve no decorrer do século XXI, dando ênfase aos Governos de Lula-Dilma e aos Governos Kirchneristas. Ademais, objetiva-se entender aspectos que podem dificultar o desenvolvimento da cooperação na área. Assim, a seguir são discutidos alguns exemplos de documentos que demonstram essa aproximação e o desenvolvimento de iniciativas de trabalho conjunto.

Em 2003, no Memorando do Entendimento Brasil-Argentina, ambos acordaram:

[...] impulsionar a cooperação comercial e não comercial nos usos pacíficos da energia nuclear, em particular na medicina nuclear, por meio, entre outras iniciativas, da ampliação e do aprofundamento das relações entre agentes econômicos, técnicos e científicos dos dois países. (BRASIL & ARGENTINA, 2003b, p. 1).

Em 30 de novembro de 2005, na celebração do aniversário de 20 anos da Declaração do Iguazu, além de firmarem Compromisso de Puerto Iguazú, os dois países também assinaram a Declaração Conjunta sobre Política Nuclear e o Protocolo Adicional ao Acordo de Cooperação para o Desenvolvimento e Aplicação dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear em Matéria de Reatores, Combustíveis Nucleares, Abastecimento de Radioisótopos e Radiofármacos e de Gestão de Resíduos Radiativos (Figura 3.2.1). Nesse documento se comprometeram em aprofundar a cooperação bilateral, criando organismos e empresas necessários e acordando na construção de um modelo de reator de forma conjunta que permitisse enfrentar as demandas futuras dos dois países (VERA & COLOMBO, 2014).

Figura 3.2.1. Presidente Néstor Kirchner e Presidente Lula durante a celebração do aniversário de 20 anos da Declaração do Iguazu.



Néstor Kirchner e Lula se abraçaram em encontro realizado em Puerto Iguazú, na Argentina, ocasião em que os países comemoraram os 20 anos da assinatura da Declaração do Iguazu. Fonte: EFE, disponível em La Nación (2005).

Assinaram também o Protocolo Adicional ao Acordo de Cooperação para o Desenvolvimento de Energia Nuclear para Fins Pacíficos nas Áreas Normativa e de Regulação Nuclear, o qual buscou estimular a cooperação na regulação da atividade nuclear, apontando diversas áreas para cooperação, como as áreas de segurança radiológica, nuclear, de transporte e dos dejetos radiativos, bem como no intercâmbio de experiências, assistência mútua e participação em atividades conjuntas (BRASIL & ARGENTINA, 2005b).

Percebe-se que, a partir de então, as conversações em torno da cooperação nuclear tomam novo rumo, indo além da reafirmação dos preceitos desenvolvidos anteriormente, a partir da sinalização de intenções de diversificação e aprofundamento do trabalho conjunto, de criação de organismos e empresas bilaterais, bem como de criação de um modelo de reator conjunto.

Em dezembro de 2006, os países comemoraram o 15º aniversário da ABACC. Na Declaração Conjunta, os chanceleres Jorge Taiana e Celso Amorim ressaltaram:

[...] que na atualidade a ABACC pode mostrar ao mundo uma boa

experiência no cumprimento da missão que lhe foi encomendada. Durante dito período, a ABACC conseguiu constituir-se em um mecanismo binacional de aplicação de salvaguardas com uma grande credibilidade a nível internacional, assim como um dos principais colaboradores do sistema internacional de não-proliferação. [...] Manifestaram sua aprovação ao reconhecer que a ABACC constitui um exemplo do que se pode alcançar mediante o diálogo aberto e construtivo, verdadeira garantia de paz e prosperidade em nossa região. (BRASIL & ARGENTINA, 2006, p. 1-2, tradução nossa).

Diez (2016) destaca que a partir de 2006, com o relançamento do programa nuclear argentino e a inauguração de uma planta de enriquecimento industrial em Resende, no Brasil, pode-se avançar também em planos nucleares bilaterais. Para o autor, a partir disso, poderia se esperar uma extensa cooperação entre os dois vizinhos.

Em 2007, Lula e Kirchner ressaltaram seu interesse na cooperação energética, enfatizando sua busca em possuírem cada vez mais independência energética. Nesse ano, como apontado anteriormente, criaram o Mecanismo de Cooperação e Coordenação Bilateral, que delimitava quatro setores gerais de atuação: de Economia, Produção, Ciência e Tecnologia; de Energia, Transporte e Infraestrutura; de Defesa e Segurança; e de Saúde, Educação, Desenvolvimento Social, Cultural e Circulação de pessoas (FRACALOSSI MORAES, 2010; PERES MILANI, 2015).

Durante o encontro entre os dois presidentes, em fevereiro de 2008, ambos “concordaram que a crescente escassez de energia no mundo e que a relação da questão energética com a mudança climática tornam urgentes os esforços bilaterais e regionais de integração dos sistemas energéticos e o desenvolvimento de fontes alternativas de energia.” (BRASIL & ARGENTINA, 2008b, p. 2). Nesse sentido, a Declaração Conjunta teve como principal resultado a criação da Comissão Binacional de Energia Nuclear (COBEN), quando os presidentes de Brasil e Argentina resolveram:

Determinar [...] a constituição de uma comissão binacional responsável pelo desenvolvimento de um modelo de reator nuclear de potência que atenda às necessidades dos sistemas elétricos dos dois países e, eventualmente, da região. [...] Expressar a intenção de constituir uma empresa binacional de enriquecimento de urânio. [...] Determinar a realização, até maio de 2008, de um seminário de pesquisadores brasileiros e argentinos para discutir a estratégia da cooperação futura no campo nuclear, bem como para identificar projetos concretos de cooperação bilateral, incluindo o levantamento das capacidades mútuas necessárias em matéria de recursos humanos, tecnológicos e financeiros, assim como em matéria da complementação

industrial. (BRASIL & ARGENTINA, 2008b, p. 5).

A evolução das conversações, as quais passaram a ser periódicas, demonstraram maior comprometimento por parte de ambos os países. A partir disso, prosseguiram no trabalho bilateral com a intenção de construir um modelo de reator nuclear conjunto, estabelecendo a COBEN, buscaram identificar outros possíveis projetos conjuntos no campo nuclear, bem como expressaram a intenção de constituir também uma empresa binacional de enriquecimento de urânio. Nessa ocasião, o Presidente Lula defendeu que a questão energética na América do Sul deveria ser tratada estruturalmente, propondo uma estratégia conjunta entre os países sul-americanos a partir da viabilização conjunta do potencial hídrico, nuclear, de biocombustíveis e do gás na região, sem a necessidade de abrir a soberania nacional (ROSSI, 2008).

Sobre a possibilidade da criação de uma empresa binacional na área nuclear, Alfredo Trajan Filho²³(2014, p. 24) defende que esta poderia “alimentar os outros países da América do Sul [...] com uma política de desenvolvimento do setor nuclear sob o ponto de vista regional.” Sobre isso, o autor destaca que “a Europa tem esse mecanismo de cooperação, os Estados Unidos têm com o Canadá e com o México, e nós não temos no Mercosul.” (TRAJAN FILHO, 2014, p. 24).

Em 2009, durante visita de trabalho feita por Lula à Argentina, os dois presidentes discutiram vários aspectos da ampla agenda bilateral, entre os quais, destacaram possibilidades de iniciativas para a harmonização de programas de educação e treinamento na área nuclear, de modo a facilitar o intercâmbio de estudantes, profissionais, produtos e serviços (BRASIL & ARGENTINA, 2009a). Ademais:

Manifestar[am] satisfação pela elaboração dos detalhes de vinte e oito projetos de integração na área nuclear, sete dos quais correspondem a reatores nucleares e doze ao ciclo de combustível e, nesse sentido, determinar à COBEN que apresente relatório na próxima reunião do Mecanismo de Integração e Cooperação Bilateral sobre o progresso na implementação desses projetos e sobre a dotação orçamentária final. [...] Tomar[am] nota da criação, no âmbito das conversações relativas à Empresa Binacional de Enriquecimento de Urânio (EBEN), do Grupo de Trabalho

²³ Trajan Filho foi chefe de divisão de sistemas de usinas nucleares de Furnas Centrais Elétricas, assessor técnico da presidência da Cnen, presidente da Associação Brasileira de Energia Nuclear (Aben) e diretor de pesquisa e desenvolvimento da Cnen. Foi presidente das Indústrias Nucleares do Brasil (INB) entre 2007 e 2013 (PATTI, 2014).

(GT-EBEN) como fórum para a identificação do modelo a ser seguido pela Empresa Binacional em suas vertentes técnica, jurídica e organizacional e ressaltar[am] a importância de que as discussões sobre o tema abordem, além do enriquecimento, as demais etapas do ciclo do combustível nuclear, assim como a área dos reatores. (BRASIL & ARGENTINA, 2009a, p. 10-11).

Em 2010, os Presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Cristina Fernández de Kirchner se encontraram em San Juan, na Argentina, e na Declaração Conjunta sobre Política Nuclear se comprometeram a fortalecer e melhorar os mecanismos da ABACC, a qual foi considerada um eixo fundamental na cooperação nuclear entre os dois países, além disso, refletiram sobre o papel singular da mesma como um “mecanismo de construção de confiança mútua e internacional que assegura a submissão de todas as atividades nucleares do Brasil e da Argentina a salvaguardas abrangentes.” (BRASIL & ARGENTINA, 2010, p. 1). Do mesmo modo:

Ressaltaram **que a cooperação bilateral em matéria nuclear** – assentada no diálogo político, na consolidação da confiança e na estreita coordenação no tocante a salvaguardas – **constitui um patrimônio comum irrenunciável da parceria estratégica entre o Brasil e a Argentina e que seu aperfeiçoamento contínuo é um objetivo permanente das políticas exteriores de ambos os países.** Nesse contexto, reiteraram sua disposição de fortalecer a cooperação política e técnica nesse setor mediante o aprofundamento da cooperação e a integração entre os respectivos setores nucleares nacionais. (BRASIL & ARGENTINA, 2010, grifo nosso).

Firmado em janeiro de 2011, pelas Presidentes Dilma Rousseff e Cristina Fernández, o Acordo de Cooperação entre a CNEA e a CNEN sobre o Projeto de Novo Reator de Pesquisa Multipropósito, estabelecia a construção de um reator de pesquisa na Argentina e outro no Brasil, sendo acordado que:

Os reatores [...] se destinam às mesmas aplicações de ‘produção de radioisótopos, testes de irradiação de combustíveis e materiais, e pesquisas com feixes de nêutrons’. Os dois reatores de pesquisa terão a mesma potência de 30 MW e projetos similares dos sistemas do reator propriamente dito, da instrumentação e controle, e dos feixes de nêutrons. [...] As autoridades competentes da Argentina e do Brasil envidarão esforços para desenvolver os respectivos projetos em parceria, estendida às futuras contratações, visando redução de custos, redução de esforços e maior eficiência no processo. A CNEA e a CNEN manterão suas independências técnica e econômica. Uma vez concluídos os projetos básicos, nas suas

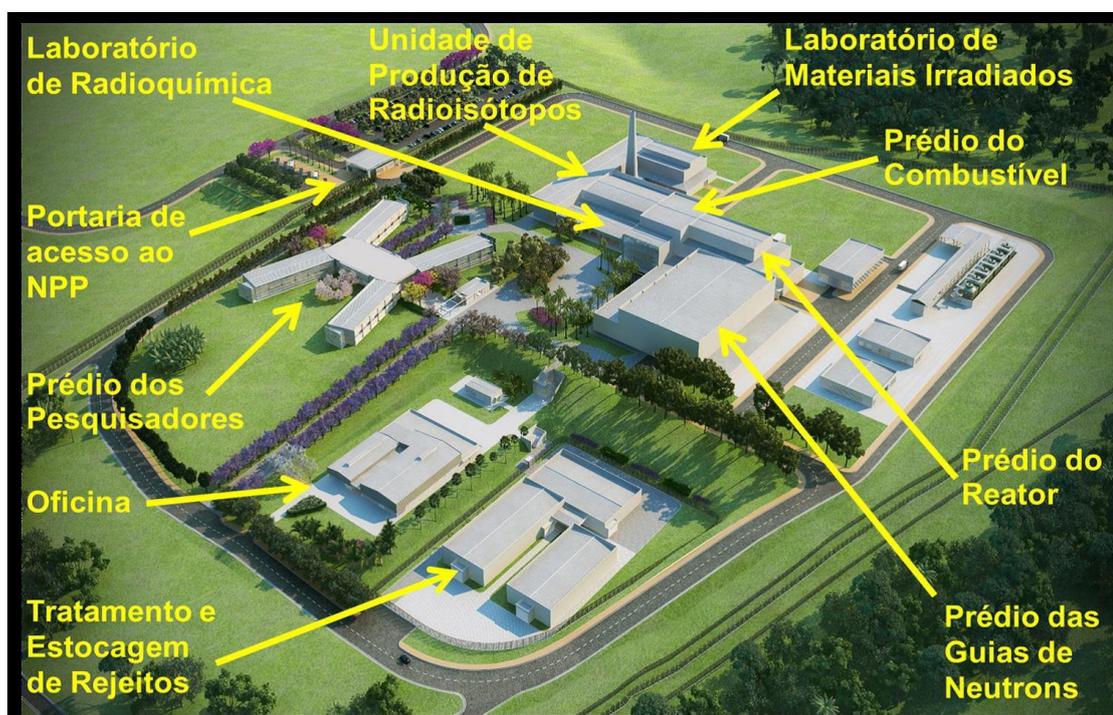
etapas posteriores ambos os empreendimentos serão conduzidos de forma independente. A CNEA e a CNEN manifestam a sua disposição para explorar outras oportunidades de cooperação nas etapas posteriores de ambos empreendimentos. Um Comitê Diretor, constituído por dois representantes da CNEN e dois representantes da CNEA, supervisionarão a implementação e a execução das atividades deste Convênio (BRASIL & ARGENTINA, 2011a, p. 2- 3).

Figura 3.2.2. Projeto para a construção das instalações do RA-10



Projeto das instalações onde se localizará o RA-10, que já está em construção e localiza-se no Centro Atômico Ezeiza, na Província de Buenos Aires. Fonte: Comissão Nacional de Energia Atômica (CNEA), Argentina.

Figura 3.2.3. Projeto para a construção das instalações do RMB



Projeto para as instalações do RMB, Reator Multipropósito Brasileiro, que será construído no Centro Experimental de Aramar, em Iperó, SP. Fonte: Perrotta (2017).

O Reator Argentino Multipropósito (RA-10) e o Reator Multipropósito Brasileiro (RMB) serão destinados principalmente para a produção de radioisótopos de aplicação medicinal, os quais são utilizados no diagnóstico precoce e no tratamento de tumores cancerígenos. Atualmente, apenas França, Canadá, África do Sul, Austrália e Argentina produzem esses radioisótopos, o que torna essa iniciativa de especial importância (TELÁN, 2013). Além de trazer benefícios à medicina, o desenvolvimento tecnológico advindo da construção destes reatores “beneficiará outros setores, como o de engenharia de alimentos, o de energia, a indústria e o setor naval. Sua implantação permitirá agregar pesquisadores de diversas áreas, possibilitando a criação de um núcleo de conhecimento capacitado, integrado e coeso.” (GRAÇAS CORRÊA, 2012, s. p.).

Segundo Dantas (2014), 90% da produção do radioisótopo mais utilizado na medicina nuclear, o molibdênio-99, é feita em apenas sete reatores no mundo todo²⁴. Ademais, seis

²⁴ Tecnécio-99 (99mTc) é o “radiofármaco utilizado em mais de 80% dos procedimentos de medicina nuclear no mundo, principalmente em exames de cintilografia. O 99mTc é obtido a partir do molibdênio-99 (99Mo), radioisótopo que tem mais de 90% de sua produção feita por apenas sete reatores em todo mundo.” (DANTAS 2014, s. p.).

desses reatores têm mais de 45 anos de funcionamento, sendo assim, seu horizonte de operação é muito curto (DANTAS, 2014).

Hoje existem no mundo entre 240 e 250 reatores nucleares de pesquisa em operação e alguns produzem radioisótopos para as mais diversas aplicações. Para a medicina nuclear, só o Canadá responde por 40% da produção mundial. Quando, em 2009, o principal reator canadense teve problemas e ficou inoperante temporariamente, houve uma grande queda da oferta, o que levou a uma crise nessa área da medicina. O problema pode se tornar mais grave em poucos anos porque a maioria dos reatores em atividade está perto do fim de sua vida útil e será desativada (SILVEIRA, 2014, s. p.).

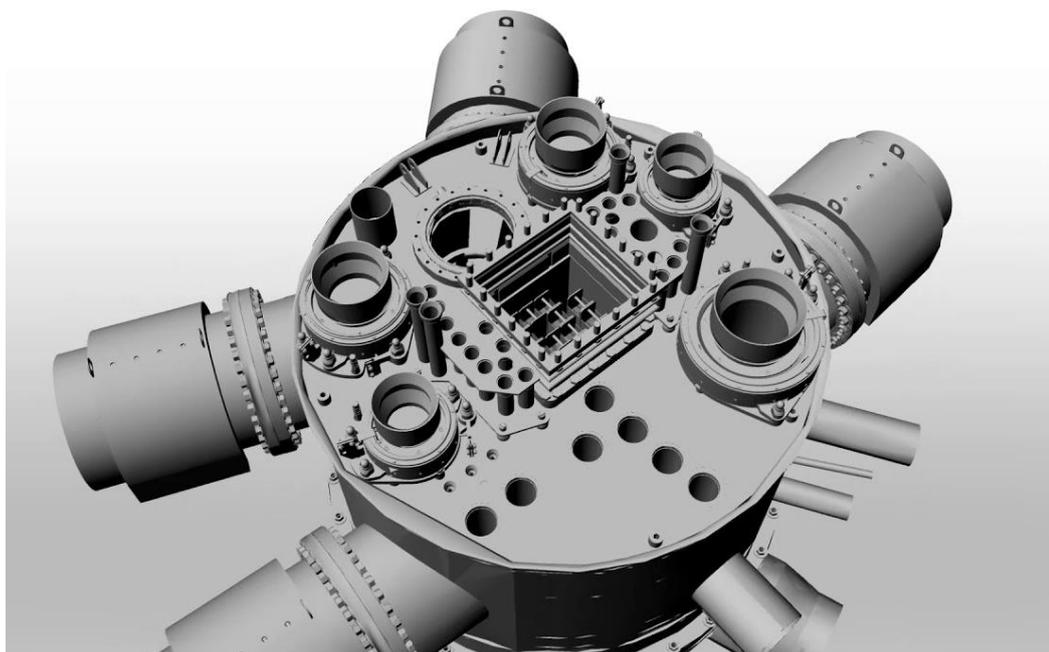
Dessa forma, se concluído o projeto dos reatores, Argentina e Brasil poderão dominar 40% do mercado de radioisótopos. O início das obras estava programado para 2014 e o seu fim para 2018 (LACOVSKY, 2012; DIEZ, 2016).

Figura 3.2.4. Início da construção do RA-10



Início das obras do RA-10, localizado em Ezeiza. Fonte: Comissão Nacional de Energía Atómica (CNEA).

Figura 3.2.5. Reator Nuclear Multipropósito da Argentina, RA-10



Representação do Reator Nuclear Multipropósito da Argentina, RA-10. Fonte: Comisión Nacional de Energía Atómica (CNEA).

Ademais, para o Brasil, a construção do reator no Centro Experimental de Aramar, em Iperó, São Paulo, será importante para o desenvolvimento do submarino de propulsão nuclear, o qual faz parte do Programa de Desenvolvimento de Submarinos (Prosub)²⁵ (HERZ & COUTINHO LAGE, 2013). Ressalta-se que a proposta de desenvolvimento do submarino nuclear brasileiro é ainda do Governo Geisel, foi adiada nos anos 1990 e retomada no Governo Lula, mais precisamente em 2009, por meio de uma parceria com a França, a qual aceitou as condições de transferência de tecnologia exigidas pelo Brasil. O Brasil possui uma costa de 8 mil quilômetros de comprimento, assim, o desenvolvimento deste programa é visto como essencial para diminuir as vulnerabilidades na costa e na plataforma marítima brasileira, sendo compreendido como fundamental para a proteção dos recursos naturais e das rotas de comércio, para o desenvolvimento tecnológico e para a promoção da base industrial de defesa (GRAÇAS CORRÊA, 2009; FIORI, 2013; HERZ, DAWOOD & COUTINHO LAGE, 2017; KASSENOVA, 2017).

²⁵ O programa nasceu a partir de um acordo de transferência de tecnologia entre Brasil e França, em 2008, e foi concretizado com o Acordo Militar Brasil-França de 7 de setembro de 2009. De acordo com o site do Ministério da Defesa do Brasil, esse programa viabilizará a produção de quatro submarinos convencionais e a fabricação do primeiro submarino brasileiro com propulsão nuclear.

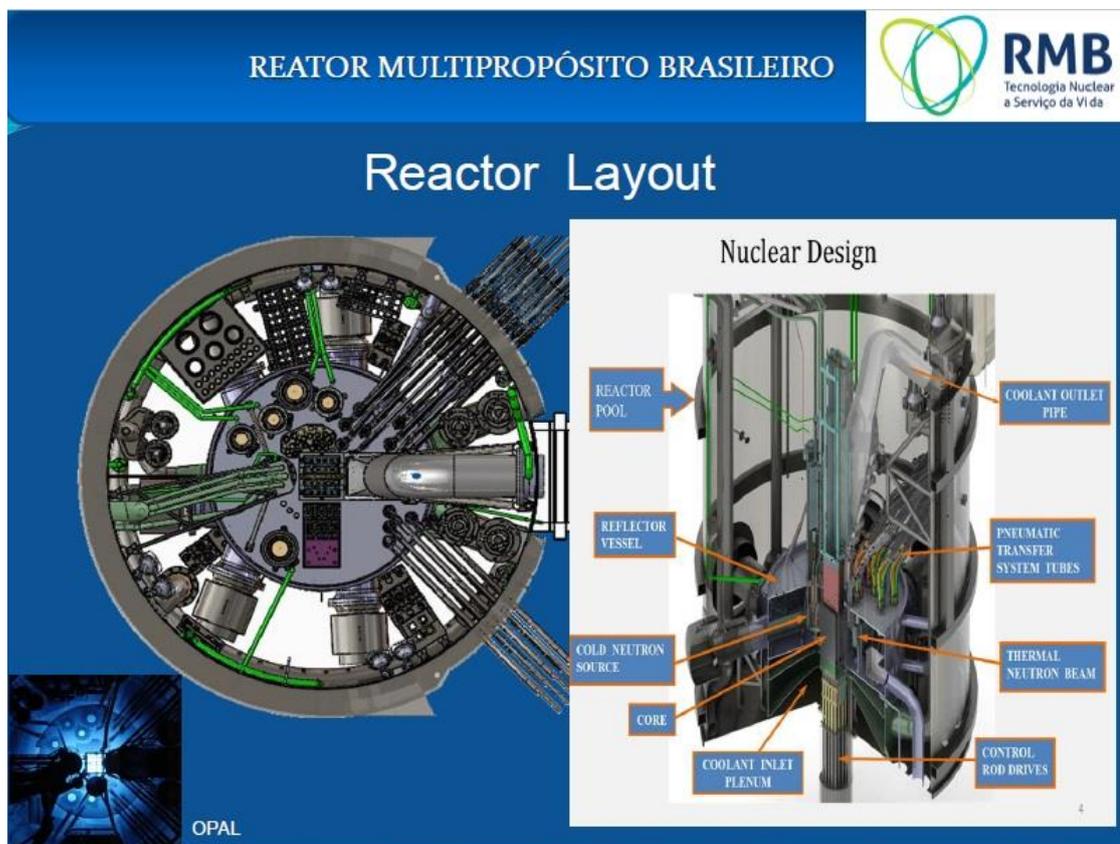
No Brasil, a responsável pelo projeto do RMB é a CNEN, autarquia vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações (MCTIC), trabalhando em parceria com a Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A. (Amazul)²⁶, a coexecutora, e com a Fundação Pátria, que contrata a empresa argentina Invap. A Invap elaborará o projeto detalhado de engenharia do reator e sistemas associados (CNEN, 2017).

O cronograma de execução está atrasado, o projeto está em desenvolvimento, mas a construção não foi iniciada. No dia 08 de junho de 2018, o Ministério da Defesa; o Ministério da Saúde; o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações; e a Marinha do Brasil realizaram no Centro Industrial Nuclear de Aramar (Iperó-SP), com a presença do Presidente Michel Temer, ministros e autoridades civis e militares, a cerimônia de Lançamento da Pedra Fundamental do Reator Multipropósito Brasileiro (RMB) (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2018).

Aponta-se que a nova previsão é que o RMB entre em funcionamento em 2022. Essa previsão foi anunciada no encontro realizado em 2016, por ocasião dos 25 anos do acordo que resultou na criação da ABACC, quando os Presidentes Michel Temer e Mauricio Macri reafirmaram o compromisso com a construção dos reatores (MCTIC, 2016). Ademais, Temer e Macri sinalizaram acerca da construção do RMB e do RA-10 no Plano de Ação elaborado em 2017, o qual identifica as áreas de interesse prioritário para o aprofundamento da relação bilateral (BRASIL & ARGENTINA, 2017).

²⁶ Empresa criada em 2012, subordinada ao Comando da Marinha, que tem como atribuição o desenvolvimento das tecnologias nucleares brasileiras (HERZ, DAWOOD & COUTINHO LAGE, 2017; MELLO SOUZA, 2016).

Figura 3.2.6. Reator Multipropósito Brasileiro, RMB



Representação do Reator Multipropósito Brasileiro, RMB. Fonte: Perrotta (2017).

Le Prioux e Moutinho dos Santos (2011) criticam a pouca coordenação entre as pesquisas na área nuclear em ambos os países e apontam a necessidade de maior valorização dos conhecimentos nacionais, para poderem, assim, expandir a tecnologia nuclear aos outros países do subcontinente. Além disso, destacam as vantagens para o Brasil e para a Argentina da cooperação nessa área estratégica:

Pode-se perceber que uma cooperação com a Argentina pode ser muito benéfica para o Brasil, principalmente no quesito *know-how* nas diversas aplicações nucleares, e também muito interessante para a Argentina, graças à tecnologia brasileira e ao mercado brasileiro para seus produtos e serviços nucleares. Para os dois países esta parceria é conveniente do ponto de vista econômico, já que há economia de escala, além de dinamizar as indústrias do setor de ligas metálicas, da construção civil, de mecânica pesada e tantas outras pertencentes ao setor nuclear. (LE PRIOUX & MOUTINHO DOS SANTOS, 2011, p. 49).

Os autores também propõem que outras iniciativas poderiam ser incrementadas para se avançar na cooperação nuclear, como a criação de uma empresa binacional para a fabricação de componentes para a indústria nuclear e mesmo a criação de um centro binacional de pesquisa nuclear, com a formação conjunta de recursos humanos, o que garantiria ainda economia de recursos para os países (LE PRIOUX & MOUTINHO DOS SANTOS, 2011).

Apesar dos avanços nas conversações e nas propostas de trabalho conjunto, várias questões internas e internacionais podem ser obstáculos para o processo de convergência no campo nuclear (VERA & COLOMBO, 2014). Assim, destacam-se as diferentes tecnologias utilizadas pelos dois países no momento de encarar os projetos tecnológicos conjuntos. Enquanto na Argentina utiliza-se o urânio natural e água pesada, no Brasil, utiliza-se urânio enriquecido e água leve. As tecnologias de enriquecimento do urânio também são distintas, a Argentina desenvolve a técnica de difusão gasosa, enquanto o Brasil, o processo de centrifugação (LACOVSKY, 2012).

A questão da transferência de conhecimentos e tecnologias pode ser destacada como outro ponto de dificuldades para a cooperação, uma vez que há certo zelo em compartilhar esses conhecimentos (LACOVSKY, 2012). Além disso, a retomada da construção do Submarino Nuclear Brasileiro em parceria com a França parece causar certa preocupação no governo argentino, como em relação à situação do equilíbrio de poder regional (JANUÁRIO, 2015; KASSENOVA, 2017). Sobre a temática, Diez (2016) defende que o projeto poderia ser construído com a contribuição da Argentina, devido a sua maior experiência em reatores pequenos.

Outro ponto marcante é em relação aos regimes de não proliferação nuclear que podem afetar o processo de cooperação nuclear entre Brasil e Argentina, sendo necessário compreender a influência que estes podem exercer sobre os programas nucleares de ambos países (MEDEIROS CASTRO, 2006). Nesse sentido, uma questão importante a ser citada é acerca do Protocolo Adicional ao TNP²⁷, o qual foi proposto em 1997, mas que até hoje Brasil e Argentina não aderiram.

Sobre essa perspectiva, é importante apontar que Brasil e Argentina já estão em um robusto sistema bilateral de salvaguardas desde a criação da ABACC e a assinatura do Acordo

²⁷ Propõe inspeções pela AIEA, sem o aviso prévio, a todas as instalações nucleares dos países firmantes do Protocolo.

Quadripartite, como foi mencionado anteriormente. Ressalta-se ainda que, em 2011, o Grupo de Supridores Nucleares (NSG, do inglês Nuclear Suppliers Group) aceitou que um arranjo de contabilidade e controle regional como a ABACC seja utilizado um critério alternativo ao Protocolo Adicional ao TNP (MELLO SOUZA, 2016; NASCIMENTO PLUM & ROLLEMBER RESENDE, 2017).

Ademais, nesse caso, devido justamente ao sistema de salvaguardas bilaterais, formalizado em 1991, a adesão ao novo protocolo exigiria um acordo conjunto entre Brasil e Argentina junto à ABACC. Aderir individualmente ao Protocolo Adicional causaria problemas à cooperação entre os dois países e significaria renunciar ao regime de salvaguardas e ao Acordo Quadripartite (SANTOS GUIMARÃES, 2011; SPEKTOR, 2017).

O Brasil recusa-se a assinar o Protocolo argumentando que este fere a autonomia e soberania nacional, que as inspeções intrusivas às instalações nucleares poderiam levar à violação de segredos industriais, bem como que este constitui outro exemplo de imposição de Estados nuclearmente avançados a potenciais concorrentes do sul global (GOLDEMBERG, 2010; HERZ, DAWOOD & COUTINHO LAGE, 2017; SPEKTOR, 2017). Importante ressaltar que a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (Art. 21) proíbe atividades nucleares que não sejam para fins pacíficos e que o Brasil, inclusive, salientou no documento da Estratégia Nacional de Defesa, que:

[...] zelar por manter abertas as vias de acesso ao desenvolvimento de suas tecnologias de energia nuclear. Não aderirá a acréscimos ao Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares destinados a ampliar as restrições do Tratado sem que as potências nucleares tenham avançado, de forma significativa, na premissa central do Tratado: seu próprio desarmamento nuclear. (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2012, p. 21).

Tokatlian (2010) ressalta que Brasil não adota ao Protocolo e que Argentina deveria fazer o mesmo, pois enquanto não demonstrar seu firme posicionamento, os Estados Unidos continuarão a pressionar a Argentina, podendo provocar uma divisão entre os dois vizinhos e causar sérios danos à cooperação no setor. O autor também menciona que na “Conferência de Segurança Nuclear, convocada por Barack Obama, a Argentina chegou perto de aceitar o protocolo em troca de nada” o que “teria sido um erro estratégico monumental.” (TOKATLIAN, 2010, s. p., tradução nossa).

Apesar disso, Mello Souza (2016) alega que a recusa de Brasil e Argentina a assinar o

protocolo fragiliza o regime de não proliferação e serve de apoio político aos países que não estão submetidos aos mesmos controles como os instituídos pela ABACC. Assim, os dois países se submetem “a um regime amplo de salvaguardas realizadas pela ABACC com o apoio da AIEA, ao mesmo tempo que ajuda[m] a legitimar a não realização de vistorias completas em outros países – cujos programas podem nem sempre ser tão idôneos” (MELLO SOUZA, 2016, p. 15).

Sobre os obstáculos para a cooperação nuclear entre Brasil e Argentina, Medeiros Castro (2006) aponta o posicionamento de entidades ambientais brasileiras e argentinas contrárias ao projeto conjunto de produção de nucleoeletricidade. Ademais, conforme o autor, “não é de se espantar que os Estados Unidos proibam ou dificultem a pesquisa e a cooperação nuclear entre Brasil e Argentina no âmbito do processamento de urânio.” (MEDEIROS CASTRO, 2006, p. 131-132). Nessa perspectiva, salienta-se que, em 2008, a partir da formulação conjunta de Brasil e Argentina da proposta de uma empresa binacional de enriquecimento de urânio e dos projetos de reatores gêmeos, os EUA lembraram da não adesão ao Protocolo Adicional ao TNP, ressaltando o péssimo exemplo dado em um momento crítico em que o ocidente pressionava as inspeções completas no Irã (ROSSI, 2008).

Com relação ao papel norte-americano no que se refere à parceria estratégica entre Brasil e Argentina, salienta-se que juntos os dois países podem fazer frente aos Estados Unidos e, nesse sentido, o avanço dessa parceria e o desenvolvimento da cooperação em áreas estratégicas como a nuclear, a espacial e a naval, poderia se constituir uma ameaça à potência no continente (FRIEDMAN, 2012). Nessa perspectiva, Friedman (2012) aponta que a estratégia estadunidense estaria ligada em manter boas relações com o Brasil ao mesmo tempo em que fortalece a Argentina e estabelece uma relação especial com esta, como uma forma de minar as relações entre esses dois países.

O objetivo norte-americano deve ser fortalecer lentamente a economia da Argentina e seus recursos políticos de modo que, durante os próximos vinte ou trinta anos, caso o Brasil comece a emergir como um potencial perigo para os Estados Unidos, o crescimento argentino rivalize com o do Brasil. Isso exigirá que os Estados Unidos forneçam incentivos para que as empresas norte-americanas invistam na Argentina, particularmente em setores distintos do agrícola, onde já há investimentos suficientes. Os Estados Unidos também devem ser preparados para atrair as forças militares para mais perto das forças argentinas, mas por meio do governo civil, de modo que não incite medos de que os Estados Unidos estariam favorecendo as forças argentinas. O presidente norte-americano deve tomar cuidado para

não mostrar suas intenções verdadeiras nesse processo, e não deve se apressar. (FRIEDMAN, 2012, p. 240).

Outra questão apontada por Gomes Saraiva (2012) é acerca do papel do fortalecimento econômico e da projeção brasileira internacionalmente durante o Governo Lula, que trouxeram outras áreas de atuação para o país, as quais não foram acompanhadas pela Argentina. Contudo, a relação estratégica com a Argentina persistiu como política de Estado, pois novas rivalidades entre os dois seria corrosivo para a ensejada liderança brasileira (GOMES SARAIVA, 2012).

Entretanto, Kassenova (2017) destaca que até pouco tempo o crescimento brasileiro causava inquietação na Argentina, devido à estagnação econômica pela qual a mesma passava, porém, desde 2014, a dinâmica regional vem mudando. “O Brasil está passando por uma grave crise política e econômica que não poupou sua indústria nuclear.”²⁸ (KASSENOVA, 2017, p. 602, tradução nossa).

Apesar de alguns desentendimentos e possíveis pontos de entraves para a cooperação, segundo Cortes e Creus (2009), tanto no governo de Néstor quanto de Cristina as relações estratégicas com o vizinho são destacadas. Ademais, “durante o primeiro ano da gestão de Cristina Fernández e o segundo mandato de Lula, as relações entre Argentina e Brasil pareceram ser cordiais, com uma intensidade, denominada pelo governo argentino como inédita.” (CORTES & CREUS, 2009, p. 123, tradução nossa).

A cooperação entre Brasil e Argentina no campo nuclear é o eixo que sustenta o vínculo bilateral, tendo na ABACC seu elo mais importante (LACOVSKY, 2012). Assim, principalmente a partir de 2005, os dois países retomaram os programas nucleares, sendo que em 2008, o acordo bilateral “previu o desenvolvimento de projetos bastante ambiciosos na área.” (FRACALOSSIMORAES, 2010, p. 84).

Assim, Vieira Vargas (2015) defende que mesmo com as mudanças de governos em ambos os países, a prioridade atribuída à relação bilateral não se altera. Para o autor, a parceria estratégica brasileiro-argentina é uma política de Estado. Desse modo, avalia que a gestão de Macri “proporcionou a abertura de novos canais de diálogo que confirmam a disposição de traduzir o discurso político em ação, que sempre posicionou o Brasil como

²⁸ “Until recently, Argentina’s economic stagnation exacerbated its uneasiness with Brazil’s growth. Since 2014, however, the dynamic in the region has been changing. Brazil is experiencing a serious political and economic crisis that has not spared its nuclear industry.” (KASSENOVA, 2017, p. 602).

prioridade da política externa.” (VIEIRA VARGAS, 2015, s. p., tradução nossa). Ademais, importante mencionar que a primeira viagem internacional de Macri, como presidente eleito, foi ao Brasil. Do mesmo modo, Temer ressaltou, entre outras temáticas, a cooperação nas áreas nuclear, espacial, de defesa e em ciência e tecnologia com a Argentina, bem como sua primeira ação diplomática como presidente foi o estabelecimento do Mecanismo de Coordenação Política Brasil-Argentina (CAVEDON NUNES & GONZALEZ RODRIGUEZ, 2017).

Ainda assim, mesmo que as relações bilaterais sejam postas como política de Estado, é importante ponderar que a prioridade a determinadas áreas de cooperação e o tipo de conversação bilateral pode mudar significativamente a depender da inclinação dos governos de cada país – o que deve ser avaliado, por exemplo, no decorrer do Governo Bolsonaro no Brasil. Nesse sentido, Mallea e Spektor (2012, p. 29) propõem que apesar do desenvolvimento de um modelo inédito de controles mútuos e dos avanços observados até agora, no que diz respeito à cooperação nuclear, não se deve “acreditar na evolução natural e progressiva entre as duas partes. Embora a cooperação nuclear tenha hoje raízes profundas, ainda há recorrentes suspeitas, recriminações e percepções trucadas de lado a lado”.

Nesse sentido, Le Prioux e Moutinho dos Santos (2011, p. 49) acreditam que ainda aparentam existir “resquícios dos tempos de rivalidade e os setores militares permanecem reticentes a qualquer intercâmbio de informações nucleares com outros países”. Nessa perspectiva, sinalizam que “apesar das promessas e das boas intenções ao longo dos anos, os setores nucleares do Brasil e da Argentina não parecem estar prontos – do ponto de vista político, econômico e mesmo cognitivo – para o aprofundamento de tal cooperação.” (LE PRIOUX & MOUTINHO DOS SANTOS, 2011, p. 49).

Partindo do exposto nesta seção, é notório que “existe certa defasagem entre o nível discursivo e o da ação prática.” (CORTES & CREUS, 2009, p. 138, tradução nossa). Na prática, ainda há dificuldades para implementar tais projetos conjuntos mencionados nesta seção, permanecendo, muitas vezes, nos discursos e nas declarações de intenções. Ainda assim, deve-se levar em consideração que “mesmo nas circunstâncias mais difíceis, as autoridades desses dois países evitaram choques frontais e mantiveram sob rédea curta o ímpeto à competição no campo nuclear”. (MALLEA & SPEKTOR, 2012, p. 29). Tokatlian (2010) acrescenta que:

A Argentina e Brasil devem tornar seus respectivos planos nucleares e suas intenções estratégicas mais transparentes nessa questão. [...] Devemos retomar um diálogo profundo e amplo com o Brasil, no qual a questão nuclear voltará a ser, como nos anos oitenta, a plataforma da nossa amizade e não o principal obstáculo para isso. (TOKATLIAN, 2010, s. p., tradução nossa).

Em suma, ao analisar a trajetória da cooperação nuclear no decorrer dos governos de Lula e Dilma, no Brasil, e Néstor e Cristina Kirchner, na Argentina, nota-se a retomada as iniciativas no setor, as quais haviam sido abandonadas na década de 1990. A ABACC, assim como durante os anos 1990, persistiu como o núcleo da parceria no âmbito nuclear, sendo um importante mecanismo bilateral de salvaguardas, que impulsiona a confiança e serve como exemplo de diálogo aberto e construtivo.

Dessa forma, durante o período, procurou-se manter um profundo diálogo, propondo incrementar projetos de trabalho conjunto. Nessa perspectiva, a proposta de criação de uma empresa binacional de enriquecimento de urânio, assim como desenvolvimento dos reatores conjuntos foram o auge da cooperação no período, demonstrando a intensificação nas relações na área. Apesar disso, os obstáculos para o aprofundamento da cooperação entre os dois países ainda são marcantes, fazendo com que muitas das propostas e projetos permaneçam nos discursos e declarações presidenciais.

Por fim, após a análise do primeiro eixo da parceria estratégica elegido para esta pesquisa, a seguir, será investigado como se desenvolveu o trabalho conjunto dos dois países em relação à integração regional. Assim, buscará explorar visões, intenções e diálogos compartilhados, como a parceria estratégica atuou no avanço da integração regional e, da mesma forma, compreender como a integração sul-americana pode ser considerada um elemento importante para o aprofundamento dessa parceria bilateral.

3.3. A PARCERIA COMO MECANISMO PARA CONSOLIDAÇÃO DA INTEGRAÇÃO REGIONAL²⁹

As tentativas integracionistas na América Latina não são recentes, surgem ainda

²⁹ A temática desta seção foi, em parte, abordada no artigo titulado “Parceria estratégica entre Brasil e Argentina nos processos de integração regional: uma análise entre 2002 e 2012”, publicado na Revista Meridiano 47, v. 18, n.1, 2017.

durante os processos de independência dos países e perduram no decorrer dos séculos. No século XX, na América do Sul, um efetivo processo integracionista foi possível a partir da conjugação da parceria estratégica entre os dois maiores países do subcontinente, os quais deixaram de lado séculos de rivalidade, disputas e desconfianças e partiram para a cooperação em diversas áreas, iniciando um processo de integração bilateral que se desenrolou em uma integração regional.

Já na virada do século XX para o XXI, por iniciativa brasileira, se reúnem, em Brasília, os doze Chefes de Estado da América do Sul na I Reunião dos Presidentes Sul-Americanos. Nessa ocasião, convergem na necessidade de impulsionar a integração para além do nível comercial vigente no Mercosul. Com isso nasce a proposta da Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) – anexada ao Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento (Cosiplan) no âmbito da Unasul, em 2009 - iniciativa para a integração física sul-americana, por meio da promoção de infraestrutura de transportes, energia e comunicações. A IIRSA foi formalizada na II Reunião dos Presidentes Sul-Americanos, em 2002, e é reconhecida como o embrião para a formação da Unasul (PADULA, 2010; LUZ COSTA, 2011; SANTOS HONÓRIO, 2013; COELHO JAEGER, 2014).

A partir da ascensão dos Governos Lula e Kirchner - após um período crítico para as relações bilaterais e regionais, principalmente no final dos anos 1990 - observou-se um aprofundamento da relação entre os dois vizinhos e os encontros passaram a ser mais frequentes. Nesse sentido, o tema da integração regional foi amplamente mencionado entre os dois presidentes, demonstrando sua disposição em trabalhar conjuntamente para consolidar e avançar nos processos integracionistas sul-americanos. Com isso, observa-se na América do Sul o aprofundamento da temática integracionista, com o revigoramento do Mercosul, a criação da Unasul e de mecanismos de cooperação e integração em áreas que até então não faziam parte das agendas integracionistas na região, como segurança e defesa, infraestrutura, energia, saúde, educação, desenvolvimento social. Desse modo, ressalta-se o papel da parceria bilateral como motor para a integração sul-americana.

Nesse período, Vizentini (2008) aponta que a integração sul-americana se desenvolve em três níveis: o Mercosul, a IIRSA e a Unasul.

O Mercosul representa o nível comercial e de investimentos, já relativamente

consolidado. [...] A IIRSA representa o nível operacional de construção de infraestrutura de transportes, comunicação e energia. [...] Por fim, a Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA), criada em 2004 e aprofundada em abril de 2007, com a transformação em União das Nações Sul-Americanas (Unasul), representa um fórum para desenvolver a consciência política da integração. (VIZENTINI, 2008, p. 111).

Mais tarde, como mencionado, a IIRSA é incorporada à Unasul, a qual agrega em seus doze Conselhos Ministeriais e Setoriais temas como defesa, saúde, educação, democracia, direitos humanos, desenvolvimento socioeconômico, cultura, ciência e tecnologia, energia, infraestrutura, telecomunicações, crime organizado e tráfico de drogas.

Rapoport (2017) assinala fatores importantes ao se analisar a forte convergência e o aprofundamento das relações bilaterais, bem como o desenvolvimento da integração na América do Sul:

A evolução econômica favorável dos países da América Latina e, sobretudo, do Cone Sul, no primeiro quinquênio do século XXI, produto de circunstâncias externas favoráveis [...] e do abandono de políticas de endividamento e ajustes próprios dos enfoques ortodoxos, incidiram em um considerável crescimento do PIB e outorgaram maior força aos interesses regionais. Nesse sentido, os vínculos comuns entre a Argentina e o Brasil se estreitaram de maneira notável nesses anos a partir do Mercosul, mas não deixaram de sofrer contínuos vai-e-vens, dado que novas contingências em torno de interesses concretos fizeram nascer ou renascer conflitos e tencionaram diversos aspectos entre os dois países vizinhos. Contudo, a coincidência entre os líderes políticos da região foi um fator de peso que marcaria a primeira década do século. (RAPOPORT, 2017, p. 195, tradução nossa).

A partir disso, esta seção buscará compreender, de modo geral, a atuação conjunta de Brasil e Argentina para impulsionar e aprofundar a integração no subcontinente. Destaca-se que não se pretende fazer aqui uma extensa e profunda análise acerca da participação conjunta desses países no que diz respeito os processos integracionistas, devido à amplitude do tema e das inúmeras variáveis que precisariam ser consideradas para desenvolver tal análise de forma aprofundada; mas desenvolve-se uma abordagem geral e panorâmica, a partir do que já foi exposto na primeira seção deste capítulo. O desenvolvimento desta seção tem como ênfase a análise exploratória do tema, principalmente por meio dos discursos, acordos e declarações

oficiais (estabelecendo-se o foco no período entre 2003 e 2013³⁰), bem como dos principais estudos já realizados sobre o assunto. Nesse sentido, partindo do exposto no capítulo anterior – acerca do papel da parceria estratégica brasileira-argentina como núcleo duro ou motor da integração sul-americana – busca-se analisar as intenções de ambos os países, as visões comuns, o diálogo e o trabalho conjunto para o fortalecimento da integração regional.

Em janeiro de 2003, Luiz Inácio Lula da Silva, que acabara de tomar posse como Presidente do Brasil, encontrou-se em Brasília com o Presidente argentino Eduardo Duhalde, ocasião em que emitiram um Comunicado Conjunto conhecido como Declaração de Brasília. Nesse momento, destacou-se “a necessidade de intensificar a consulta e a coordenação política como também a urgência em coordenar políticas macroeconômicas.” (CORTES & CREUS, 2009, p. 128, tradução nossa). O Documento de Brasília reafirma como indispensável para a integração regional o acordo entre os dois países, bem como demonstra a necessidade de fortalecer o Mercosul avançando nos aspectos comerciais, institucionais, produtivos, no relacionamento externo e na infraestrutura (VILOSIO, 2006).

Com a ascensão dos governos progressistas³¹ tanto no Brasil como na Argentina observou-se maior autonomia de ambos os países nas suas relações com os Estados Unidos³², a busca pelo fortalecimento da integração sul-americana com um viés além do econômico-comercial e a retomada de uma forte aproximação entre Brasil e Argentina (VIZENTINI, 2008, 2010; RIGOTTI COUTINHO, 2012; VIEIRA OLIVEIRA, 2012). Logo, com os Presidentes Néstor Kirchner (2003-2007) e Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) foi possível recuperar em parte a parceria estratégica nos moldes da década de 1980 (GOMES SARAIVA, 2012).

A partir de 2003, com as eleições de Lula, no Brasil, e, logo após, de Kirchner, na

³⁰ Ressalta-se que se optou por delimitar o período para a análise dos documentos oficiais em dez anos, entre 2003 e 2013, para envolver os mandatos de Luiz Inácio Lula da Silva e o primeiro mandato de Dilma Rousseff, assim como os períodos em que Néstor Kirchner e Cristina Fernández de Kirchner permaneceram na Presidência Argentina. Não foram encontrados nos sites oficiais dos Ministérios de Relações Exteriores de ambos os países documentos dos anos de 2012 e 2014. Por fim, pondera-se que, após 2011, não constam nos sites oficiais acordos e declarações presidenciais relacionados à integração regional.

³¹ Baseados na ideia de progresso e do resgate do papel estatal com indutor do crescimento socioeconômico, busca-se o desenvolvimento econômico, político, científico, tecnológico, mas também o social. Ademais, pretende-se desenvolver uma política externa mais autônoma frente às potências mundiais. Contrário ao conservadorismo.

³² As relações com os Estados Unidos não entraram em um período de total afastamento, mas se observa maior autonomia de ambos os países com relação à potência (VIZENTINI, 2008; RIGOTTI COUTINHO, 2012; VIEIRA OLIVEIRA, 2012; CANDEAS, 2017). No entanto, deve-se levar em conta que após o 11 de setembro, com a Guerra ao Terror, a América Latina passou a ter papel marginal na agenda internacional dos EUA (CONTI PAGLIARI, 2006).

Argentina “ocorre o revigoramento das relações bilaterais e um novo ímpeto à integração regional é dado, com o relançamento da parceria estratégica entre os dois países e do Mercosul.” (CEPIK, JORNADA & BORBA, 2012, p. 149). O eixo Brasil-Argentina é o essencial do Mercosul e da evolução das relações bilaterais depende o êxito ou o fracasso do bloco (RAPOPORT & MADRID, 2011). Assim, o eixo bilateral foi fundamental como “base política do reordenamento do Mercosul” e, com isso, o bloco passou a agregar as dimensões política e societal, as quais não estavam previstas no Tratado de Assunção (GOMES SARAIVA, 2012, p. 137).

Entre as iniciativas bilaterais que visaram ao relançamento do Mercosul e da parceria estratégica entre Brasil e Argentina, Cepik, Jornada e Borba (2012) destacam a assinatura do Protocolo de Olivos (2002); o Consenso de Buenos Aires (2003); a Ata de Copacabana (2004); a criação do Parlamento do Mercosul e do Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul (Focem), em 2004; a formação do Instituto Social do Mercosul, em 2006; e o estabelecimento do Mecanismo de Integração e Coordenação Brasil-Argentina, em 2007. Todas essas iniciativas foram essenciais para o aprofundamento da integração regional (CEPIK, JORNADA & BORDA, 2012).

Com relação ao Mercosul, Granato (2012, p. 86) afirma que:

Os Presidentes Lula e Kirchner convergiram no que dizia respeito à necessidade de contar com uma visão multidimensional. De modo que sob tal ordem de ideias, não somente era enfatizada a intenção de aperfeiçoar a união aduaneira, impulsionar a competitividade e o tratamento das assimetrias, promover e proteger os investimentos, avançar sobre a coordenação macroeconômica, mas também, visava-se a considerar e favorecer o trabalho nas áreas sociais e produtivas. (GRANATO, 2012, p. 86).

Em outubro de 2003, foi firmado outro documento bilateral de grande relevância e marco para essa nova etapa da integração regional. Durante a visita do Presidente Lula à Argentina firmou-se o Consenso de Buenos Aires, no qual, além reiterarem sua disposição de buscar acordos equilibrados para incrementar as ligações do Mercosul e convergirem continuar as negociações da ALCA por meio do bloco, os países entenderam que:

A integração regional constitui uma opção estratégica para fortalecer a inserção de nossos países no mundo, aumentando a sua capacidade de

negociação. Uma maior autonomia de decisão nos permitirá enfrentar de maneira mais eficaz os movimentos desestabilizadores do capital financeiro especulativo, bem como os interesses contrapostos dos blocos mais desenvolvidos, amplificando nossa voz nos diversos foros e organismos multilaterais. Nesse sentido, destacamos que a integração sul-americana deve ser promovida no interesse de todos, tendo por objetivo a conformação de um modelo de desenvolvimento no qual se associem o crescimento, a justiça social e a dignidade dos cidadãos. (BRASIL & ARGENTINA, 2003a, p. 3).

Acrescenta-se, com relação ao Mercosul, que ambos coincidiram no fato de que o bloco não deve se restringir apenas às questões comerciais, mas que deve se constituir como “um espaço catalisador de valores, tradições e futuros compartilhado, sendo necessário seu fortalecimento, o aperfeiçoamento de suas instituições, a promoção da participação da sociedade civil e a incorporação de novos países.” (CORTES & CREUS, 2009, p. 129, tradução nossa).

Assim, ressalta-se que o Documento de Brasília e o Consenso de Buenos Aires foram marcos importantes da convergência bilateral frente ao processo integracionista com uma renovação nesta área. Neles se propuseram a fortalecer o Mercosul, se comprometeram em sustentar a democracia, combater a pobreza, a desigualdade, o desemprego e o analfabetismo, reforçando o bloco regional (RAPOPORT, 2017).

Em março de 2004, foi assinada a Ata de Copacabana durante a visita do presidente argentino ao Brasil. Nela, Lula e Kirchner estabeleceram o dia 30 de novembro como o Dia da Amizade Argentino-Brasileira, em comemoração ao encontro de Alfonsín e Sarney em 1985. Nessa ocasião também trataram de temas como o estreitamento dos vínculos bilaterais, o estabelecimento de consulados conjuntos, o avanço de obras de infraestrutura (CORTES & CREUS, 2009). Esse documento demonstrou a importância da relação estratégica entre os dois países, com a proposição de estreitar os vínculos bilaterais e melhorar o diálogo e a cooperação em diversas áreas de interesse mútuo (TABORDA, ROLANDO & FLORO, 2010)

Além disso, nesse encontro, os dois países assinalaram a determinação para a conclusão do Acordo de Associação Birregional com a União Europeia, manifestaram a satisfação pelo avanço das negociações para o acordo comercial entre o Mercosul e a Índia e:

[...] coincidiram em que, durante este ano, sob as Presidências da Argentina e do Brasil, o Mercosul dará passos significativos nas áreas comercial, econômica e política, conforme o Programa de Trabalho aprovado na Cúpula

de Montevideu, em dezembro de 2003. Nesse sentido, deverão ser finalizados prontamente os anexos ao Acordo de Livre Comércio com a Comunidade Andina de Nações (CAN), firmado naquela ocasião. A partir do aprofundamento das relações entre o Mercosul e a CAN, se buscará a construção de uma Comunidade Sul-Americana de Nações. (BRASIL & ARGENTINA, 2004, p. 2).

Por sua vez, Cepik e Pergher Silva (2012, p 16) ressaltam que:

A assinatura do Consenso de Buenos Aires (2003) e da Ata de Copacabana (2004) por ambos os governos atesta a importância estratégica da parceria entre Argentina e Brasil, reforçando a necessidade de um maior desenvolvimento do Mercosul. Nesse sentido, a criação do Fundo para Convergência Estrutural do Mercosul (Focem) e do parlamento do Mercosul, criados em 2005 e 2006, respectivamente, demonstram a convergência política dos dois maiores países da região e estabelece um novo marco para a integração regional no Cone Sul. (CEPIK & PERGHER SILVA, 2012, p. 16).

Ainda em 2004, a partir de proposta da diplomacia brasileira - e com o apoio argentino, como visualizado na Ata de Copacabana -, os doze Chefes de Estado da América do Sul se reuniram em Cuzco, na III Reunião de Presidentes Sul-Americanos e aprovaram a criação da Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA/CSN). A CASA tinha por objetivo criar um espaço de cooperação e integração unindo o Mercosul e a Comunidade Andina, agregando como temas prioritários de sua agenda o diálogo político, a integração física, o meio-ambiente, a integração energética, os mecanismos financeiros sul-americanos, as assimetrias, a promoção da coesão social, da inclusão social e da justiça social (CONTI PAGLIARI, 2009; GRANATO, 2015). Mais tarde, em 2008, a CASA foi substituída pela União das Nações Sul-Americanas (Unasul).

O Brasil, ao encorajar o lançamento da Comunidade Sul-Americana de Nações, na reunião de Cuzco, teve um objetivo estratégico, visando tornar não propriamente a si próprio, mas o conjunto dos países do subcontinente, uma potência mundial, não só econômica mas também política. Sua dimensão ultrapassava, de longe, o caráter meramente comercial. O Brasil não abdicara do projeto de se tornar potência mundial, porém, compreendera que a consecução de tal objetivo passava pela sua integração com a Argentina e, em uma segunda etapa, com todos os demais países da América do Sul. (MONIZ BANDEIRA, 2006, p. 295-296).

Apesar do aparente apoio argentino quanto a proposta da CASA, de acordo com Cortes e Creus (2009), inicialmente, a Argentina criticou o que considerou uma estratégia brasileira de liderança regional, “criticou o protagonismo outorgado pelo Brasil à CASA em detrimento do Mercosul”, bem como o fato de não haver “um tratamento diferenciado para seu *aliado estratégico* no momento de repensar a nova estruturação regional, simplesmente Argentina foi um país a mais no esquema diplomático brasileiro.” (CORTES & CREUS, 2009, p. 136, tradução nossa, grifo do autor).

Nessa perspectiva, Moniz Bandeira (2006, p. 295) salienta que tanto para o Brasil quanto para a Argentina era importante “a consolidação do Mercosul e a formação da Comunidade Sul-Americana de Nações como um sistema econômico e político unificado, em um sistema mundial fortemente competitivo e violento em que os Estados Unidos tratavam de concentrar e congelar o poder mundial”.

Ao celebrarem o aniversário de 20 anos da Declaração de Iguazú, em 30 de novembro de 2005, Brasil e Argentina firmaram o Compromisso de Puerto Iguazú, o qual ressalta que:

A aliança entre Argentina e Brasil é a chave para o êxito do projeto comum de integração, dentro do qual se destaca a importância do aprofundamento do Mercosul, da consolidação do Mercado Comum e da construção da Comunidade Sul-Americana de Nações. (BRASIL & ARGENTINA, 2005a, p. 1).

Os chanceleres Celso Amorim e Rafael Bielsa também ressaltaram a importância história do dia 30 de novembro de 1985, como marco do processo de aproximação e amizade entre os dois vizinhos sul-americanos. Ademais, destacaram que o Mercosul materializa o sentido dos acordos de 1985, constituindo “um projeto audacioso e efetivo, orientado para o desenvolvimento de nossas economias e para o fortalecimento da capacidade dos dois Estados de conduzir um processo de melhoria da qualidade de vida de nossos povos” sendo um “fator de estabilidade democrática no âmbito regional” que “irradia poderosa força de atração a toda a América do Sul.” (AMORIM & BIELSA, 2005, s. p.).

No ano seguinte, Brasil e Argentina assinaram um acordo que previa restringir as importações se um país se considerasse afetado pelas exportações do outro, buscavam, assim, solucionar controvérsias e evitar sua politização. Esse foi o Mecanismo de Adaptação Competitiva (MAC) firmado em 2006 no âmbito do Mercosul - Paraguai e Uruguai decidiram não aderir. O MAC representou uma importante convergência entre os dois principais

membros do bloco, no entanto, não evitou uma série de divergências de difícil solução neste âmbito (CORTES & CREUS, 2009; RAPOPORT & MADRID, 2011).

Outro avanço nos marcos do Mercosul foi a criação do Sistema de Pagamentos em Moeda Local, decisão argentino-brasileira sobre a possibilidade de se utilizar as moedas nacionais, o Peso e o Real, nas transações comerciais entre ambos os países. O sistema contempla a todos os países membros, mas até o momento apenas Brasil e Argentina aderiram (RAPOPORT & MADRID, 2011; CORTES & CREUS, 2009).

A presidenta Cristina Fernández considerou a eliminação do dólar para as operações comerciais entre ambos países como um **símbolo cultural**. Pela sua parte, Lula classificou o convênio como o passo inicial do que denominou **uma futura integração monetária regional**. (CORTES & CREUS, 2009, p. 133, grifo dos autores, tradução nossa).

Já em fevereiro 2008, quando da visita do Presidente Lula à Argentina, os presidentes reiteraram “seu compromisso com uma integração regional que fortaleça o diálogo político e os laços econômicos e comerciais entre os países sul-americanos, com ênfase na interconexão física, nos projetos de infraestrutura e nos assuntos energéticos.” (GRANATO, 2012, p. 89). Na Declaração Conjunta à Imprensa, ambos

[...] renovaram seu firme compromisso com o fortalecimento e aprofundamento do Mercosul, que constitui para os dois países o principal âmbito de integração regional. [...] Congratularam-se pelo alcance deste seu primeiro encontro no âmbito do Mecanismo de Integração e Coordenação Bilateral, que constituiu um marco significativo no aprofundamento da associação estratégica que une o Brasil e a Argentina, que se manifesta no sustentado e intenso progresso da relação e na vocação de dinamizar o processo de integração bilateral e regional. (BRASIL & ARGENTINA, 2008b, p. 1-2).

Meses depois, em setembro de 2008, a Presidente Cristina Fernández de Kirchner veio para o Brasil como convidada de honra para as comemorações do Dia da Pátria (Figura 3.3.1). Nessa ocasião, os presidentes se reuniram, no âmbito do Mecanismo de Integração e Coordenação Brasil-Argentina, ressaltando a importância de sua “associação estratégica” e sua disposição de dar continuidade às negociações extrarregionais do Mercosul e aprofundar as negociações Sul-Sul (BRASIL & ARGENTINA, 2008a). Além disso,

Reiteraram seu compromisso com o aprofundamento do Mercosul – principal âmbito de integração regional para ambos os países do ponto de vista político, social e econômico-comercial – e, nesse sentido, salientaram a importância de eliminar a dupla cobrança da Tarifa Externa Comum (TEC) como um passo fundamental para a consolidação da união aduaneira. Saudaram a plena implementação do Fundo Estrutural de Convergência do Mercosul (Focem), instrumento de grande importância para a correção das assimetrias entre os Estados membros do bloco e reiteraram o compromisso de instrumentar um sistema de garantias como um primeiro passo no estabelecimento de um Fundo Mercosul de apoio às pequenas e médias empresas envolvidas em iniciativas de integração produtiva. [...] Ressaltaram a importância da assinatura do Tratado Constitutivo da União de Nações Sul-americanas (Unasul), em Brasília, no dia 23 de maio de 2008, e reiteraram o seu compromisso com uma integração regional que fortaleça o diálogo político e os laços econômicos e comerciais entre os países sul-americanos, com ênfase na interconexão física, nos projetos de infraestrutura e nos assuntos energéticos. (BRASIL & ARGENTINA, 2008a, p. 1-2).

Figura 3.3.1. Presidente Cristina Kirchner e Presidente Lula durante a comemoração do Dia 7 de Setembro no Brasil



A presidente da Argentina, Cristina Kirchner, e o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva durante o desfile cívico-militar em comemoração ao Dia 7 de Setembro. Fonte: foto de Wilson Dias, disponível em Agência Brasil (2008).

Apesar dos desentendimentos com relação à criação da CASA, a Unasul foi formada em 2008, com visível coordenação brasileira-argentina. Cristina Fernández - diferentemente do ocorrido na reunião de formação da CASA - foi à Reunião dos Presidentes Sul-Americanos e apoiou abertamente a iniciativa (CORTES & CREUS, 2009). Inclusive, Néstor Kirchner aceitou ser o primeiro Secretário Geral da organização, atuando ativamente até seu falecimento em 2010 (PERES MILANI, 2015). Sobre a criação da Unasul, Granato (2015, p. 186) propõe que a mesma deve ser compreendida como um dos “elementos do novo projeto político da integração concebido pelos presidentes do Brasil e da Argentina, e cujas premissas essenciais foram explicitadas no Consenso de Buenos Aires”.

Figura 3.3.2. Edifício Sede da Unasul em Quito, Equador.



Fonte: Unasul

A América do Sul representa uma população superior a 370 milhões de habitantes, uma área de mais de 17 milhões de quilômetros quadrados, conta com grande variedade de recursos naturais, como petróleo, minerais, "reservas de gás para mais de um século, quase 30% da água doce do mundo, 8 milhões de km² de bosques, a maior fronteira agrícola a nível mundial, o maior volume de biodiversidade e água potável do planeta e uma liderança na produção e exportação de alimentos." (RAPOPORT & MADRID, 2011, p. 323, tradução nossa). Nessa perspectiva, Rapoport e Madrid (2011) sublinham seu potencial para projetar-se como um espaço econômico e geopolítico de grande peso no cenário internacional.

O ex-chanceler argentino, Jorge Taiana, ao destacar a temática, apontou:

A Unasul é uma hipótese distinta, mas responde a mesma pergunta: Como fazemos para organizar-nos em bloco em um mundo onde se não está em um bloco perde? E a resposta da Unasul é uma resposta distinta a da ALCA, que diz vamos atrás dos grandes e vamos na fila, vamos grudados como os ciclistas atrás do caminhão. O que diz Unasul é: entre nós, entre os que somos mais ou menos iguais, podemos em uma região, sobretudo América do Sul, armar algo entre nós. Esta é a proposta da Unasul (RAPOPORT, 2017, p. 193, tradução nossa).

Ainda em 2008, o Presidente Lula propôs a criação de um Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS). Com o apoio dos doze países sul-americanos, em 2009 oficializa-se a criação deste Conselho no âmbito da Unasul. O CDS tem como princípio a elaboração de uma política dirigida de forma conjunta, com o intento de formar uma visão comum de defesa, de modo a conquistar maiores níveis de autonomia regional, preservar a estabilidade da América do Sul, rompendo, de certa forma, com o TIAR. O CDS não foi proposto como uma aliança entre os países sul-americanos ou como um mecanismo operacional militar e sim como um órgão de diálogo e consulta, de modo a coordenar posições e fortalecer o papel regional nos fóruns multilaterais, além de contribuir para desfazer e evitar desconfianças entre os países (CONTI PAGLIARI, 2009, 2010; RAPOPORT & MADRID, 2011; BRAGATTI, 2016).

A proposta do Conselho de Defesa foi amplamente apoiada pela Argentina, sendo que “funcionários de Argentina e Brasil, ligados às áreas militares e de defesa, mantiveram reuniões [...] a fim de coordenar posições e **construir um pensamento estratégico comum.**” (CORTES & CREUS, 2009, p. 137, grifo dos autores, tradução nossa). Além disso, “a Argentina tem concedido importante grau de prioridade ao CDS, e engajou-se na criação do Centro de Estudos Estratégicos em Defesa (CEED) da Unasul, com sede em Buenos Aires.” (PERES MILANI, 2015, p. 54). Além do CEED, mais tarde foi inaugurada a Escola Sul-Americana de Defesa (ESUDE), em Quito.

Em abril de 2009, a convite de Cristina de Kirchner, Lula visitou a Argentina, ocasião em que os dois presidentes avaliaram o estado de implementação do Mecanismo de Integração e Coordenação Bilateral Brasil-Argentina, abordaram as variadas temáticas da agenda bilateral, ressaltando a importância da parceria estratégica entre os dois países, a qual vem obtendo “resultados concretos e tangíveis, assim como benefícios mútuos nas diversas áreas que compõem as relações bilaterais.” (BRASIL & ARGENTINA, 2009a, p. 4-5). Nesse

encontro entre os diversos assuntos tratados, os países “manifestaram seu apoio ao sistema multilateral de comércio e a rodada Doha, a fim de alcançar uma maior integração dos países em desenvolvimento na economia internacional.” Também “concordaram que o aumento da demanda por energia para permitir o desenvolvimento de nossos países torna urgentes os esforços bilaterais e regionais de integração dos sistemas energéticos.” (BRASIL & ARGENTINA, 2009a, p. 1;3).

Com relação à Unasul, Brasil e Argentina reconheceram a importância da consolidação da organização, salientando que a mesma “deve se transformar em um fator de unidade e de cooperação na América do Sul, criando sinergias positivas em áreas como o desenvolvimento da infraestrutura física regional, a potencialização de políticas sociais na região e a cooperação em matéria de defesa.” (BRASIL & ARGENTINA, 2009a, p. 4). Já sobre o Mercosul, os dois países:

Coincidiram em que a consolidação do Mercosul como principal âmbito de integração política, social, econômica e comercial da região é um elemento chave para enfrentar a atual crise econômica internacional. Nesse sentido, ressaltaram a importância de coordenar ações no plano regional no marco da Política Comercial Comum e de aprofundar a integração comercial. [...] Reiteraram seu compromisso com o aprofundamento do Mercosul em sua dimensão política e social, em particular mediante a ativação do Instituto Social do Mercosul e da Comissão de Coordenação de Ministros de Assuntos Sociais do Mercosul. Nesse sentido, reafirmaram sua disposição em impulsionar os trabalhos relativos ao Plano Estratégico de Ação Social do Mercosul, assim como em adotar programas e medidas específicas no âmbito social que atenuem os efeitos da atual conjuntura de crise financeira internacional na região. (BRASIL & ARGENTINA, 2009a, p. 4)

Em novembro de 2009, durante encontro realizado no Brasil, os presidentes “reiteraram a importância da consolidação da Unasul, que deve transformar-se em fator de unidade e de cooperação na América do Sul.” (BRASIL & ARGENTINA, 2009b, p. 4). Ademais, reafirmaram seu compromisso de impulsionar os trabalhos do Plano Estratégico de Ação Social do Mercosul e coincidiram na necessidade de adotar programas e medidas no âmbito social de modo a reduzir os efeitos advindos da crise financeira internacional. Na Declaração Conjunta, também apontaram questões relacionadas à integração física sul-americana, no âmbito do Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento (Cosiplan), e à cooperação e integração latino-americana e caribenha no âmbito da Cúpula da América Latina e o Caribe (CALC). Nesse sentido, declararam:

[...] o interesse de ambos os países em acelerar a execução dos projetos prioritários para a integração física sul-americana, em especial nas áreas de infraestrutura, transportes e telecomunicações que integrem os países, atendendo a critérios de desenvolvimento social e econômico sustentável e preservando o equilíbrio dos ecossistemas. [...] Renovaram o compromisso de avançar em direção da plena incorporação do âmbito de trabalho da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) no marco do Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento da Unasul. [...] Decidiram seguir estudando a proposta de avançar na direção de uma instância regional para a América Latina e o Caribe como espaço político de expressão da unidade regional com base na experiência de concertação política no âmbito do Grupo do Rio e nos temas que estão sendo propostos na Agenda de Integração, Desenvolvimento e Cooperação promovida no âmbito da CALC. (BRASIL & ARGENTINA, 2009b, p. 4).

Em janeiro de 2011, o chanceler argentino, Héctor Timerman, que veio ao Brasil para a posse da Presidente Dilma Rousseff, se reuniu com o Ministro de Relações Exteriores brasileiro, Antonio de Aguiar Patriota, ocasião em que exaltaram o excelente momento que atravessava as relações bilaterais, reafirmaram que a parceria estratégica entre os dois países é uma política de Estado e que essa sólida relação tem sido fator essencial para a consolidação do Mercosul e para o surgimento de novas iniciativas integracionistas como a Unasul (MREyC, 2011, s. p.)

No final de janeiro desse mesmo ano, a presidente brasileira foi a Buenos Aires, em sua primeira viagem presidencial, onde se reuniu com a homóloga argentina, Cristina Fernández, tendo uma intensa agenda de conversação, tratando de diversos temas de cooperação e integração bilaterais e regionais (Figura 3.3.2). Nessa ocasião, as presidentes demonstraram seguir as conversações que vinham ocorrendo nos governos antecedentes, reiteraram o compromisso com a parceria estratégica e reforçaram a importância da mesma como eixo constitutivo da integração regional (GRANATO, 2012).

As presidentes ainda ressaltaram a importância da colaboração bilateral em diversas áreas visando alcançar resultados benéficos para ambos os países e para o Mercosul como um todo, assim como destacaram “a importância do aprofundamento do Mercosul como principal âmbito de integração política, social, econômica e comercial da região, e a constituição da Unasul como fator de unidade e de cooperação na América do Sul.” (BRASIL & ARGENTINA, 2011b, p. 1)

Outros pontos específicos, no âmbito mercosulino, destacados pelas presidentes

foram:

[...] a importância de outorgar uma ampla difusão e plena vigência ao Selo Mercosul Cultural com vistas a facilitar a circulação de bens que formam parte de projetos culturais e fortalecer, assim, a integração cultural no Mercosul. [...] a necessidade de fortalecer os mecanismos de cooperação na formação de professores de português e espanhol. Nesse sentido, determinaram aos respectivos Ministros de Educação promover a consolidação de um programa de formação através de parcerias universitárias e financiamento de bolsas de estudo que permitam a estudantes de graduação em letras de um país cursar, com reconhecimento recíproco dos estudos, créditos semestrais ou créditos de verão em instituições universitárias do outro país. [...] Determinaram que as respectivas autoridades educacionais ampliem a promoção de mobilidade acadêmica de estudantes e professores universitários de graduação e pós-graduação, por meio de programas de intercâmbio. (BRASIL & ARGENTINA, 2011b, p. 5).

No mesmo dia, 31 de janeiro de 2011, as presidentes também assinaram o Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina para a Promoção Comercial Conjunta. Nesse documento, além de demonstrarem a convergência em diversos temas da agenda bilateral, ambas ressaltaram que na busca por aprofundar a integração brasileiro-argentina levava-se em consideração também os demais países do Mercosul, visando estimular o fortalecimento do bloco regional, e destacaram que o presente Memorando viria a facilitar a execução das decisões dos Coordenadores Nacionais da Reunião Especializada de Promoção Comercial Conjunta do Mercosul (BRASIL & ARGENTINA, 2011c).

Conforme Cepik e Pergher Silva (2012, p. 23):

No ano de 2011 observou-se um empenho por parte dos países da região, em especial Brasil e Argentina, para a criação de políticas que visassem à proteção dos recursos naturais do subcontinente, no âmbito do Conselho de Defesa Sul-americano (CDS), órgão da Unasul inaugurado em março de 2009. Entendendo os recursos naturais como assunto estratégico para a integração sul-americana e reconhecendo que a defesa destes recursos só será possível por meio de ações conjuntas [...] (CEPIK & PERGHER SILVA, 2012, p.23).

Figura 3.3.3. Presidentes Dilma Rousseff e Cristina Kirchner na primeira viagem oficial da presidente brasileira



Presidente Cristina Kirchner recebe a Presidente Dilma Rousseff na Casa Rosada, em Buenos Aires. Fonte: foto de Roberto Stuckert Filho, disponível em Agência Brasil (2011).

Em abril de 2013, os Ministros de Defesa Arturo Puricelli, da Argentina, e Celso Amorim, do Brasil, firmaram a Declaração do Rio de Janeiro, na qual entre os diversos temas abordados, também “sublinharam a importância estratégica de projetos que, assim como a Unasul, contribuem para uma crescente integração, complementação e fortalecimento das capacidades produtivas dos países”. Ademais, ressaltaram “seu empenho em promover a realização, na América do Sul, de seminários e feiras que possam estimular a integração regional na área de ciência, tecnologia e produção de defesa.” (BRASIL & ARGENTINA, 2013b, p. 2, tradução nossa).

Em novembro do mesmo ano, os Ministros de Defesa Augustín Rossi e Celso Amorim mantiveram reunião de trabalho, ocasião em que “expressaram seu compromisso com o fortalecimento da identidade sul-americana de defesa, no marco do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS)”, além de celebrarem a proposta de criação da Escola Sul-Americana de Defesa, (ESUDE), realizada em reunião na cidade de Buenos Aires, em outubro de 2013

(BRASIL & ARGENTINA, 2013a, p. 1, tradução nossa). Nesse sentido, “destacaram o aspecto descentralizado da Escola, que permitirá a oferta de cursos por todos os Estados membros da Unasul, promovendo o intercâmbio entre especialistas e profissionais da região, estimulando o diálogo e a cooperação.” (BRASIL & ARGENTINA, 2013a, p. 1, tradução nossa).

Por fim, para sintetizar os temas e documentos analisados neste capítulo, o Quadro 3.3, a seguir, destaca os principais acordos, declarações, memorandos e afins, que foram apontados no decorrer de todo esse capítulo final.

Quadro 3.3 – Declarações e documentos firmados por Brasil e Argentina entre 2003 e 2013

| Documento | Mês/Ano |
|--|------------------|
| Declaração de Brasília | Jan/2003 |
| Memorando do Entendimento | Ago/2003 |
| Consenso de Buenos Aires | Out/2003 |
| Ata de Copacabana | Mar/2004 |
| Compromisso de Puerto Iguazú | Nov/2005 |
| Declaração Conjunta sobre Política Nuclear | Nov/2005 |
| Protocolo Adicional ao Acordo de Cooperação para o Desenvolvimento de Energia Nuclear para fins Pacíficos nas Áreas Normativa e de Regulação Nuclear | Nov/2005 |
| Protocolo Adicional ao Acordo de Cooperação para o Desenvolvimento e Aplicação dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear em Matéria de Reatores, Combustíveis Nucleares, Abastecimento de Radioisótopos e Radiofármacos e de Gestão de Resíduos Radiativos | Nov/2005 |
| Mecanismo de Adaptação Competitiva (MAC) | Fev/2006 |
| Declaração Conjunta dos Chanceleres da República Argentina e da República Federativa do Brasil em ocasião ao 15º Aniversário da ABACC | Dez/2006 |
| Mecanismo de Integração e Coordenação Bilateral Brasil-Argentina | Dez/2007 |
| Declaração Conjunta. Visita de Estado do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. | Fev/2008 |
| Mecanismo de Integração e Coordenação Brasil e Argentina | Fev- Set/2008 |
| Declaração Conjunta. Visita de Estado ao Brasil da Presidente da República Argentina, Cristina Fernández de Kirchner | Set/2008 |
| Declaração Conjunta. Visita de Trabalho à República Federativa do Brasil da Presidenta da República Argentina, Cristina Fernández de Kirchner | Nov/2009 |
| Declaração Conjunta dos Presidentes da República Federativa do Brasil e da República Argentina sobre Cooperação Nuclear | Ago/2010 |
| Acordo de Cooperação entre CNEA e CNEN sobre Projeto de Novo Reator de Pesquisa Multipropósito | Jan/2011 |
| Declaração Conjunta. Visita oficial da Presidenta da República Federativa do Brasil, Dilma Rousseff, à Presidenta da República Argentina, Cristina Fernández de Kirchner | Jan/2011 |
| Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina para a promoção comercial conjunta | Jan/2011 |
| Declaración de Rio de Janeiro de los Ministros de Defensa de Argentina e Brasil | Abr/2013 |
| Declaración Conjunta de los Ministros de Defensa de la República Federativa del Brasil y de la República Argentina | Nov/2013 |

Fonte: elaborado pela autora.

Deve-se compreender que a integração regional, além de ser um eixo essencial da parceria estratégica Brasil-Argentina - uma vez que os dois países têm, historicamente,

impulsionado mecanismos integracionistas na América do Sul -, poderia ser considerada atualmente também um eixo estruturador das relações bilaterais, já que o estreitamento das relações regionais e aprofundamento dos mecanismos de integração no subcontinente impulsionaram o fortalecimento de mecanismos bilaterais de cooperação. A preocupação compartilhada pelos dois países no que diz respeito ao aprofundamento da coordenação política, dos laços cooperativos e da integração no subcontinente fez-se frequentemente presente nos encontros, reuniões e diálogos presidenciais e ministeriais do período analisado, levando ao fortalecimento dos próprios laços bilaterais, no intento de elevar a posição internacional da América do Sul.

Identifica-se, por exemplo, o importante papel do Mercosul em diversos setores da parceria estratégica - apontados na primeira seção deste capítulo - uma vez que os mecanismos de cooperação e integração do bloco permeiam a cooperação bilateral em temas econômicos-comerciais, culturais, políticos e sociais, como nas áreas de ciência, tecnologia e educação. O destacado papel dos dois países no que diz respeito ao desenvolvimento do Mercosul e da Unasul e, especialmente, da formação do Conselho de Defesa Sul-Americano na busca por promover o diálogo e consulta em temas de defesa, desfazer e evitar possíveis desconfianças e conquistar maiores níveis de autonomia regional, podem também estar associados a retomada de dos projetos bilaterais no âmbito nuclear neste mesmo período.

Em suma, como visualizado nesta seção, durante os governos Lula da Silva e Néstor Kirchner o relacionamento bilateral foi aprofundado e a integração regional, com destaque ao Mercosul, foi posta como prioritária para ambos os países, os quais buscaram trabalhar coordenadamente em temas da agenda regional. Durante os governos de Dilma e Cristina procurou-se manter o relacionamento do modo como vinha sendo manejado pelos presidentes anteriores.

Essa aliança é um elemento chave para uma maior governabilidade sul-americana, a qual se constrói sob os alicerces da cooperação e confiança mútua, e que se materializa na estabilidade política. A relação amistosa entre Brasil e Argentina, desde a ascensão de Néstor Kirchner e Lula, se pauta nessa leitura de governabilidade regional e demonstra que, a despeito das heterogeneidades existentes entre os dois países – que não são poucas – a diplomacia tem se mostrado bastante efetiva. (CEPIK & PERGHER SILVA, 2012, p. 21).

Gullo Omodeo (2006, p. 127) aponta que os dois países juntos “possuem margens de

manobras suficientes” para a “construção de um continentalismo sul-americano”. Além disso, deve-se considerar que, conforme expõe Amorim (2009, p. 21), “fortalecer a América do Sul é indispensável [também] para a integração da América Latina e Caribe. Até porque, é necessário criar um polo magnético alternativo que possa também ser um polo de atração, econômico, cultural, empresarial, etc.”, e é isso que buscou-se fazer no período analisado.

A aliança argentino-brasileira é o único caminho real da unificação da América do Sul. Os dois países são o núcleo básico aglutinador. Como foram a França e a Alemanha para a Europa. A unificação da América Latina só pode começar com a unidade da América do Sul, e a unidade da América do Sul só pode ser estruturada a partir da unidade argentino-brasileira. Sem a aliança estratégica entre a Argentina e o Brasil não há unidade sul-americana possível porque, imediatamente, se configurariam blocos rivais. **Grupos de países mais propensos a apoiar a Argentina e outros o Brasil. O império faria o resto: “Divide e reinarás”.** (GULLO OMODEO, 2006, p. 155, grifo do autor).

Assim, no período da análise, além das questões comerciais, o Mercosul avançou na parte social e na resolução de assimetrias, com a criação do Focem, nas questões relativas a movimentação de pessoas, bem como na parte política, principalmente com a instalação do Parlamento do Mercosul. A IIRSA também obteve avanços significativos, com as obras de infraestrutura interligando a América do Sul de norte a sul e do Atlântico ao Pacífico. Quanto à Unasul, essa foi um grande passo na integração sul-americana, envolvendo temas que vão desde defesa, infraestrutura, energia, ciência e tecnologia, crime organizado e tráfico de drogas até questões de saúde, educação, cultura e desenvolvimento socioeconômico (AMORIM, 2009).

Com relação ao Mercosul, Celso Lafer já apontava que:

A existência de disputas econômicas, as vezes sérias, no âmbito do Mercosul não põe em risco o relacionamento estratégico, e na verdade constitui um subproduto inevitável da integração Brasil-Argentina. A manutenção e o aumento da lealdade e da transparência no relacionamento é o que, em última instância, levará a sua resolução contínua e satisfatória. (LAFER, 1997, p. 255).

Contudo, nos últimos anos – principalmente no período em que compreendem às Presidências de Michel Temer, no Brasil, e a de Mauricio Macri, na Argentina - a integração

regional vem passando por uma paralisia relativa, considerado como um momento de grandes dificuldades ou de crise da integração. Diante da virada neoliberal na América do Sul, a falta de interesse político para a integração regional e a conjuntura internacional desfavorável, a Unasul vem enfrentando uma grave crise interna, principalmente após janeiro de 2017, quando o então Secretário Geral, Ernesto Samper, deixou o cargo. Os países membros não chegaram a um consenso para indicar um substituto e a Secretaria Geral da organização está vaga desde então. A partir disso, o diálogo entre os membros foi seriamente afetado e, em abril de 2018, Argentina, Colômbia, Chile, Brasil, Paraguai e Peru anunciaram a suspensão de suas atividades por tempo indeterminado (GUSSO ZARPELON, 2018; SANAHUJA; COMINI, 2018). Após, em agosto de 2018, a Colômbia também anunciou que dentro de seis meses se retirará da Unasul (EFE, 2018).

Da mesma forma, a relação Brasil-Argentina e a agenda bilateral para a integração poderão passar por um período nebuloso a partir da posse de Jair Bolsonaro na Presidência do Brasil em 2019. Antes mesmo de tomar posse, o futuro governo já demonstrava discurso contrário a integração sul-americana, anunciava-se que a Argentina e o Mercosul não seriam prioridade – classificando, inclusive, o bloco como restritivo e ideológico - assim como se demonstrava que a prioridade brasileira seria a aproximação com os Estados Unidos (AVEDAÑO, 2018; BULLA, 2018; CARMO, 2018; FERNANDES, 2018; GOSMAN, 2018).

Após a posse, durante visita de Macri ao Brasil, Bolsonaro declarou a necessidade de aperfeiçoar o Mercosul, propor nova agenda de trabalho e torná-lo mais “enxuto”³³, acrescentando que o Brasil “preza muito pela relação de amizade e cooperação” com a Argentina, e que a mesma deve ser fortalecida (MAZUI, 2019; EFE, 2019; LANDIM, 2019). Ainda, ressalta-se que Bolsonaro rompeu com uma tradição dos últimos presidentes brasileiros, na qual a primeira visita presidencial tinha como destino a Argentina (GOSMAN, 2018; FIGUEIREDO, 2018).

Apesar das dificuldades enfrentadas e do longo caminho para o avanço nos diversos eixos dessa parceria estratégica, é primordial compreender o papel de Brasil e Argentina na América do Sul, assim como o papel decisivo da integração regional para o desenvolvimento e a inserção internacional dos países. Na perspectiva de Cepik (2008), o processo de integração sul-americano pode vir a ser um dos polos de poder mais dinâmicos do século XXI, mas, para isso, precisa passar:

³³ Ou seja, mais focado nos aspectos comerciais e menos politizado (LANDIM, 2019).

[...] pela resolução de duas dificuldades centrais que têm dificultado o processo até agora. Por um lado, a incorporação de uma dimensão de segurança comum na agenda da integração, essencial em um contexto internacional de fortes pressões assimétricas e transformação das bases do poder militar com repercussão direta nas balanças regionais. Por outro lado, o desafio da integração passa pela criação uma identidade cultural e cívica comum, o que numa região tão marcada por desigualdades sociais só pode ser realizado por meio de uma abordagem radicalmente multinacional e socialmente inclusiva. Ambos os desafios convergem para a natureza da aparelhagem institucional que vem sendo debatida mais intensamente na América do Sul desde 2005, a qual nos parece requerer um Estado Multinacional, democrático e vertebrado por políticas públicas criativas e de alcance estratégico. (CEPIK, 2008, p. 4).

Jaguaribe (2005, p. 50) também ressaltava que no sistema multipolar, “uma América do Sul integrada e satisfatoriamente desenvolvida, seria um dos grandes interlocutores internacionais”. Assim, cabe aos países sul-americanos escolher seu destino, pois, como já dizia Juan Domingo Perón: “O século XXI nos encontrará unidos ou dominados”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa desenvolvida nesta dissertação teve como objetivo geral investigar a evolução da parceria estratégica de Brasil e Argentina no século XXI, dando ênfase ao período compreendido pelos Governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, no Brasil, e Néstor Kirchner e Cristina Fernández de Kirchner, na Argentina. Dentro dessa temática, diante da abrangência dessa relação bilateral, optou-se por dar ênfase a dois eixos considerados fundamentais nessa relação, os quais são a cooperação nuclear e a integração sul-americana.

Para desenvolver este estudo, buscou-se, primeiramente, tornar claro conceitos das relações internacionais relevantes para o entendimento da temática abordada. Assim, no primeiro capítulo, explorou-se as definições de estratégia e Grande Estratégia, e diferenciou-se os termos integração, cooperação, regionalismo, relações em eixo, coalizão, alinhamento, aliança, aliança estratégica e parceria estratégica. Sobre isso, são necessárias algumas considerações.

Primeiro, é necessário compreender que o escopo do termo “estratégica” foi alargado nas relações internacionais contemporâneas, não estando apenas relacionado com os planejamentos e decisões políticas e militares frente a uma situação de guerra, mas englobando também questões econômicas e os procedimentos necessários para que os Estados alcancem seus interesses e objetivos primordiais. Ao referir-se a uma grande estratégia propõe-se a necessidade de alinhar os meios, métodos e recursos de poder de um Estado aos fins, interesses e prioridades do mesmo no longo prazo. Desse modo, a formulação de uma grande estratégia pretende guiar a política externa de maneira coerente e consistente, tornando claras as visões de mundo, as possibilidades, definindo as prioridades e alocando os recursos de maneira articulada. Nessa perspectiva, - e devido ao papel essencial dessas questões para os países, destacado no decorrer da pesquisa - defende-se que na delimitação da grande estratégia brasileira e argentina deve-se ressaltar o papel da parceria estratégica Brasil-Argentina e suas agendas prioritárias de trabalho, assim como a preservação e aprofundamento da integração sul-americana, tornando-a uma política de Estado.

Após, buscou-se aprofundar as definições, empregos e motivos para a formação de parcerias estratégicas. Além disso, foram diferenciados alguns conceitos frequentemente utilizados para se referir às relações entre Estados, de modo a salientar o emprego da

expressão parceria estratégica para se referir ao relacionamento bilateral objeto desta pesquisa, assim como esclarecer termos que, muitas vezes, acabam por serem utilizados como sinônimos ou sem o devido rigor teórico. Nesse sentido, atenção especial foi dada ao diferenciar aliança estratégica e parceria estratégica, as quais são comumente utilizadas como sinônimos, principalmente ao referir-se às relações brasileiro-argentina. Entre os motivos para esse emprego, aponta-se duas possíveis causas: a adoção dos termos como sinônimos em áreas como economia, marketing, administração para se referir às relações estabelecidas entre empresas; e ao fato do termo “parceria” não possuir uma tradução semanticamente ideal do português para o espanhol, sendo traduzido, às vezes, como *alianza*, outras vezes, como *asociación*.

Sustentou-se que ambos, aliança estratégica e parceria estratégica, são relacionamentos prioritários. A **aliança estratégica** seria um relacionamento mais formal, delimitado e profundo, que gera maior comprometimento entre os países e envolve a convergência em temas essenciais para a sobrevivência e segurança no sistema internacional. Por outro lado, a **parceria estratégica**, é mais abrangente, envolvendo ampla agenda de cooperação bilateral, nas áreas econômico-comerciais, político-institucionais, de segurança e defesa, tecnológicas, sociais e culturais; sendo este um relacionamento considerado estratégico por motivos históricos, geográficos e geopolíticos, ou por ser indispensável para a concretização de diversos problemas setoriais ou globais.

Ainda no primeiro capítulo, discutiu-se acerca dos parceiros prioritários de Brasil e Argentina, com ênfase ao contexto regional, pretendendo, com isso, aprofundar a análise das parcerias estratégicas ao verificar o emprego do termo pelos dois países, bem como introduzir o debate da América do Sul como região geopolítica e entorno estratégico dos dois países. Destaca-se, nesse sentido, o uso indiscriminado do termo nos discursos diplomáticos brasileiros, principalmente a partir do Governo Lula. Apesar disso, pontua-se que, de modo geral, um parceiro estratégico para o Brasil seria um país que agregue em termos econômicos, comerciais e financeiros, no desenvolvimento da ciência e tecnologia, no apoio político e na capacidade de articulação em nível multilateral. Já no que diz respeito à Argentina, assim como o Brasil, inicialmente suas relações prioritárias eram constituídas com os países desenvolvidos e, a partir da Guerra Fria, buscou ampliar e enriquecer o espaço de negociação estabelecendo novas *alianzas estratégicas* ou *asociaciones estratégicas*, com destaque para seu entorno geográfico. Após a ascensão de Néstor Kirchner, na Argentina, e Lula da Silva, no

Brasil, a América do Sul passa a ter caráter prioritário para ambos, assim como a parceria estratégica estabelecida entre os dois países.

No segundo capítulo desta pesquisa, analisou-se as relações Brasil-Argentina no decorrer do século XX, na intenção de demonstrar alguns períodos em que se destacaram o distanciamento e as rivalidades e períodos em que houveram tentativas de aproximação e cooperação. Assim, constatou-se a passagem de um histórico de rivalidades, iniciadas ainda no período colonial, para a cooperação e consolidação da parceria estratégica, a qual levou a construção de mecanismos de integração regional. Destaca-se que a diplomacia presidencial é um instrumento muito utilizado pelos dois países – e na América do Sul como um todo -, nesse sentido a ênfase dada à atuação presidencial do decorrer desta pesquisa.

Aqui alguns pontos devem ser destacados, sobretudo o período pós-Segunda Guerra Mundial. O desenvolvimento nuclear nos dois países a partir dos anos 1950 foi motivo de grandes desconfianças, principalmente pelos militares de ambos os países, apesar disso, no final dos anos 1950 observa-se uma importante aproximação entre Brasil e Argentina, que levou os dois países a discutir, em 1961, diversos temas da agenda bilateral, regional e continental, abordando questões comerciais, políticas e acerca da cooperação cultural e científico-tecnológica. Essa ocasião ficou conhecida como “espírito de Uruguiana”.

Após esses acontecimentos, os desentendimentos acerca do aproveitamento dos recursos hídricos da Bacia do Prata ocuparam mais de uma década da agenda bilateral, sendo solucionados apenas na assinatura do Acordo Tripartite entre Brasil, Argentina e Paraguai, em 1979. Esse acordo é um marco importante para as relações bilaterais, pois, a partir disso, o relacionamento brasileiro-argentino entra em uma nova fase, marcada pelo fortalecimento da confiança e dos laços cooperativos. Com isso, inicia-se a aproximação no campo nuclear com a assinatura de importantes acordos nos anos seguintes, intensificando as relações no decorrer dos anos 1980. Outra questão importante nessa nova etapa foi o apoio brasileiro à Argentina durante a Guerra das Malvinas e, com a restauração democrática em ambos os países e a ascensão de Sarney e Alfonsín, o diálogo, a convergência e a confiança recíproca atingiram um nível nunca visto até então, marcando o auge das relações bilaterais, as quais passaram a se caracterizar como uma parceria estratégica.

Nessa perspectiva, a cooperação nuclear foi crucial para afastar as rivalidades e fortalecer a confiança, sendo essas prerrogativas fundamentais para o estabelecimento da parceria estratégica nos anos 1980. Essa aproximação no âmbito nuclear e a consolidação da

parceria estratégica foi possível por vários fatores, internos e externos. Dentre eles destacam-se - além da já mencionada resolução do contencioso de Itaipu, da questão das Malvinas e da restauração democrática - a convergência em fóruns multilaterais, os problemas internos que ambos os países vinham enfrentando como a crise da dívida externa, a intenção de diminuir os gastos militares e a busca pela complementariedade econômica, além da identificação da necessidade de um esforço tecnológico conjunto.

Nos anos seguintes uma série de acordos, programas e projetos conjuntos foram tomando forma, entre eles apontam-se a Ata da Integração Brasileiro-Argentina, o Programa de Integração e Cooperação Econômica, a Ata da Amizade e o Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento. Com isso, os dois países caminharam juntos para promover a institucionalização da integração regional, tendo como consequência disso a formação do Mercosul, em 1991. Desse modo, a parceria Brasil-Argentina é considerada o motor da integração no subcontinente. Com relação à cooperação nuclear, os acordos e encontros presidenciais demonstraram o fim das rivalidades e desconfianças com ambos os presidentes visitando as instalações nucleares do vizinho e estabelecendo projetos conjuntos na área. A partir disso, em 1990, Brasil e Argentina estabelecem o Sistema Comum de Contabilidade e Controle e, um ano depois, criam a ABACC, um sistema de fiscalização bilateral inédito no mundo, bem como assinam o Tratado Quadripartite com a AIEA.

Ainda assim, no decorrer dos anos 1990, observa-se o afastamento no diálogo político e na cooperação bilateral, não houve avanços significativos na cooperação científico-tecnológica e a cooperação nuclear permaneceu na manutenção e aumento da transparência. Nesse período, ambos os países optaram por reforçar suas relações com os Estados Unidos e aderiram a uma série de tratados internacionais, como o TNP e o Tratado de Tlatelolco. Ademais, com a virada neoliberal, as privatizações, a priorização de temas econômico-comerciais e o agravamento da crise fizeram com que os cortes nas áreas de desenvolvimento científico e tecnológico fossem significativos e os programas nucleares dos dois países foram ficando sem recursos para manter seus projetos.

Contudo, nesse período, o Mercosul se desenvolveu, os investimentos e o intercâmbio comercial cresceram consideravelmente, principalmente entre Brasil e Argentina, como pode ser observado no Quadro 3.1.1., bem como o bloco tornou-se meio para fortalecer a posição dos membros em negociações internacionais. Porém, isso não impediu a existência de atritos e tensões comerciais entre o eixo Argentina-Brasil, sendo que, na virada do século, o

agravamento da crise e a desvalorização do Real afetaram gravemente as relações bilaterais e, conseqüentemente, o funcionamento do Mercosul, levando muitos teóricos da área a prever o fim do bloco.

Observa-se, desse modo, que, apesar do Mercosul e da ABACC trazerem muitos ganhos para o processo de aproximação entre Brasil e Argentina, as relações bilaterais nos anos 1990 não foram tão intensas se comparadas com a década anterior, quando ambos os países detinham as condições necessárias ao desenvolvimento nuclear, decidiram abandonar suas desconfianças e rivalidades, tornar-se parceiros e conduzir o desenvolvimento da integração regional.

Por fim, o último capítulo desta dissertação investiga a evolução da parceria estratégica entre Brasil e Argentina no decorrer do século XXI, dando ênfase aos Governos Lula-Dilma e aos Governos Kirchneristas, e aprofundando dois eixos considerados essenciais no desenvolvimento dessa parceria, a cooperação nuclear e a integração sul-americana. Assim, reitera-se que a parceria estratégica envolve relações em variados temas considerados prioritários pelos países envolvidos, inclusive tendo efeito *spill over*, ou seja, iniciando-se em determinadas áreas e transbordando para outras no decorrer do aprofundamento dos laços bilaterais. Nesse sentido, deve-se compreender a totalidade das áreas de cooperação entre os dois vizinhos, que vieram, no decorrer das décadas, intensificando o relacionamento bilateral, a partir da visualização de que juntos poderiam melhorar sua inserção internacional e seus projetos de desenvolvimento nacionais, assim como influir mais significativamente em temas que dissessem respeito ao seu entorno geográfico e estratégico. A partir disso, aponta-se que, no período estudado, os dois países convergiram em vários aspectos da agenda bilateral e regional e passaram a manter encontros frequentes, renovando a parceria estratégica. Nas reuniões, declarações e documentos oficiais, as propostas e projetos para avançar na cooperação nuclear assim como preocupação com a integração regional foram frequentemente assinalados pelos presidentes.

A cooperação nuclear é compreendida como fator crucial para a aproximação e o fim das rivalidades entre os dois países, levando-os a consolidar uma parceria estratégica nos anos 1980, parceria a qual foi essencial para o avanço da integração sul-americana. Devido a sua importância histórica nas relações brasileiro-argentinas e para as relações regionais, buscou-se compreender o desenvolvimento da cooperação no âmbito nuclear e situar o estágio em que se encontram as relações na área. Considerando-se a importância da energia nuclear e seu papel

dual, civil-militar, a maior coordenação e cooperação na área é fundamental para desenvolvimento científico, tecnológico e industrial conjunto de ambos os países, assim como tem especial relevância em matéria de defesa e perspectiva de construção de uma política comum, a ser desenvolvida bilateralmente e regionalmente. Além disso, em termos energéticos, o desenvolvimento da energia nuclear se torna fundamental no século XXI, principalmente no que diz respeito ao desenvolvimento autônomo dos países. Essas questões tornam-se estratégica para Brasil e Argentina, assim como para a região, sendo necessária para elevar a posição de ambos, e da América do Sul, no cenário internacional.

As iniciativas de cooperação no âmbito nuclear foram demonstradas no decorrer dos documentos e trabalhos analisados. Entre as principais, destacam-se a criação da COBEN, os projetos de construção dos reatores multipropósitos gêmeos e a intenção de criar uma empresa binacional de enriquecimento de urânio, a qual ainda permanece apenas como uma proposta. Sobre a ABACC, é importante mencionar que se constituiu em um mecanismo bilateral de grande credibilidade no mundo, regulando as atividades nucleares de ambos os países e sendo, inclusive, aceita como critério alternativo ao Protocolo Adicional ao TNP.

O trabalho conjunto para o desenvolvimento dos dois reatores, o RMB e o RA-10, foi o maior avanço na cooperação bilateral na área, uma vez que, quando concluídos, tornarão Brasil e Argentina autossuficientes na produção de radioisótopos, usados na medicina, na agricultura, na indústria e no setor naval. As obras estão atrasadas, mas a construção do RA-10 já foi iniciada e se localiza no Centro Atômico Ezeiza, na Província de Buenos Aires. O RMB - que se localizará no Centro Experimental de Aramar, na cidade de Iperó em São Paulo - tem previsão para ser concluído em 2022, sendo que em julho de 2018 foi realizada a Cerimônia de Lançamento da Pedra Fundamental do Reator Multipropósito Brasileiro.

Apesar das conversações bilaterais, dos projetos idealizados e dos avanços no campo nuclear, as propostas no âmbito ainda permanecem excessivamente nos discursos e declarações de intenções e não progredem como o esperado. Algumas interferências internas e internacionais parecem conter o avanço de alguns projetos conjuntos, entre elas apontam-se as diferentes tecnologias empregadas nas instalações nucleares brasileiras e argentinas, o zelo no compartilhamento das tecnologias e informações, questões políticas e econômicas que podem travar algumas iniciativas, assim como é necessário compreender o papel dos Estados Unidos e as pressões que esse país exerce para desestruturar a parceria entre os dois maiores países sul-americanos.

Observou-se também que, apesar das dificuldades enfrentadas no que diz respeito ao andamento desses projetos conjuntos, durante os Governos de Temer e Macri houve certa continuidade das conversações, com a renovação das intenções de cooperação nas áreas nuclear, espacial, de defesa e em ciência e tecnologia entre os países. Por outro lado, pondera-se que os avanços na cooperação bilateral, principalmente em relação à cooperação em áreas estratégicas entre os vizinhos, poderão ser fortemente afetados durante o Governo Bolsonaro no Brasil. Isso se evidencia pelas fortes relações estabelecidas entre os governos brasileiro e argentino com os Estados Unidos e o distanciamento do Brasil com a Argentina e os países sul-americanos, o que foi demonstrado pelo Governo Bolsonaro antes mesmo de sua posse. Outra questão interessante de ser observada é que a tradição da primeira viagem presidencial à Argentina foi rompida pelo presidente brasileiro.

Apesar dos desentendimentos e divergências existentes no período, o relacionamento entre Brasil e Argentina continua a ser considerado o núcleo duro da integração regional, devido, principalmente, a sua atuação na retomada do ideais integracionistas de Sarney e Alfonsín e, mais do que isso, na ampliação da agenda da integração no subcontinente, seu papel no revigoramento do Mercosul, na IIRSA, na CASA, na Unasul, no CDS e demais mecanismos de cooperação e integração na América do Sul. No período, os encontros presidenciais, as declarações e acordos demonstraram a disposição em buscar pontos em comum e coordenar posições, trazendo nesses documentos questões a serem trabalhadas conjuntamente no que diz respeito ao avanço do processo de integração.

Mas, além disso, pode-se considerar que o avanço da integração sul-americana também atua para o fortalecimento dessa parceria bilateral, uma vez que o aprofundamento da coordenação política, dos laços cooperativos e da integração no subcontinente também aproximou os dois países, levando ao fortalecimento dos próprios laços bilaterais. A preocupação em avançar na integração regional e a intenção de elevar a posição internacional da América do Sul tornou-se frequente nos encontros, reuniões e diálogos presidenciais e ministeriais e fortaleceram o diálogo, a busca pelo consenso e o trabalho bilateral. Partindo dessa visão, no âmbito da parceria estratégica, o intento de promover o diálogo e a consulta em temas de defesa na região, fortalecer a confiança entre os países, conquistar maiores níveis de autonomia regional e a preocupação com a integração energética são pontos importantes neste período que devem ser relacionados à retomada dos projetos bilaterais no âmbito nuclear a partir de 2005, mais intensamente a partir de 2008.

A relação feita aqui é a de que a parceria fortalece a integração e, conseqüentemente, a integração fortalece a parceria, ou seja, as variáveis se complementam e se reforçam. Da mesma forma, ao fortalecer a parceria estratégica, a integração sul-americana também deve estar relacionada ao avanço da cooperação no âmbito nuclear entre Brasil e Argentina. Historicamente a cooperação nuclear foi essencial para a consolidação dessa parceria, sendo fundamental no avanço da integração regional. Atualmente, o desenvolvimento da cooperação nuclear também é considerado fator importante para impulsionar o desenvolvimento autônomo e melhorar o posicionamento dos dois países, mas, para além disso, da América do Sul, devido aos múltiplos fatores apontados anteriormente.

Apesar dos avanços no que diz respeito à integração sul-americana durante os governos Petistas, no Brasil, e os governos Kirchneristas, na Argentina, após, com a onda neoliberal que paira na América do Sul, tem ocorrido o esvaziamento das propostas integracionistas pelos países. Durante os Governos Temer e Macri já se observava um novo rumo nas conversações bilaterais diante da agenda integracionista, situação que foi se agravando e provocando o desmantelamento dos processos integracionistas. Diante dos governos atuais essa situação tende a se agravar, rompendo com a parceria em prol da integração política, social e cultural e enfatizando minimamente a questão econômico-comercial entre os países. Considerada o núcleo duro da integração regional, o novo direcionamento dado à parceria estratégica argentino-brasileira denota tempos sombrios para a cooperação e integração dos países sul-americanos.

Nesta perspectiva, ressalta-se a necessidade de discutir-se acerca da importância do aprofundamento da integração da América do Sul, do papel da parceria estratégica Brasil-Argentina neste contexto e da necessidade de levar-se adiante os projetos conjuntos que visem garantir a soberania e o desenvolvimento autônomo da região, principalmente nesse momento crítico de desmonte dos processos de integracionistas que a América do Sul vem enfrentando e diante dos desafios e obstáculos futuros a serem enfrentados.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA MELLO, Leonel Itaussu (1996). *Argentina e Brasil: balanço de poder no Cone Sul*. ANNABLUME: São Paulo, SP.
- ALMEIDA MELLO, Leonel Itaussu (1999). *Quem tem medo da geopolítica?* Hucitec Edusp: São Paulo, SP.
- ALMEIDA, Paulo Roberto de (2004). **Uma política externa engajada: a diplomacia do governo Lula**. *Revista Brasileira de Política Internacional*. v. 74, n.1, jan./jun., p. 162-184, Brasília, DF.
- AMORIM, Celso (2009). **A integração sul-americana**. *Revista DEP - Diplomacia, Estratégia e Política*. Projeto Raul Prebisch, n. 10, out./dez., p. 5-26, Brasília, DF.
- AMORIM, Celso (2016). *A grande estratégia do Brasil: discursos, artigos e entrevistas da gestão no Ministério da Defesa (2011-2014)*. FUNAG: Brasília, DF.
- AMORIM, Celso; BIELSA, Rafael (2005). **O dia 30 de novembro e a amizade Brasil e Argentina**. *Folha de São Paulo*, 30 de novembro de 2005. Opinião. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi3011200503.htm>>. Acesso em 21 de janeiro de 2019.
- ARON, Raymond (2002). *Paz e guerra entre as nações*. Ed. UnB, Brasília, DF.
- AZEVEDO GUIMARÃES, Márcio (2005). *As alterações da política externa brasileira nos anos noventa. Um estudo de caso: a adesão ao Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP)*. Dissertação de Mestrado. PPG-Relações Internacionais. UFRGS: Porto Alegre, RS.
- BARACHO TEIXEIRA, Dêmia (2007). *A influência dos EUA sobre a adesão brasileira ao Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP)*. Dissertação de Mestrado. PPG-Relações Internacionais. UnB: Brasília, DF.
- BARBOZA, Inés (2012). *La ideología del regionalismo en la política exterior argentina post-2003*. Dissertação de Mestrado. Maestría en Negociaciones y Relaciones Internacionales. Universidad de San Andrés: Buenos Aires, Argentina.
- BARTHELMESS, Eugenia (2016). **As relações Brasil-Argentina no aniversário da Declaração do Iguaçu**. *Cadernos de Política Exterior*, v. 3, p. 27-43, Brasília, DF.
- BIELSA, Rafael (2004). **A política externa da Argentina no quadro da integração regional**. *Revista DEP - Diplomacia, Estratégia e Política*. Projeto Raul Prebisch, v.1, n.1, out./dez., p. 5-21, Brasília, DF.
- BRAGATTI, Milton Carlos (2016). *Cooperação em defesa na América do Sul – limites e*

perspectivas. Dissertação de Mestrado. PPG-Integração Contemporânea da América Latina. UNILA: Foz do Iguaçu, PR.

BUENO, Clodoaldo (2002). **Barão do Rio Branco e o Projeto da América do Sul**. P. 359-392. In: CARDIM, Carlos Henrique; ALMINO, João (2002) [org.]. *Rio Branco, a América do Sul e a modernização do Brasil*. FUNAG, Brasília, DF.

CABUS KLOTZLE, Marcelo (2002). **Alianças estratégicas: conceito e teoria**. *Revista de Administração contemporânea*. v. 6, n. 1, jan./abr., Curitiba, PR.

CAIRO, Heriberto (2008). **A América Latina nos modelos geopolíticos modernos: da marginalização à preocupação com sua autonomia**. *Caderno CRH*. v. 21, n.53, mai./ago., Salvador, BA.

CAMARGO, Guilherme (2007). **O fogo dos Deuses: uma história da energia nuclear**. Contraponto: Rio de Janeiro, RJ.

CAMERON, Fraser; YONGNIAN, Zheng (2007). **Key Elements of a Strategic Partnership**. p. 3-14. In: CROSSICK, Stanley; REUTER, Etienne (2007) [org.]. *China-EU: a common future*. World Scientific: Singapura.

CANDEAS, Alessandro (2017). **A integração Brasil-Argentina: história de uma ideia na “visão do outro”**. 2 ed. FUNAG: Brasília, DF.

CARI & CEBRI (2000). **La Argentina y el Brasil: una alianza estratégica proyectada para al futuro**. *Informe del Grupo de Trabajo sobre las relaciones entre la Argentina y el Brasil*. Consejo Argentino para las Relaciones Internacionales; Conselho Brasileiro de Relações Internacionais. 22 de novembro de 2000.

CAVEDON NUNES, Raul; GONZALEZ RODRIGUEZ, Vitória (2017). **A política externa brasileira de Temer-Serra: retração política e subordinação econômica**. *Boletim de Conjuntura Nerint*. v. 1, n. 4, jan., p. 1-9, Porto Alegre, RS.

CEPALUNI, Gabriel (2010). **Coalizões internacionais: revisão da literatura e propostas para uma agenda de pesquisa**. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais – BIB*, n. 69, p. 5-22, São Paulo, SP.

CEPIK, Marco (2008). **América do Sul: economia & política da integração regional**. Nerint, Editora da UFRGS: Porto Alegre, RS.

CEPIK, Marco; JORNADA, Helena; BORBA, Pedro (2012). **Argentina: segurança, política e Relações Bilaterais com o Brasil**. p. 141-152. In: DATHEIN, Ricardo (2012) [org.]. *Parceiros estratégicos para a inserção internacional do Brasil*. vol 1. Editora da UFRGS: Porto Alegre, RS.

CEPIK, Marcos; PERGHER SILVA, Natasha (2012). **A política da integração regional da Argentina na Era Kirchner**. *Conjuntura Austral*. v. 3, n. 9-10, dez./mar, p. 15-30, Porto Alegre, RS.

- CERVO, Amado Luiz (2008). *Inserção internacional: formação de conceitos brasileiros*. Saraiva: São Paulo, SP.
- CLAUSEWITZ, Carl Von (2010). *Da Guerra*. Ed. Martins Fontes: São Paulo, SP.
- CNEA (2018). *El proyecto RA-10*. Comisión Nuclear de Energía Atómica. Disponível em: <<https://www.cnea.gob.ar/es/proyectos/ra-10/origen-y-antecedentes/>>. Acesso em 29 de novembro de 2018.
- COELHO JAEGER, Bruna (2014). *A integração infraestrutural sul-americana: impactos sobre a estratégia e a geopolítica regional*. Monografia de Graduação. Curso de Relações Internacionais. UFRGS: Porto Alegre, RS.
- CONTI PAGLIARI, Graciela de (2006). **Segurança hemisférica: uma discussão sobre a validade e atualidade de seus mecanismos institucionais**. *Revista Brasileira de Política Internacional*. v. 79, n.1, p. 26-42, Brasília, DF.
- CONTI PAGLIARI, Graciela de (2009). *Segurança regional e política externa brasileira: as relações entre Brasil e América do Sul, 1990-2006*. Tese de Doutorado. PPG-Relações Internacionais. UnB: Brasília, DF.
- CONTI PAGLIARI, Graciela de (2010). **Segurança e defesa na América do Sul: a cooperação regional e o papel do Brasil**. *Diálogo*. n. 16, jan./jun., p. 13-29, Canoas, RS.
- CORRÊA SILVA, Vera Lúcia (2011). **A Política Externa Argentina (PEA) durante os Governos Justicialistas (Menem, Duhalde e Kirchner) e as relações com o Brasil**. *Anais do 3º Encontro da Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI): governança global e novos atores*. São Paulo, SP.
- CORTES, Maria Julieta; CREUS, Nicolas (2009). **Argentina-Brasil: intensidad variable en una relación estratégica inevitable**. p. 117-139. In: LECHINI, Gladys; KLAGSBRUNN, Victor; GONÇALVES, Williams (2009) [org.]. *Argentina y Brasil: venciendo preconceptos: las variadas aristas de una concepción estratégica*. Revan: Rio de Janeiro, RJ.
- COSTA VAZ, Alcides (1999). **Parcerias estratégicas no contexto da política exterior brasileira: implicações para o Mercosul**. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v.42, n.2, jul./dez., Brasília, DF.
- COSTA VAZ, Alcides (2002). *Cooperação integração e processo negociador: a construção do Mercosul*. IBRI: Brasília, DF.
- COUTO, Leandro (2013). **Relações Brasil-América do Sul: a construção inacabada de parceria com o entorno estratégico**. P. 195-218 In: LESSA, Antonio Carlos; ALTEMANI OLIVEIRA, Henrique (2013) [org.]. *Parcerias estratégicas do Brasil: os significados e as experiências tradicionais*. Vol. 1. Fino Traço: Belo Horizonte, MG.

- DANESE, Sérgio (2017). *Diplomacia Presidencial: história e crítica*. 2.ed rev. FUNAG: Brasília, DF.
- DANTAS, Vera (2014). **Uma crise anunciada: pode faltar molibdênio-99 em 2016**. *Revista Brasil Nuclear*. Ano 19, n. 42, São Paulo, SP.
- DIAS, Otávio (2017). **Brasil e Argentina: Devem os dois países atuar juntos num mundo em fragmentação?** *Fundação FHC*. 25/04/2018. Apontamentos do jornalista Otávio Dias sobre o seminário realizado na Fundação FHC com a participação de Hussein Kalout e Celso Lafer. Disponível em: <<http://fundacaofhc.org.br/debates/brasil-e-argentina-devem-os-dois-paises-atuar-juntos-num-mundo-em-fragmentacao>>. Acesso em 16 de dezembro de 2018.
- DIEZ, Eduardo (2016). **Cooperación nuclear y espacial. El caso argentino-brasileño: de la competencia a la colaboración**. *Perspectivas Revista de Ciencias Sociales*. n.2, Jul./Dez., p.157-175, Rosário, Argentina.
- DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva (2000). **A política platina do barão do Rio Branco**. *Revista Brasileira de Política Internacional*, ano 43, n. 2, p. 130-149, jul./dez., Brasília, DF.
- DUARTE VILLA, Rafael (2013). **Brasil-Venezuela: cooperação e dificuldades nas relações bilaterais contemporâneas**. P. 239-259. In: LESSA, Antonio Carlos; ALTEMANI OLIVEIRA, Henrique (2013) [org.]. *Parcerias estratégicas do Brasil: os significados e as experiências tradicionais*. Vol. 1. Fino Traço: Belo Horizonte, MG.
- ESCUDE, Carlos (1999). **Argentina y sus alianzas estratégicas**. p. 75-88. In: ROJAS ARAVENA, Francisco (1999) [ed.]. *Argentina, Brasil y Chile: integración y seguridad*. Editora Nueva Sociedad: Caracas, Venezuela.
- FIORI, José Luís (2013). **O Brasil e seu “entorno estratégico” na primeira década do século XXI**. p. 31-51. In: Sader, Emir (org.) [2013]. *10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma*. Boitempo: São Paulo, SP;
- FRACALOSSO MORAES, Rodrigo (2010). *A cooperação Brasil-Argentina na área militar: da autonomia das Forças Armadas às relações estratégicas (1978-2009)*. Dissertação de Mestrado. PPG-Relações Internacionais. UFRGS: Porto Alegre, RS.
- FRIEDMAN, George (2012). *A próxima década*. Novo Conceito Editora: Ribeirão Preto, SP.
- GEHRE GALVÃO, Thiago (2011). **Brasil-Venezuela: uma parceria relutante?** *Mural Internacional*, n. 2, ano 2, dez., p.16-22, Rio de Janeiro, RJ.
- GOLDEMBERG, José (2010). **O Brasil, o Irã e o Protocolo Adicional**. *Estadão*, 21 de julho de 2010. Opinião. Disponível em <<https://opinioao.estadao.com.br/noticias/geral,o-brasil-o-ira-e-o-protocolo-adicional-imp-,569699>>. Acesso em 12 de janeiro de 2019.

- GOMES SARAIVA, Miriam (2012). *Encontros e Desencontros: o lugar da Argentina na política externa brasileira*. Fino Traço: Belo Horizonte, MG.
- GRANATO, Leonardo (2012). **As Relações Bilaterais Argentino-brasileiras no Quadro da Integração Regional: de um Quadro de Rivalidade ao Despertar de uma Efetiva Cooperação**. *Revista Cadernos de Estudos Sociais e Políticos*. v.1, n. 2, ago./dez., p. 69-95, Rio de Janeiro, RJ.
- GRANATO, Leonardo (2014). *A integração na América do Sul em discussão nos governos de Brasil e Argentina (2003-2010)*. Tese de Doutorado. PPG-Economia Política Internacional. UFRJ: Rio de Janeiro, RJ.
- GRANATO, Leonardo (2015). *Brasil, Argentina e os rumos da integração: o Mercosul e a Unasul*. Appris: Curitiba, PR.
- GRANATO, Leonardo; ODDONE, Nahuel (2014). **Ideas y praxis de la integración regional durante los dos primeros gobiernos de Juan Domingo Perón (1946-1955): la visión del líder y la construcción política**. *Cuadernos sobre Relaciones Internacionales, Regionalismo y Desarrollo*. v. 9, n. 17. jan./jun., p. 77- 100, Mérida, Venezuela.
- GRAÇAS CORRÊA, Fernanda das (2009). *O projeto do submarino de propulsão nuclear na visão de seus protagonistas: uma análise histórica de Geisel a Lula (1974-2009)*. Dissertação de Mestrado. PPG-História Comparada. UFRJ: Rio de Janeiro, RJ.
- GRAÇAS CORRÊA, Fernanda das (2012). **Projeto do Submarino Nuclear Brasileiro: ciência, tecnologia, cerceamento e soberania nacional**. *Defesenet*. Brasília, 06 de julho de 2012. Disponível em: <<http://www.defesenet.com.br/prosub/noticia/6648/A-DEFESA-EM-DEBATE---Projeto-do-Submarino-Nuclear-Brasileiro--ciencia--tecnologia--cerce%E2%80%A6>>. Acesso em 17 de dezembro de 2018.
- GRIFFITHS, Martin; O'CALLAGHAN, Terry (2002). *International relations: the key concepts*. Routledge: London and New York.
- GULLO OMODEO, Marcelo (2006). *Argentina-Brasil: a grande oportunidade*. MauadX: Rio de Janeiro, RJ.
- GUSSO ZARPELON, Janiffer Tammy (2018). **A política externa brasileira no Governo Temer: continuidade ou ruptura**. *4º Seminário da Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI)*, Foz do Iguaçu, PR.
- HAESBAERT, Rogério (2010). **Região, regionalização e regionalidade: questões contemporâneas**. *Antares*. n.3, jan./jun. Caxias do Sul, RS.
- HERZ, Monica; COUTINHO LAGE, Victor (2013). **A Atual Política Nuclear Brasileira**. *BRICS Policy Center – Policy Brief*, jun., Rio de Janeiro, RJ.
- HERZ, Monica; DAWOOD, Layla; COUTINHO LAGE, Victor (2017). **Brazilian nuclear policy during the Workers' Party years**. *The Nonproliferation Review*. v. 23, n. 5-6, p.

559-573, Monterey, EUA.

JAGUARIBE, Hélio (2004). **Argentina-Brasil: una alianza necesaria**. *Revista Aportes para el Debate*. Disponível em: < <https://www.asociacionag.org.ar/pdfaportes/22/01.pdf>>. Acesso em 07 de julho de 2018.

JAGUARIBE, Hélio (2005). **Aliança argentino-brasileira**. *Revista DEP: Diplomacia, Estratégia e Política*. Projeto Raul Prebisch, v. 1, n. 2, jan./mar., Brasília, DF.

JANUÁRIO, Luiza Elena (2015). **A ABACC na construção de um relacionamento cooperativo entre Argentina e Brasil**. *Anais do 5º Encontro Nacional da Associação Brasileira de Relações Internacionais*. Belo Horizonte, MG.

KALOUT, Hussein; DEGAUT, Marcos (2017). **Brasil, um país em busca de uma grande estratégia**. Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos, Relatório de Conjuntura, n.1, maio, Brasília, DF.

KASSENOVA, Togzhan (2017). **External perceptions of Brazil's nuclear policy: views from Argentina and the United States**. *The Nonproliferation Review*. v. 23, n. 5-6, p. 595-615, Monterey, EUA.

KERR OLIVEIRA, Lucas (2012). **Energia como recurso de poder na política internacional: geopolítica, estratégia e o papel do Centro de Decisão Energética**. Tese de Doutorado. PPG-Ciência Política. UFRGS: Porto Alegre, RS.

LACOVSKY, Exequiel (2012). **La cooperación nuclear entre Argentina y Brasil**. *Revista U-238*. n. 4, ano 1, dez., Argentina.

LAFER, Celso (1997). **Relações Brasil-Argentina: alcance e significado de uma parceria estratégica**. *Contexto Internacional*. v. 19, n. 2, jul./dez., p.249-265, Rio de Janeiro, RJ.

LEDESMA, Luciana Soledad (2007). **La posición histórica de Argentina frente al Tratado de No Proliferación de Armas Nucleares (TNP) y su cambio en los 90s**. Dissertação de Mestrado. PPG-Relações e Negociações Internacionais. Universidad de San Andrés/Universidad de Barcelona. Buenos Aires, Argentina.

LE PRIOUX, Bruna; MOUTINHO DOS SANTOS, Edmilson (2011). **A energia nuclear como instrumento de inserção internacional do Brasil: uma análise introdutória a partir da teoria poli-heurística de tomada de decisão**. *Carta Internacional*. v.6, n.1, jan./jul., p.39-52, Belo Horizonte, MG.

LESSA, Antonio Carlos (1998). **A diplomacia universalista do Brasil: a construção do sistema contemporâneo de relações bilaterais**. *Revista Brasileira de Política Internacional*. N. Especial Comemorativo dos 40 Anos, v. 41, p. 29-41, Brasília, DF.

LESSA, Antonio Carlos (2009). **No canteiro das ideias: uma reflexão sobre o conceito de parceria estratégica na ação internacional do Brasil à luz das suas relações com a União Europeia**. P. 97- 105. In: REZENDE MARTINS, Estevão C.; GOMES

- SARAIVA, Miriam (2009) [org.]. *Brasil, União Europeia, América do Sul: anos 2010-2020*. Fundação Konrad Adenauer: Rio de Janeiro, RJ.
- LESSA, Antonio Carlos (2010). **Brazil's strategic partnerships: an assessment of the Lula era (2003-2010)**. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v.53, n. especial, dez. Brasília, DF.
- LESSA, Antonio Carlos; ALTEMANI OLIVEIRA, Henrique (2013). **Parcerias Estratégicas do Brasil: uma busca por conceitos**. p.9-12. In: LESSA, Antonio Carlos; ALTEMANI OLIVEIRA, Henrique (2013) [org.]. *Parcerias estratégicas do Brasil: os significados e as experiências tradicionais*. Vol. 1. Fino Traço: Belo Horizonte, MG.
- LORENZINI, María Elena (2013). **Las relaciones argentino-chilenas 2008-2011, ¿realidad o ficción de la “alianza estratégica”?** *Si Somos Americanos, Revista de Estudios Transfronterizos*. v.13, n.1, jan./jun., Santiago, Chile.
- LUZ COSTA, Darc Antonio da (2011) [org.]. *América do Sul: integração e infraestrutura*. CapaxDei: Rio de Janeiro, RJ.
- MALAMUD, Andrés (2010). **La diplomacia presidencial y los pilares institucionales del Mercosur: un examen empírico**. *Relaciones Internacionales*. n.15, out., Madrid, Espanha.
- MALLEA, Rodrigo; SPEKTOR, Matias (2012). **Introdução**. In: MALLEA, Rodrigo; SPEKTOR, Matias; WHEELER, Nicholas (2012). *Origens da cooperação nuclear: uma história oral crítica entre Brasil e Argentina*. FGV, ICCS e Woodrow Wilson International Center for Scholars. Rio de Janeiro, RJ.
- MANSILLA, Diego (2011). **Integración Energética y Recursos Naturales en América Latina**. *La revista del CCC*. n. 11, jan./abr., Buenos Aires, Argentina.
- MEDEIROS CASTRO, Ricardo (2006). *Reinterpretando a cooperação nuclear entre Brasil e Argentina: as diversas nuances e perceptivas desse relacionamento no contexto mundial*. Dissertação de Mestrado, PPG-Relações Internacionais. UFRGS: Porto Alegre, RS.
- MELLO SOUZA, Thaís (2016). **A recusa brasileira ao Protocolo Adicional da AIEA: aspectos que o discurso insiste em ignorar**. *Anais do 3º Seminário de Relações Internacionais da Associação Brasileira de Relações Internacionais*. Florianópolis, SC.
- MESSIAS DA COSTA, Wanderley (2008). *Geografia política e geopolítica: discursos sobre o território e o poder*. 2.ed, Editora USP: São Paulo, SP.
- MESSIAS DA COSTA, Wanderley (2009). **O Brasil e a América do Sul: cenários geopolíticos e os desafios da integração**. *Confins*. n.7, outubro. São Paulo, SP. Disponível em: < <https://journals.openedition.org/confins/6107>>.
- MESSIAS DA COSTA, Wanderley (2016). **Oitenta anos de geopolítica no Brasil: da**

geografia militar a um pensamento estratégico nacional. *Revista Tamoio*. ano 12, n. 2, p. 4-21, jul/dez, São Gonçalo, RJ.

MESSIAS DA COSTA, Wanderley; THÉRY, Hervé (2016). **Oitenta anos de geopolítica no Brasil: da geopolítica militar a um pensamento estratégico nacional.** *Revista Tamoios*. Ano 12, n. 2, p. 4-21, jul./dez., São Gonçalo, RJ.

METHOL FERRÉ, Alberto (2009). *Los Estados continentales y el Mercosur*. Ed. Instituto Superior Dr. Arturo Jauretche: Buenos Aires, Argentina. Disponível em: <<http://www.metholferre.com/obras/libros/capitulos.php?id=6>>.

MINISTÉRIO DA DEFESA (2012). *Estratégia Nacional de Defesa - END*. Brasília, DF. Disponível em: <<https://www.defesa.gov.br/arquivos/2012/mes07/end.pdf>>. Acesso em 22 de janeiro de 2018.

MINISTÉRIO DA DEFESA (2012). *Livro Branco de Defesa Nacional – LBDN*. Brasília, DF. Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br/arquivos/2012/mes07/lbdn.pdf>>. Acesso em 23 de novembro de 2017.

MINISTÉRIO DA DEFESA (2013). *Política Nacional de Defesa – PND*. Brasília, DF. Disponível em: <<http://bibspi.planejamento.gov.br/handle/iditem/461>>. Acesso em 23 de novembro de 2017.

MIRANDA, Roberto (2015). **El trazo fino de las relaciones bilaterales de argentina en Sudamérica.** *Revista Enfoques*. v. 13, n. 22, p.67-81, Santiago, Chile.

MIYAMOTO, Shiguenoli (1981). **Os estudos geopolíticos no Brasil: uma contribuição para sua avaliação.** *Perspectivas*. v.4, p. 75-92, São Paulo, SP.

MOLINA, Franklin (2007). **Visiones del regionalismo y la regionalización en América del Sur en el nuevo milênio.** *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*. v. 13, n. 3, set./dez, p. 13-32, Caracas, Venezuela.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto (1987). *O Eixo Brasil-Argentina: o processo de integração na América Latina*. Editora UnB: Brasília, DF.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto (2003). *Brasil, Argentina e Estados Unidos: conflito e integração na América do Sul (da Tríplice Aliança ao Mercosul 1870-2003)*. 2.ed. Revan: Rio de Janeiro, RJ.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto (2006). **O Brasil e a América do Sul**. In. OLIVEIRA, Henrique Altemani de; LESSA, Antonio Carlos (Org.) [2006]. *Relações Internacionais do Brasil: temas e agendas*. v.1. Saraiva: São Paulo, SP.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto (2008). **A Importância Geopolítica da América do Sul na Estratégia dos Estados Unidos.** *Revista da Escola Superior de Guerra*. v.24, n.50, jul./dez., Rio de Janeiro, RJ.

- MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto (2012). **Guerra das Malvinas: petróleo e geopolítica**. *Revista Espaço Acadêmico*. Nº132, maio, p.157-165, Maringá, PR.
- MORAES Y BLANCO, Luis Fernando de (2009). **Parceria estratégica: a linguagem que constitui as relações entre Rússia e a União Europeia**. Dissertação de Mestrado. PPG-Relações Internacionais. PUC: Rio de Janeiro, RJ.
- MOTA SARDENBERG, Ronaldo (1995). **A inserção estratégica do Brasil no cenário internacional**. *Instituto de Estudos Avançados - USP*. São Paulo. Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/sardenberginsercao.pdf>>.
- NARLIKAR, Amrita (2003), **International trade and developing countries: bargaining coalitions in the GATT e WTO**. Routledge: Londres.
- NASCIMENTO CARVALHO, Rogério (2014). **Ilhas Malvinas: uma reflexão sobre a soberania argentina**. Monografia de Graduação. Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia. ESG: Rio de Janeiro, RJ.
- NASCIMENTO PLUM, Maria Oliveira do; ROLLEMBERG RESENDE, Carlos Augusto (2017). **The ABACC experience: continuity and credibility in the nuclear programs of Brazil and Argentina**. *The Nonproliferation Review*. v. 23, n. 5-6, p. 575-593, Monterey, EUA.
- OLIVEIRA, Odete Maria de (1996). **A integração nuclear Brasil-Argentina: uma estratégia compartilhada**. EdUFSC: Florianópolis, SC.
- PADULA, Raphael (2010). **Integração regional de infraestrutura e comércio na América do Sul nos anos 2000: uma análise político-estratégica**. Tese de Doutorado. PPG-Engenharia de Produção. UFRJ: Rio de Janeiro, RJ.
- PAES LEME, Álvaro Augusto Stumpf (2006). **A Declaração do Iguaçu (1985): a nova cooperação Argentino-Brasileira**. Dissertação de Mestrado. PPG-Relações Internacionais. UFRGS: Porto Alegre, RS.
- PAIVA ABREU, Marcelo (2008). **Parcerias estratégicas**. *Estadão*, 24 de março de 2008. Opinião. Disponível em: <<http://www.economia.puc-rio.br/mpabreu/pdf/oesp08.03.23.pdf>>. Acesso em 31 de maio de 2018.
- PASQUARIELLO MARIANO, Karina; NETO RIBEIRO, Clarissa Correa (2016). **Regionalismo na América Latina no século XXI**. In: SALATTI, Rafael (2016) [org.]. **Cultura e Direitos Humanos nas Relações Internacionais: reflexões sobre cultura**. V.1. Cultura Acadêmica: São Paulo, SP.
- PATTI, Carlo (2014) [Org.]. **O programa nuclear brasileiro: uma história oral**. FGV – CPDOC: Rio de Janeiro, RJ.
- PECEQUILO, Cristina Soreanu (2011). **As relações Brasil-Estados Unidos**. Fino Traço: Belo Horizonte, MG.

- PERES MILANI, Livia (2015). **A cooperação regional desde uma perspectiva argentina: mudanças de concepção e reações frente a projetos brasileiros.** *Boletim de Economia e Política Internacional (IPEA)*. n. 21, set./dez., p.45-58, Brasília, DF.
- PEREYRA DOVAL, Gisela (2014). **Relaciones Argentina- Brasil: cooperación con algunas discordias.** *Conjuntura Global*. v.3, n.2, abr./jun. p.80-88, Curitiba, PR.
- PERROTTA, José Augusto (2017). **RMB - Reator Multipropósito Brasileiro. Tecnologia nuclear a serviço da vida.** *I Simpósio de Tecnologias Nucleares*. Marinha do Brasil. 04 de setembro de 2017, Rio de Janeiro, RJ. Disponível em: <<https://www.marinha.mil.br/dgdntm/sites/www.marinha.mil.br/dgdntm/files/arquivos/10-%20Reator%20Multiprop%C3%B3sito%20Brasileiro-Dr%20Jos%C3%A9%20Augusto%20Perrota.pdf>>. Acesso em 15 de janeiro de 2019.
- POZZATTI JUNIOR, Ademar (2010). **O Direito Processual Civil Internacional a serviço da integração regional: a cooperação jurisdicional e a construção de um espaço sul-americano de justiça.** Dissertação de Mestrado. PPG-Direito. UFSC: Florianópolis, SC.
- PUIG, Juan Carlos (1986). **Integración y autonomía de América Latina en las postrimerías del siglo XX.** *Integración Latinoamericana*. n. 109, p.40- 62, jan./fev., Buenos Aires, Argentina.
- RAMOS BECARD, Danielly Silva (2013). **Parcerias Estratégicas nas Relações Internacionais: Uma análise conceitual.** P. 37-66. In: LESSA, Antonio Carlos; ALTEMANI OLIVEIRA, Henrique (2013) [org.]. *Parcerias estratégicas do Brasil: os significados e as experiências tradicionais*. Vol. 1. Fino Traço: Belo Horizonte, MG.
- RAPOPORT, Mário (2017). **Política internacional argentina: desde la formación nacional hasta nuestros días.** Capital Intelectual: Ciudad Autónoma de Buenos Aires.
- RAPOPORT, Mário; MADRID, Eduardo (2011). **Argentina-Brasil: de rivales a aliados.** Capital Intelectual: Buenos Aires.
- REITER, Dan (1994). **Learning, realism and alliances: the weight of the shadow of the past.** *World Politics*. v. 46, n. 4, p. 490-526.
- RIBEIRO MOURA, Carmen Lúcia Richter (2001). **O Brasil e o fortalecimento do Sistema de Salvaguardas da Agência Internacional de Energia Atômica: do Acordo Quadripartite ao Protocolo Adicional.** XLII Curso de Altos Estudos. Instituto Rio Branco, Brasília, DF.
- RIGOTTI COUTINHO, Carolina (2012). **Relações triangulares e em eixo: uma análise das relações entre Brasil, Argentina e Estados Unidos entre 1990 e 2010.** Dissertação de Mestrado. PPG-Ciência Política. UFRGS: Porto Alegre, RS.
- ROSA MUÑOZ, Luciano (2010). **A política externa do Rio Branco e a Argentina: aproximação no subsistema sul-americano e afastamento no sistema internacional**

- (1902-1912). Dissertação de Mestrado. PPG-Relações Internacionais. UnB: Brasília, DF.
- RUSSELL, Roberto; TOKATLIAN, Juan Gabriel (2002). **El Lugar de Brasil en la política exterior de Argentina: la vision del otro.** *Desarrollo Económico*, v. 42. n. 197, out./dez., Buenos Aires, Argentina.
- RUSSELL, Roberto; TOKATLIAN, Juan Gabriel (2011). **Percepções argentinas sobre o Brasil: ambivalências e expectativas.** *Plataforma Democrática*. Working Paper, n. 19, jul., São Paulo, SP.
- SACCONE, María Alejandra (1994). **Aspectos político-diplomáticos de una nueva prioridad en la política exterior argentina: el Mercosur.** P.111-129 *In: La política exterior del gobierno de Menem: seguimiento e reflexiones al promediar su mandato.* Centro de Estudios en Relaciones Internacionales de Rosário (CERIR), Rosário, Argentina.
- SANAHUJA, José Antonio; COMINI, Nicolás (2018). **Los gobiernos de la nueva derecha y la estrategia de la silla vacía en UNASUR.** *Open Democracy*. 07 de maio de 2018. Disponível em: <<https://www.opendemocracy.net/democraciaabierta/jos-antonio-sanahuja-nicol-s-comini/los-gobiernos-de-la-nueva-derecha-y-la-estrategia>>. Acesso em 27 de novembro de 2018.
- SANTOS HONÓRIO, Karen (2013). **O significado da iniciativa para a integração da infraestrutura regional sul-americana (IIRSA) no regionalismo sul-americano (2000-2012): um estudo sobre a iniciativa e a participação do Brasil.** Dissertação de Mestrado. PPG-Relações Internacionais. UNESP/UNICAMP/PUC-SP: São Paulo, SP.
- SCHTREMEL, Sandro (2009). **La alianza estratégica argentino-brasileña en la política exterior de Itamaraty.** *Cuadernos de Política Exterior Argentina*, n.96, abr./jun., CERIR: Rosário, AR.
- SILVA DIAZ, Carla Maria; MATOS BRAGA, Paula Lou’Ane (2006). **Rivalidade entre Brasil e Argentina: construção de uma cooperação pacífico-nuclear.** *Revista de Ciências Humanas, EDUFSC*. n.40, p. 491-508, out., Florianópolis, SC.
- SILVEIRA, Evanildo da (2014). **Instrumento de radiação - Reator Multipropósito Brasileiro deve suprir o país de radiofármacos para diagnóstico e tratamento de doenças.** *Revista FAPESP*. Ed.221, jul., São Paulo, SP. Disponível em: <<http://revistapesquisa.fapesp.br/2014/07/15/instrumento-de-radiacao/>>. Acesso em 25 de janeiro de 2019.
- SILVESTRE ALBUQUERQUE, Edu (2015). **80 anos da obra Projeção Continental do Brasil, de Mário Travassos.** *Revista do Departamento de Geografia – USP*. V. 29, p. 59-78, São Paulo, SP.
- SOARES LIMA, Maria Regina (2013). **Relações interamericanas: a nova agenda sul-americana e o Brasil.** *Lua Nova*, n. 90, p. 167-201, São Paulo, SP.

- SOUZA FARIAS, Rogério (2013). **Parcerias estratégicas: marco conceitual**. P. 15-36. In: LESSA, Antonio Carlos; ALTEMANI OLIVEIRA, Henrique (2013) [org.]. *Parcerias estratégicas do Brasil: os significados e as experiências tradicionais*. Vol. 1. Fino Traço: Belo Horizonte, MG.
- SPEKTOR, Matias (2002). *Ruptura e Legado: o colapso da cordialidade oficial e a construção da parceria entre o Brasil e a Argentina (1967-1979)*. Dissertação de Mestrado. PPG-Relações Internacionais. UnB: Brasília, DF.
- SPEKTOR, Matias (2017). **The evolution of Brazil's nuclear intentions**. *The Nonproliferation Review*. v.23, n. 5-6, p. 635-652, Monterey, EUA.
- SPEKTOR, Matias; WHEELER, Nicholas; NEDAL, Dani (2012). **Testemunhas da aproximação nuclear: momentos críticos**. P. 30-41. In: MALLEA, Rodrigo; SPEKTOR, Matias; WHEELER, Nicholas (2012). *Origens da cooperação nuclear: uma história oral crítica entre Brasil e Argentina*. FGV, ICCS e Woodrow Wilson International Center for Scholars. Rio de Janeiro, RJ.
- TABORDA, Ana; ROLANDO, Lis; FLORO, Matilde (2010). **Argentina y el MERCOSUR: Alianzas estratégicas con Brasil y Venezuela (2003 - 2009)**. *V Congreso de Relaciones Internacionales*. La Plata, Argentina.
- TOKATLIAN, Juan Gabriel (2010). **Política nuclear, al lado de Brasil**. *Clarín*, 19 de maio de 2010. Opinião. Disponível em: <https://www.clarin.com/opinion/Política%ADnuclear%ADlado%ADBrasil_0_SJ_XrgzAw7g.amp.html>. Acesso em 14 de dezembro de 2018.
- TRAJAN FILHO, Alfredo (2014). **Depoimento concedido a Tatiana Coutto, Lucas Nascimento e Marina Monassa em sessão realizada no Rio de Janeiro no dia 29 de julho de 2010**. In: PATTI, Carlo (2014) [Org.]. *O programa nuclear brasileiro: uma história oral*. FGV – CPDOC: Rio de Janeiro, RJ
- VACARI ARRUDA, Larissa Rodrigues; WALDMANN JÚNIOR, Ludolf (2015). **Geopolítica e poder na América do Sul: a perspectiva de Mário Travassos**. *VIII Congreso Latinoamericano de Ciencia Política – ALACIP*. Lima, Peru.
- VERA, María Nevía; COLOMBO, Sandra (2014). **La política nuclear argentina y la cooperación estratégica con Brasil en el siglo XXI**. *Revista Intellector*. v. 11, n.21, jul./dez, Rio de Janeiro, RJ.
- VIEIRA OLIVEIRA, Ana Carolina (2012). *Brasil e Argentina sob Lula e Kirchner(s): percepções de política externa e efeito sobre o Mercosul (2003-2010)*. Dissertação de Mestrado. PPG-Relações Internacionais. UFRJ: Rio de Janeiro, RJ.
- VIERA VARGAS, Everton (1997). **Átomos na integração: a aproximação Brasil-Argentina no campo nuclear e a construção do Mercosul**. *Revista Brasileira de Política Internacional*. v. 40, n.1, jan./jun., p.41-74, Brasília, DF.

- VIEIRA VARGAS, Everton (2015). **Brasil y la Argentina, una sociedad estratégica**. *La Nación*, 07 de julho de 2015. Disponível em < <https://www.lanacion.com.ar/1935217-brasil-y-la-argentina-una-sociedad-estrategica>>. Acesso em 15 de dezembro de 2018.
- VIDIGAL, Carlos Eduardo (2007). **Relações Brasil-Argentina: a construção do entendimento (1962-1986)**. Tese de Doutorado. PPG-Relações Internacionais. UnB, Brasília, DF.
- VIDIGAL, Carlos Eduardo (2015). **O Cone Sul no século XXI**. P. 0-0. In. CERVO, Amado Luiz; RAPOPORT, Mario (2015) [org.]. *História do Cone Sul*. 2 Ed. Revan: Rio de Janeiro, RJ.
- VILOSIO, Laura (2006). **Mercosur 2003-2004: un período de impulso y estancamiento**. p. 89-120. In. BOLOGNA, Alfredo (Dir.). *La política exterior del Gobierno Kirchner*. Tomo IV. Vol. 1. 2. Ed. UNR: Rosário, AR.
- VIZENTINI, Paulo Fagundes (2003). **América do Sul: espaço geopolítico prioritário do projeto nacional brasileiro**. p. 183-211. In: REBELO, Aldo; FERNANDES, Luis; CARDIM, Henrique (2003) [Org.]. *Política externa do Brasil para o século XXI*. Câmara dos Deputados: Brasília, DF.
- VIZENTINI, Paulo Fagundes (2008). **Relações internacionais do Brasil: de Vargas à Lula**. Editora Perseu Abramo, São Paulo, SP.
- VIZENTINI, Paulo Fagundes (2010). **O Brasil, A América do Sul e a América Latina/Caribe. Oportunidades e desafios da integração**. Fev/2010. Ed. Flacso: Buenos Aires, Argentina.

DOCUMENTOS OFICIAIS

- BRASIL & ARGENTINA (1980). **Acordo De Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina para o Desenvolvimento e a Aplicação dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear**. Buenos Aires, 17 de maio de 1980. Disponível em: < http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1980/b_33>. Acesso em 14 de maio de 2017.
- BRASIL & ARGENTINA (1985a). **Declaração Conjunta Sobre Política Nuclear**. Foz do Iguaçu, 30 de novembro de 1985. Disponível em: < http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1985/b_73>. Acesso em 20 de abril de 2017.
- BRASIL & ARGENTINA (1985b). **Declaração do Iguaçu**. Foz do Iguaçu, 30 de novembro de 1985. Disponível em: < http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1985/b_74>. Acesso em 20 de abril de 2017.
- BRASIL & ARGENTINA (1986a). **Ata de Amizade Brasileiro-Argentina. Democracia, Paz e Desenvolvimento**. Brasília, 10 de dezembro de 1986. Disponível em: < http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1986/b_75>. Acesso em 20 de abril de 2017.

mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1986/b_56>. Acesso em 20 de abril de 2017.

BRASIL & ARGENTINA (1986b). *Ata para a Integração Brasileiro-Argentina*. Buenos Aires, 29 de julho de 1986. Disponível em: < http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1986/b_30>. Acesso em 20 de abril de 2017.

BRASIL & ARGENTINA (1986c). *Declaração Conjunta Sobre Política Nuclear*. Brasília, 10 de dezembro de 1986. Disponível em: < http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1986/b_57>. Acesso em 20 de abril de 2017.

BRASIL & ARGENTINA (1987). *Declaração Conjunta sobre Política Nuclear*. Viedma, 17 de julho de 1987. Disponível em: <<https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento/3453>>. Acesso em 14 de julho de 2018.

BRASIL & ARGENTINA (1988). *Declaração Conjunta sobre Política Nuclear - Declaração de Ezeiza entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina*. Buenos Aires, 29 de novembro de 1988. Disponível em:<<https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento/3583>>. Acesso em 19 de julho de 2018.

BRASIL & ARGENTINA (1997). *Declaração do Rio de Janeiro – Encontro dos Presidentes da República Federativa do Brasil e da República Argentina*. Rio de Janeiro, 27 de abril de 1997. Disponível em: < <https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento/4342>>. Acesso em 29 de maio de 2018.

BRASIL & ARGENTINA (2003a). *Consenso de Buenos Aires*. Buenos Aires, 16 de outubro de 2003. Disponível em: <http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2003/b_92/at_download/arquivo>. Acesso em 12 de maio de 2017.

BRASIL & ARGENTINA (2003b). *Memorando de Entendimento*. Assunção, 15 de agosto de 2003. Disponível em: <http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2003/b_47>. Acesso em 12 de maio de 2017.

BRASIL & ARGENTINA (2004). *Ata de Copacabana. Declaração sobre a Cooperação para o Crescimento Econômico com Equidade*. Rio de Janeiro, 16 de março de 2004. Disponível em: <http://www.contexto.org/pdfs/actas_copacabana.pdf>. Acesso em 12 de maio de 2017.

BRASIL & ARGENTINA (2005a). *Compromisso de Puerto Iguazú. Desenvolvimento, Justiça e Integração*. Puerto Iguazú, 30 de novembro de 2005. Disponível em:< http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2005/b_202>. Acesso em 12 de maio de 2017.

BRASIL & ARGENTINA (2005b). *Protocolo Adicional ao Acordo de Cooperação para o Desenvolvimento de Energia Nuclear para fins Pacíficos nas Áreas Normativa e de Regulação Nuclear*. Puerto Iguazú, 30 de novembro de 2005. Disponível em: <

http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2005/b_205>. Acesso em 12 de maio de 2017.

BRASIL & ARGENTINA (2006). *Declaración Conjunta de los Cancilleres de la República Argentina y la República Federativa del Brasil en ocasión del 15 Aniversario del ABACC*. Buenos Aires, 12 de dezembro de 2006. Disponível em: <http://tratados.mrecic.gov.ar/tratado_ficha.php?id=8651>. Acesso em 12 de maio de 2017.

BRASIL & ARGENTINA (2007). *Constitución del Mecanismo de Cooperación y Coordinación Bilateral Argentina-Brasil*. Montevideo, 18 de dezembro de 2007. Disponível em: <https://tratados.cancilleria.gob.ar/tratado_ficha.php?id=mp6mng==>. Acesso em 06 de janeiro de 2019.

BRASIL & ARGENTINA (2008a). *Declaração Conjunta. Visita de Estado ao Brasil da Presidente da República Argentina, Cristina Fernández de Kirchner*. Brasília, 8 de setembro de 2008. Disponível em: <http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2008/b_208>. Acesso em 12 de maio de 2017.

BRASIL & ARGENTINA (2008b). *Declaração Conjunta. Visita de Estado do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva*. Buenos Aires, 22 de fevereiro de 2008. Disponível em: <http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2008/b_28>. Acesso em 12 de maio de 2017.

BRASIL & ARGENTINA (2009a). *Declaração Conjunta. Visita de Trabalho à República Argentina do Presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva*. Cidade de Buenos Aires, 23 de abril de 2009. Disponível em: <https://tratados.cancilleria.gob.ar/tratado_ficha.php?id=mqGkmw==>. Acesso em 17 de janeiro de 2019.

BRASIL & ARGENTINA (2009b). *Declaração Conjunta. Visita de Trabalho à República Federativa do Brasil da Presidenta da República Argentina, Cristina Fernández de Kirchner*. Brasília, 18 de novembro de 2009. Disponível em: <<https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento/6561>>. Acesso em 19 de julho de 2018.

BRASIL & ARGENTINA (2010). *Declaração Conjunta dos Presidentes da República Federativa do Brasil e da República Argentina sobre Cooperação Nuclear*. San Juan, 3 de agosto de 2010. Disponível em: <<http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2010/declaracao-conjunta-dos-presidentes-da-republica-federativa-do-brasil-e-da-republica-argentina-sobre-cooperacao-nuclear>>. Acesso em 12 de maio de 2017.

BRASIL & ARGENTINA (2011a). *Acordo de Cooperação entre CNEA e CNEN sobre Projeto de Novo Reator de Pesquisa Multipropósito*. Buenos Aires, 31 de janeiro de 2011. Disponível em: <http://tratados.mrecic.gov.ar/tratado_ficha.php?id=9883>. Acesso em 12 de maio de 2017.

BRASIL & ARGENTINA (2011b). *Declaração Conjunta. Visita oficial da Presidenta da*

República Federativa do Brasil, Dilma Rousseff, à Presidenta da República Argentina, Cristina Fernández de Kirchner. Buenos Aires, 31 de janeiro de 2011. Disponível em: <<http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2011/declaracao-conjunta-visita-oficial-da-presidenta-da-republica-federativa-do-brasil-dilma-rousseff-a-presidenta-da-republica-argentina-cristina-fernandez-de-kirchner>>. Acesso em 12 de maio de 2017.

BRASIL & ARGENTINA (2011c). *Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina para a promoção comercial conjunta*. Buenos Aires, 31 de janeiro de 2011. Disponível em: <<http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2011/memorando-de-entendimento-entre-o-governo-da-republica-federativa-do-brasil-e-o-governo-da-republica-argentina-para-a-promocao-comercial-conjunta>>. Acesso em 12 de maio de 2017.

BRASIL & ARGENTINA (2013a). *Declaración Conjunta de los Ministros de Defensa de la República Federativa del Brasil y de la República Argentina*. Brasília, 21 de novembro de 2013. Disponível em: <https://www.defesa.gov.br/arquivos/2013/mes11/borrador_castellano_final.pdf>. Acesso em 10 de janeiro de 2019.

BRASIL & ARGENTINA (2013b). *Declaración de Rio de Janeiro de los Ministros de Defensa de Argentina e Brasil*. Rio de Janeiro, 3 de abril de 2013. Disponível em: <https://tratados.cancilleria.gob.ar/tratado_ficha.php?id=kp2lm5M=>>. Acesso em 10 de janeiro de 2019.

BRASIL & ARGENTINA (2017). *Plano de Ação Argentina-Brasil*. Brasília, 07 de fevereiro de 2017. Disponível em: <https://tratados.cancilleria.gob.ar/tratado_ficha.php?id=kp6jm5w=>>. Acesso em 20 de janeiro de 2019.

BRASIL & VENEZUELA (2005). *Comunicado conjunto. Aliança estratégica Brasil-Venezuela*. Caracas, 14 de fevereiro de 2005. Disponível em: <<https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento/5312>>. Acesso em 06 de maio de 2018.

KIRCHNER, Néstor (2003). *Discurso del Señor Presidente de la Nación, Doctor Néstor Kirchner, ante la Honorable Asamblea Legislativa*. Buenos Aires, 25 de maio de 2003. Disponível em: <<https://www.casarosada.gob.ar/informacion/archivo/24414-blank-18980869>>. Acesso em 03 de julho de 2018.

NOTÍCIAS, NOTAS E COMUNICADOS

AGÊNCIA BRASIL (2008). *A presidente da Argentina, Cristina Kirchner e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva durante o desfile cívico-militar em comemoração ao Dia 7 de Setembro*. Brasília, 07 de setembro de 2008. EBC. Disponível em: <<http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/galeria/2008-09-07/7-de-setembro-de-2008>>. Acesso em 01 de março de 2019.

- AGÊNCIA BRASIL (2011). **Presidenta Dilma Rousseff é recebida pela presidenta da Argentina, Cristina Kirchner, na Casa Rosada.** Buenos Aires, 31 de janeiro de 2011. EBC. Disponível em: < <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/galeria/2011-01-31/presidenta-dilma-rousseff-e-recebida-pela-presidenta-da-argentina-cristina-kirchner-na-casa-rosada>>. Acesso em 01 de março de 2019.
- AVEDAÑO, Tom (2018). **Estados Unidos, um aliado acima de todos para o Brasil de Bolsonaro.** *El País*. São Paulo, 30 de novembro de 2018. Internacional. Disponível em: < https://brasil.elpais.com/brasil/2018/11/29/internacional/1543517200_635889.html >. Acesso em 20 de janeiro de 2019.
- BULLA, Beatriz (2018). **Assessor de Trump fala em “oportunidade histórica” para o relacionamento com o Brasil.** *Estadão*, 27 de novembro de 2018. Política. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,assessor-de-trump-fala-em-oportunidade-historica-para-relacionamento-com-brasil,70002624235>>. Acesso em 20 de janeiro de 2019.
- CARMO, Márcia (2018). **Bolsonaro presidente: declarações de Paulo Guedes sobre Mercosul surpreendem membros do bloco.** *BBC Brasil*. Buenos Aires, 30 de outubro de 2018. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-46026331>>. Acesso em 27 de novembro de 2018.
- CNEN (2017). **CNEN dá continuidade ao projeto do RMB.** *Comissão Nacional de Energia Nuclear*. Brasília, 22 de dezembro de 2017. Disponível em: < <http://www.cnen.gov.br/ultimas-noticias/410-cnen-da-continuidade-ao-projeto-do-rmb>>. Acesso em 29 de novembro de 2018.
- EFE (2018). **Colombia notifica a la Unasur que deja el bloque por no denunciar la crisis venezolana.** Bogotá, 28 de agosto de 2018. Disponível em: <<https://www.efe.com/efe/america/portada/colombia-notifica-a-la-unasur-que-deja-el-bloque-por-no-denunciar-crisis-venezolana/20000064-3731560>>. Acesso em 26 de novembro de 2018.
- EFE (2019). **Ao lado de Macri, Bolsonaro propõe Mercosul “enxuto”.** Brasília, 16 de janeiro de 2019. Disponível em: <<https://www.efe.com/efe/brasil/brasil/ao-lado-de-macri-bolsonaro-prop-e-mercosul-enxuto/50000239-3869068>>. Acesso em 20 de janeiro de 2019.
- FERNANDES, Talita (2018). **Após vitória nas urnas, Paulo Guedes reforça medidas econômicas defendidas na campanha.** *Folha de São Paulo*, 28 de outubro de 2018. Mercado. Disponível em: < https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/10/paulo-guedes-chama-mercosul-de-ideologico-e-diz-que-bloco-nao-sera-prioridade.shtml?utm_so...>. Acesso em 27 de novembro de 2018.
- FIGUEIREDO, Janaina (2018). **Anúncio de viagem de Bolsonaro ao Chile demonstra mudança na política externa.** *O Globo*, 29 de outubro de 2018. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/anuncio-de-viagem-de-bolsonaro-ao-chile-demonstra-mudanca-na-politica-externa-23196994>>. Acesso em 26 de fevereiro de 2019.

- GOSMAN, Eleonora (2018). **Bolsonaro ignora Argentina em sua primeira viagem como presidente eleito.** *Clarín*, 31 de outubro de 2018. Disponível em: <https://www.clarin.com/clarin-em-portugues/brasil/bolsonaro-ignora-argentina-em-sua-primeira-viagem-presidente-eleito_0_JhTI-3HJc.html>. Acesso em 26 de fevereiro de 2019.
- LA NACIÓN (2005). **Argentina y Brasil renuevan alianza.** Puerto Iguazú, 01 de dezembro de 2005. El mundo. Disponível em: < <https://www.nacion.com/el-mundo/argentina-y-brasil-renuevan-alianza/KAYUKDXXJNE7XLLPCCI5ZW5R4Y/story/>>. Acesso em 01 de março de 2019.
- LANDIM, Raquel (2019). **O que pode mudar no Mercosul no governo Bolsonaro?** *Folha de São Paulo*, 20 de janeiro de 2019. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/01/o-que-pode-mudar-no-mercosul-no-governo-bolsonaro.shtml>>. Acesso em 26 de fevereiro de 2019.
- LEALI, Francisco; MALTCHIK, Roberto (2014). **Documentos apontam corrida nuclear na América Latina durante a ditadura.** *O Globo*, 23 de março de 2014. Disponível em: < <https://oglobo.globo.com/brasil/documentos-apontam-corrida-nuclear-na-america-latina-durante-ditadura-11956778>>. Acesso em 06 de agosto de 2018.
- MAREZIA, Jonathas (2017). **Há 27 anos, Collor assinava acordo para uso pacífico de energia nuclear.** *Gazeta Web*. Política. 28/11/2017. Disponível em: < https://www.ipen.br/portal_por/portal/interna.php?secao_id=40&campo=9705>. Acesso em 29 de novembro de 2018.
- MAZUI, Guilherme (2019). **Ao lado de Macri, Bolsonaro diz que quer aperfeiçoar Mercosul e fortalecer relação com a Argentina.** *G1*, 16 de janeiro de 2019. Política. Disponível em: < <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/01/16/ao-lado-de-macri-bolsonaro-diz-que-quer-aperfeiçoar-mercosul-e-fortalecer-relacao-com-a-argentina.ghtml> >. Acesso em 20 de janeiro de 2019.
- MCTIC (2016). **Brasil e Argentina reafirmam compromisso com a construção de reatores nucleares.** *Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação*. 21 de julho de 2016. Disponível em: <http://www.mcti.gov.br/noticia/-/asset_publisher/epbV0pr6eIS0/content/brasil-e-argentina-reafirmam-compromisso-com-a-construcao-de-reatores-nucleares>. Acesso em 14 de maio de 2017.
- MRE (2013). **Visita da Presidente Dilma Rousseff à República Argentina.** Ministério das Relações Exteriores. 23 de abril de 2013. Nota. Disponível em: < <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/3403-visita-da-presidenta-dilma-rousseff-a-republica-argentina-buenos-aires-25-e-26-de-abril-de-2013>>. Acesso em 10 de janeiro de 2019.
- MREyC (2011). **Brasil – Argentina: Timerman se reunió con Patriota en la primera reunión bilateral.** Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto. Buenos Aires, 2 de janeiro de 2011. Comunicados. Disponível em: <

<https://www.cancilleria.gob.ar/es/actualidad/comunicados/argentina-brasil-timerman-se-reunio-con-patriota-en-la-primera-reunion> >. Acesso em 06 de janeiro de 2019.

MINISTÉRIO DA DEFESA (2018). *Marinha lança pedra fundamental do Reator Multipropósito e início dos testes dos turbogeradores do Laboratório de Geração de Energia Nucleoelétrica*. Brasília, 08 de junho de 2018. Disponível em: <>. Acesso em 25 de janeiro de 2019.

NIEBIESKIKWIAT, Natasha (2015). **Exposición en el Palacio Pereda – Getulio Vargas en la Argentina: fotos del vínculo con Brasil**. *Clarín*, 24 de novembro de 2015. Cultura. Disponível em: < https://www.clarin.com/cultura/getulio_vargas-fotos-exposicion-palacio_pereda_0_SJ9bJxtDmg.html>. Acesso em 06 de agosto de 2018.

PALACIOS, Ariel (2011). **De Campos Salles a Dilma Rousseff: 111 anos de visitas presidenciais brasileiras na Argentina**. *Estadão*, 30 de janeiro de 2011. Internacional. Disponível em: <<https://internacional.estadao.com.br/blogs/ariel-palacios/de-campos-salles-a-dilma-rousseff-111-anos-de-visitas-presidenciais-brasileiras-na-argentina/>>

ROSSI, Clóvis (2008). **Brasil e Argentina assinam pacto para enriquecer urânio**. *Folha de São Paulo*, 23 de fevereiro de 2008. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2302200802.htm>>. Acesso em 06 de janeiro de 2019.

TELÁN (2013). **Argentina firmó un contrato con Brasil para la construcción de reactores nucleares**. Buenos Aires, 07 de maio de 2013. Disponível em: <<http://www.telam.com.ar/notas/201305/16701-argentina-firmo-un-contrato-con-brasil-para-la-construccion-de-reactores-nucleares.html>>. Acesso em 15 de maio de 2017.

SANTOS GUIMARÃES, Leonam (2011). **Salvaguardas nucleares e o caso especial de Brasil e Argentina**. *Opera Mundi*. São Paulo, 13 de fevereiro de 2011. Disponível em: <<http://operamundi.uol.com.br/conteudo/opiniao/17083/salvaguardas+nucleares+e+o+caso+especial+de+brasil+e+argentina.shtml>>. Acesso em 15 de maio de 2017.

VILLELA, Gustavo (2014). **Criado em 1991, Mercosul incorpora Venezuela ao bloco em 2006**. *O Globo*, 29 de julho de 2014. Fatos Históricos. Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/fatos-historicos/criado-em-1991-mercosul-incorpora-venezuela-ao-bloco-em-2006-13423106>>. Acesso em 06 de agosto de 2018.

SITES

MERCOSUL (2017). **Países do Mercosul**. Disponível em: <<http://www.mercosur.int/innovaportal/v/7824/3/innova.front/paises-do-mercosul>>. Acesso em 9 de dezembro de 2017.

MICES (2018). Comex vis: **Países parceiros – Argentina**. Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/comex-vis/frame-pais?pais=arg>>. Acesso em

15 de janeiro de 2019.

MRE (2017). *Agência Brasileira de Cooperação Técnica*. Ministério das Relações Exteriores. Brasília, DF. Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/>>. Acesso em 29 de novembro de 2017.

MUNICIPALIDAD DE PASO DE LOS LIBRES (2018). *Lugares de interés*. Disponível em: <<https://pasodeloslibres.gob.ar/circuito-turistico/>>. Acesso em 06 de agosto de 2018.